

NOVATION

Critical Studies of Innovation

NOVATION

Critical Studies of Innovation

[Online Journal]

Quarta Edição
2022

Perspectivas críticas em inovação social, empresa social e/ou economia social solidária

Editores Convidados

Michael Bull, Universidade Metropolitana de Manchester

Tim Curtis, Universidade de Northampton

Vicky Nowak, Universidade Metropolitana de Manchester

Hosted by *Universidade Federal do Paraná*, Centre | Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Curitiba, Brasil.



Sobre Nós

A revista internacional *NOvation: Critical Studies of Innovation* foi criada para contribuir com o repensar e a desconstrução das narrativas de inovação nos campos de CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) e CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação). É necessário examinar criticamente os estudos de inovação e obter uma compreensão mais clara da inovação do que a representação tradicional a que esse campo está acostumado. A revista questiona as narrativas atuais de inovação e oferece um fórum para discutir diferentes interpretações da inovação, abordando não apenas suas virtudes, mas também suas implicações. Nesse contexto, "NO" refere-se a comportamentos não-inovadores, que são tão importantes para nossas sociedades quanto a inovação. Falhas, imitações e efeitos negativos da inovação, para citar apenas alguns exemplos de não-inovação ou NOvation, são raramente considerados e quase nunca fazem parte das teorias de inovação.

ISSN 2562-7147

Declaração de Direitos Autorais

Este é um periódico de Acesso Aberto, licenciado sob uma licença Creative Commons – CC Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 4.0. Para mais informações, acesse <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>.

Entre em contato conosco

novation@ufcs.inrs.ca

Editor Executivo

Tiago Brandão

Design

Paulo Teles

Conselho Editorial

Beata Segercrantz
Boris Raehme
Carolina Bagattolli
Cornelius Schubert
Darryl Cressman
Dominique Vinck
Fayaz Ahmad
Gérald Gaglio
Juan Carlos Moreno
Lee Vinsel
Lucien von Schomberg
Mónica Edwards-Schachter
Noela Invernizzi
Rick Hölsgens
Sebastian Pfotenhauer
Ulrich Ufer
Vincent Blok
Zhanxiong Liu

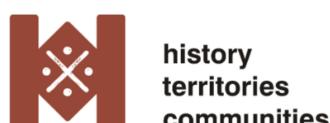
Conselho Honorário

Aant Elzinga
Andrew Jamison
Benoit Godin
David Edgerton
Peter Weingart
Reijo Miettinen

Revisores

Bonno Pel
Karina Maldonado-Mariscal
Mike Bresnen
Richard Hazenberg
Rory Ridley-Duff
Stefania Sardo

Apoios



Sumário

1. **Michael Bull, Timothy Curtis e Vicky Nowak**
Apresentação editorial: Perspectivas críticas em inovação social, empresa social e/ou economia social solidária, pp. 1-7
2. **Timothy Curtis, Michael Bull e Vicky Nowak**
A crescente onda de criticidade no empreendedorismo social e na inovação social, pp. 8-34
3. **Bonno Pel, Julia M. Wittmayer, Flor Avelino e Tom Bauler**
Paradoxos da inovação social transformadora: Da Consciência Crítica às Estratégias de Investigação, pp. 35-61
4. **Stefania Sardo, Beniamino Callegari e Bisrat A. Misganaw**
Tudo e nada: uma análise crítica do "social" nos estudos de inovação e empreendedorismo, pp. 62-87
5. **Timothy Curtis**
Além da bricolagem: a inovação social como um processo sistemático, consistente e repetível, pp. 88-117
6. **Hande Sinem Ergun e Seray Begüm Samur-Teraman**
Um ciclo vicioso de conceitualização superficial: Desconstruindo a natureza no discurso da inovação social (política), pp. 118-142

Apresentação editorial
Perspectivas críticas em inovação social, empresa social e/ou economia social solidária

Michael Bull*, Tim Curtis e Vicky Nowak***

*Universidade Metropolitana de Manchester 

**Universidade de Northampton 

***Universidade Metropolitana de Manchester 

Esta edição temática busca explorar perspectivas críticas de natureza internacional sobre inovação social (IS), empresa social (ES) e/ou economia social solidária (ESS). O objetivo é examinar a grande narrativa, explorar as suposições ontológicas do campo, desafiar a normativa e apresentar alternativas que chamem a atenção para a economia política, a teoria crítica e os estudos críticos de gestão.

As perspectivas críticas surgiram na literatura sobre inovação social (IS) como um esforço conjunto em algum momento de 2008. Algumas vozes soaram das bordas do campo muito antes. Ash Amin, professor de Geografia da Universidade de Durham, inspecionou o novo favorito das políticas públicas em 2002, descartou-o como "um substituto ruim para o estado de bem-estar" e nunca mais voltou ao assunto. Houve debates acalorados que desafiaram a grande narrativa da IS nas Conferências Internacionais de Pesquisa em Inovação Social (ISIRC) (antes chamada de Conferência de Pesquisa em Empresa Social, antes de se tornar ISIRC com o envolvimento do tema de inovação social do Skoll Centre). As conferências da Rede de Estudos do Setor Voluntário (VSSN) abordaram a promessa de desempenho e realização ilimitados do novo SE em uma rede madura de voluntariado e caridade (Aiken, 2002, 2006, 2007; Grenier, 2009; Pharaoh, Scott & Fisher, 2004). Ainda assim, de modo geral, a literatura dos últimos vinte anos tem se mostrado extremamente interessada em promover a empresa social (ES) e a ES como (a) algo inherentemente bom, (b) uma solução para todos os problemas e (c) um complemento politicamente neutro para a economia neoliberal em nível global.

Entre 2005 e 2008, alguns acadêmicos estavam começando a fazer incursões concertadas no campo da ES que desafiavam as superpotências dotadas da retórica da ES/SE. Primeiro, por meio de apresentações em conferências, especialmente em 2006, um seminário de um dia na Manchester Metropolitan University, "Critical Perspectives



on Social Enterprise", seguido de uma edição especial no *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research* (Bull, 2008). Publicações individuais posteriores desenvolveram os temas críticos em diferentes direções (Seanor *et al.*, 2013; Curtis, 2008; Curtis *et al.*, 2010; Grant, 2008; Scott-Cato *et al.*, 2008; Scott & Hillier, 2010; Jones *et al.*, 2008a; Betta *et al.*, 2010; Bull & Ridley-Duff, 2019; Ridley-Duff & Bull, 2021), cada uma contornando a questão da teoria crítica e se concentrando em encontrar o "social" na ES, mas não abordando a teoria crítica de frente.

Então, no Skoll Centre Research Colloquium on Social Entrepreneurship de 2010, na Said Business School, em Oxford, Pascal Dey, da University Applied Science, Northwestern, Suíça, entrou em cena, impressionando a multidão reunida com a lucidez de seu artigo (Dey, 2010) sobre a violência simbólica no discurso do empreendedorismo social. A teoria crítica havia amadurecido, afastando-se das críticas funcionais (as ESs não fazem o que alegam) e dos debates territoriais (as ESs são empresas disfarçadas ou instituições de caridade fazem isso de qualquer maneira) para uma investigação mais fundamentada teoricamente, trabalhando deliberadamente a partir da teoria crítica e com ela. Steyaert e Dey (2010) deram sequência a isso, na primeira edição do *Journal of Social Entrepreneurship*, com um apelo maduro para manter a pesquisa sobre empresas sociais "perigosa.

Desde então, as perspectivas críticas sobre a IS se ampliaram e se diversificaram com faixas de perspectivas críticas na EMES International Research Network, ISIRC e outras conferências relacionadas à IS, bem como um número crescente de PhDs e pesquisadores em início de carreira adotando uma lente crítica no estudo da IS. Embora o pensamento crítico "comum" possa ser descrito como uma atitude de estar disposto a considerar, de forma ponderada, os problemas e os assuntos que se enquadram no âmbito de suas experiências (Glaser, 1941). No entanto, as perspectivas críticas que buscamos desenvolver nesta edição temática são mais bem descritas por Horkheimer (1982), por meio das quais questionamos os fatos que nossos sentidos nos apresentam como abordagens socialmente executadas para a compreensão nas ciências sociais. Devemos começar com uma compreensão de uma experiência "social" em si, sempre moldada por ideias que estão nos próprios pesquisadores. O projeto de uma perspectiva crítica também é "libertar os seres humanos das circunstâncias que os escravizam" (Horkheimer 1982, p. 244), e não apenas descrever as funções dessas circunstâncias.

Até o final do século XIX, a IS era entendida como subversiva da ordem social (Sargent, 1858), mas no meio francês era uma "inovação feliz" do progresso social (Comte, 1841). O que parece ter ocorrido na pesquisa e nas publicações sobre as perspectivas críticas da inovação social na última década é um engajamento triplo com questões epistemológicas, um aproveitamento dos contributos teóricos dos pensadores da teoria crítica popular e desafios às estratégias metodológicas normativas na pesquisa. Entretanto, parece haver uma escassez de desafios aos pressupostos ontológicos (Hu, 2018, Hu *et*

al., 2019). Por questões epistemológicas, queremos dizer a pergunta "o que é o 'social' na empresa social?", considerando (como o restante desta revista faz) que o social não é apenas um modificador da inovação, mas a inovação e a empresa como um modificador do social (Arthur *et al.*, 2006; Bull & Ridley-Duff, 2019). Em termos de engajamento com teóricos críticos e desafios à pesquisa normativa, há pesquisas, por exemplo, sobre Bourdieu (Teasdale *et al.*, 2012); Giddens (Nicholls & Cho, 2006); Foucault (Curtis, 2007); Polanyi (Bull & Ridley-Duff, 2019; Roy & Grant, 2020; Thompson *et al.*, 2020) e Ostrom (Ridley-Duff & Bull, 2021; Peredo *et al.*, 2020) que oferecem caminhos para o desenvolvimento. Da mesma forma, uma convergência na noção de IS como bricolagem social (Di Domenico *et al.*, 2010) representa uma virada pós-moderna em vez de uma virada crítica que poderia oferecer novos caminhos de exploração. Em termos metodológicos, também é necessário um trabalho mais construtivista/revisionista social, por exemplo, Froggett e Chamberlayne (2004). Há outras perspectivas críticas que contam com alguns pesquisadores trabalhando em pequenos grupos. Na economia política, há perspectivas marxistas, ecológicas e comunitárias (Yıldırım & Tuncalp, 2016; Scott-Cato, 2008; Scott & Hillier, 2010; Ridley-Duff, 2007). Há uma pequena literatura feminista que explora o trabalho imaterial e afetivo (Jones *et al.*, 2008b; Teasdale *et al.*, 2011), e algumas na teoria queer – explorando transgressões e desvios, como Grenier (2010) e Dey e Teasdale (2013). Há um número ainda menor de trabalhos no espaço pós-colonialista, incluindo Green Nyoni (2016) e Watkins (2017).

Esta edição temática busca revisitar, revisar e reavivar o projeto emancipatório e crítico proposto pelo fundador desta revista, Benoît Godin. Com esse objetivo, esta edição temática da *NOvation* convidou os autores a enviarem artigos com foco especial nas perspectivas críticas sobre inovação social, empresa social e economia social solidária (ESS), para promover perspectivas novas e emergentes.

Os cinco artigos apresentados nesta edição temática exploram perspectivas críticas sobre SI, SE e SSE. O primeiro artigo, escrito pelos próprios Editores Convidados, **Curtis, Bull e Nowak**, descreve a crescente onda de criticidade na pesquisa de SI. Eles apresentam três ondas de pesquisa no campo até o momento. A primeira onda de criticidade na pesquisa de IS/ES que eles apresentam delineia críticas ao "social" na pesquisa de empresas sociais, que buscou desafiar o status pró-negócios e de celebridade dado à ES. A segunda onda destaca uma mudança pós-estruturalista, em que a pesquisa desafiou os fundamentos teóricos da pesquisa de ES/SI. A terceira onda, segundo eles, constitui uma ameaça perigosa à apreciação política desse movimento pela esquerda. Enquanto a segunda onda buscava abrir e acolher opiniões que desafiavam a ontologia e os fundamentos epistemológicos do pensamento, a terceira onda tem o potencial de cooptação da direita. Portanto, eles pedem uma conceituação mais forense sobre o que é "bom", "ético" e "social" no SI/SE, com essa ameaça à hegemonia cultural, subvertendo e mudando a emancipação intelectual do campo.

O segundo artigo de **Pel, Wittmayer, Avelino e Bauler** retoma questões críticas ao detalhar os paradoxos intrínsecos e generalizados da IS transformadora (TSI) e oferecer aos pesquisadores estratégias concretas para lidar com eles. Os autores identificam três paradoxos centrais da inovação social: reprodução do sistema, temporalidade e construção da realidade. A reprodução do sistema é encontrada quando a IS desafia e reproduz a ordem social existente. O paradoxo do tempo chama a atenção para o fato de que o mesmo SI pode ser considerado novo e antigo, variando em diferentes momentos e contextos. Os paradoxos da construção da realidade ocorrem quando a IS existe tanto como atividade concreta quanto como projeção/interpretação, com pesquisadores envolvidos na formação e coprodução dos fenômenos da IS. Combinando sua ampla experiência em pesquisa e exemplos empíricos da literatura, os autores demonstram como esses paradoxos são parte integrante dos fenômenos de TSI e apontam como a clareza metodológica é necessária para compreendê-los adequadamente. Isso leva a sugestões de estratégias claras de pesquisa que ajudarão os pesquisadores de IS a navegar em cada um desses paradoxos.

O terceiro documento de **Sardo, Callegari e Misganaw** examina o "social" nos estudos atuais sobre inovação social e empreendedorismo e como ele tem sido apropriado. Após a revisão da literatura de 18 das principais revistas sobre inovação e empreendedorismo, eles identificam quatro categorias: as abordagens disciplinares e integracionistas são aquelas em que o social é integrado à estrutura e ao discurso dominantes existentes; a abordagem separatista é uma crítica ao interesse próprio e fornece ideias de altruísmo, estilo de vida e dimensões democráticas, considerando a natureza específica do contexto do "social"; por fim, a abordagem essencialista é discutida como argumentos para que a natureza social da inovação e do empreendedorismo seja integrada à corrente principal, trazendo à tona os ecossistemas e a natureza socialmente construída da inovação e do empreendedorismo. Eles pedem uma integração mais substancial da dimensão social em estudos críticos, mas alertam que as tensões sobre a extensão para caminhos separatistas e essencialistas não podem ser reconciliadas com os desenvolvimentos lineares existentes.

O quarto artigo de **Curtis** apresenta uma abordagem realista crítica e de análise de sistemas, usando a metodologia de sistemas flexíveis de Checkland para a pesquisa empírica. O artigo usa evidências de um estudo de pesquisa sobre policiamento comunitário e a adoção de um manual especificamente projetado para ajudar os inovadores sociais a implementar soluções e práticas identificadas localmente (cadeias de resultados de mecanismos de contexto) que defendem que o SI é mais do que uma bricolagem social e não uma arte misteriosa de inovação, mas sim um processo sistemático e replicável.

O último e quinto artigo de **Ergun e Begum** explora o nexo entre a IE e o meio ambiente. O artigo desafia a narrativa dos Programas de Desenvolvimento das Nações Unidas por meio de uma lente de análise de discurso ecocrítica (ECDA) de quatorze

publicações da ONU. Eles sugerem que a predominância de uma perspectiva antropocêntrica, onde reside o neoliberalismo, é comum nessas publicações. Eles afirmam que somente quando mudarmos para um discurso ecocêntrico é que nos alinharemos com a natureza e resolveremos os problemas socioeconômicos do mundo.

Esperamos que esta edição temática desperte algum interesse e provoque conversas interessantes no futuro. Muito obrigado aos revisores, aos autores e, acima de tudo, aos editores da *NOvation*, por confiarem a nós esta edição temática! Esperamos que os acadêmicos gostem da edição tanto quanto nós gostamos de reuni-la.

REFERÊNCIAS

- Aiken, D. M. (2006). How Do Social Enterprises Operating In Commercial Markets Reproduce Their Organisational Values? *3rd Annual UK Social Enterprise Research Conference*. London: South Bank University.
- Aiken, M. (2002). *Managing Values: the reproduction of organisational values in social economy organisations*. Doctoral dissertation, The Open University.
- Aiken, M. (2007). *What is the role of social enterprise in finding, creating and maintaining employment for disadvantaged groups?* Cabinet Office: Office of the Third Sector.
- Arthur, L., Keenoy, T., Scott Cato, M., & Smith, R. (2006). *Where is the 'social' in social enterprise?* *Third Annual Social Enterprise Conference*, June 22–23, London: South Bank University.
- Betta, M., Jones, R., & Latham, J. (2010). Entrepreneurship and the innovative self: A Schumpeterian reflection. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 16(3), 229-244.
- Bull, M. (2008). Challenging tensions: critical, theoretical and empirical perspectives on social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 268-275.
- Bull, M., & Ridley-Duff, R. (2018). Towards an appreciation of ethics in social enterprise business models. *Journal of Business Ethics*, 159, 619-634. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3794-5>
- Bull, M., Ridley-Duff, R., Whittam, G., & Baines, S. (2018). Challenging tensions and contradictions: Critical, theoretical and empirical perspectives on social enterprise, *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(3), 582-586. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-05-2018-526>
- Comte, A. (1841). *Cours de philosophie positive* (Volume 5). Second Edition, Paris: Ballière et Fils [1864].
- Curtis, T. (2007). Mind forg'd: taking a Foucauldian look at prison based social enterprises. *Fourth Annual UK Social Enterprise Research Conference*. London: South Bank University.
- Curtis, T. (2008). Finding that grit makes a pearl: a critical re-reading of research into social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 276-290.
- Curtis, T., Herbst, J., & Gumkovska, M. (2010). The social economy of trust: social entrepreneurship experiences in Poland. *Social Enterprise Journal*, 6(3), 194-209.
- Dey, P (2010). 'The Symbolic Violence of 'Social Entrepreneurship': Language, Power and the Question of the Social (Subject)'. - 3rd Research colloquium on social entrepreneurship. Oxford UK.

- Dey, P., & Teasdale, S. (2013). Social enterprise and dis/identification: The politics of identity work in the English third sector. *Administrative Theory & Praxis*, 35(2), 248-270.
- Di Domenico, M., Haugh, H., & Tracey, P. (2010). Social bricolage: Theorizing social value creation in social enterprises. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 34(4), 681-703.
- Froggett, L., & Chamberlayne, P. (2004). Narratives of social enterprise: From biography to practice and policy critique. *Qualitative Social Work*, 3(1), 61-77.
- Glaser, E. (1941). *An experiment in the development of critical thinking*. New York: Bureau of Publications, Teachers College, Columbia University.
- Grant, S. (2008). Contextualising social enterprise in New Zealand. *Social Enterprise Journal*, 4(1), 9-23.
- Grenier, P. (2009). 'Social Entrepreneurship in the UK: from Rhetoric to Reality'. In: R. Ziegler (Ed.), *An Introduction to Social Entrepreneurship: Voices, Preconditions, Contexts* (p. 174-206). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Grenier, P. (2010). Vision and Values: The Relationship between the Visions and Actions of Social Entrepreneurs. In K. Hockerts, J. Mair & J. Robinson (Eds.), *Values and opportunities in social entrepreneurship* (p. 52-70). London: Springer, Palgrave Macmillan.
- Horkheimer, M., (1982). *Critical Theory*. New York: Seabury Press.
- Hu, X. (2018). Methodological implications of critical realism for entrepreneurship research. *Journal of Critical Realism*, 17(2), 118-139.
- Hu, X., Marlow, S., Zimmermann, A., Martin, L., & Frank, R. (2019). Understanding opportunities in social entrepreneurship: A critical realist abstraction. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 44(5), 1032-1056
- Jones, R., Latham, J., & Betta, M. (2008a). Narrative construction of the social entrepreneurial identity. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*. 14(5), 330-345
- Jones, R., Latham, J., Betta, M., & Goss, D. (2008b). Foucault, feminism, shame, and the dynamics of discourse: theorising entrepreneurship on the borders of established convention. In L. M. Gillin (Ed.), *Regional Frontiers of Entrepreneurship Research: 5th International Australian Graduate School of Entrepreneurship (AGSE) Entrepreneurship Research Exchange* (p. 611-622). Melbourne, Victoria, Australia, February 5-8.
- Nicholls, A., & Cho, A. H. (2006). Social entrepreneurship: the structuration of a field. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New Models of Sustainable Social Change* (p. 99-118). Oxford: Oxford University Press.
- Nyoni, G. A. (2016). *Exploring the problems and possibilities of capacity building in refugee organisations: the case of Manchester refugee support network (MRSN)*. Doctoral thesis (PhD), Manchester Metropolitan University.
- Peredo, A. M., Haugh, H. M., Hudon, M., & Meyer, C. (2020). Mapping Concepts and Issues in the Ethics of the Commons: Introduction to the Special Issue. *Journal of Business Ethics*, 166(4), 659-672.
- Pharoah, C., Scott, D., & Fisher, A. (2004). 'Social Enterprise in the balance: Challenges for the voluntary sector'. Charities Aid Foundation.
- Ridley-Duff, R. (2007). Communitarian perspectives on social enterprise. *Corporate Governance: An International Review*, 15(2), 382-392.
- Ridley-Duff, R., & Bull, M., (2021). The coming of age of the social solidarity economy through hybrid internet-based organizational forms. *Business Strategy & the Environment*. Iss.1. no.18 DOI: 10.1002/bse.2707
- Roy, M. J., and& Grant, S. (2020). The contemporary relevance of Karl Polanyi to critical social enterprise scholarship. *Journal of Social Entrepreneurship*, 11(2), 177-193.
- Sargent, W. L. (1858). 'Social Innovators and Their Schemes', London: Smith, Elder and Co.

- Scott-Cato, S., Arthur, L., Keenoy, T., & Smith, R. (2008). Entrepreneurial energy: Associative entrepreneurship in the renewable energy sector in Wales. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 14(5), 313-329.
- Seanor, P., Bull, M., Baines, S., & Ridley-Duff, R. (2013). Narratives of transition from social to enterprise: you can't get there from here! *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*. 19(3), 324-343.
- Steyaert, C., & Dey, P. (2010). Nine verbs to keep the social entrepreneurship research agenda 'dangerous'. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 231-254.
- Teasdale, S., Dey, P., & Steyaert, C. (2012). Social entrepreneurship: Critique and the radical enactment of the social. *Social Enterprise Journal*. Vol. 8 No. 2, pp. 90-107.
- Teasdale, S., McKay, S., Phillimore, J., & Teasdale, N. (2011). Exploring gender and social entrepreneurship: women's leadership, employment and participation in the third sector and social enterprises. *Voluntary Sector Review*, 2(1), 57-76.
- Thompson, M., Nowak, V., Southern, A., Davies, J., & Furmedge, P. (2020). Re-grounding the city with Polanyi: From urban entrepreneurialism to entrepreneurial municipalism. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 52(6), 1171-1194.
- Watkins, H. M. (2017). Beyond sweat equity: Community organising beyond the Third Way. *Urban Studies*, 54(9), 2139-2154.
- Yıldırım, N., & Tuncalp, D. (2016). Legitimizing Mitigator or a Powerful Comrade? Social Innovation from a Marxist Perspective. [Paper presentation] 32nd EGOS Colloquium – European Group for Organizational Studies. Subtheme 18: Marxist Organization Studies: Institutional Forms of Power and their Legitimacy: Napoli, Italy.

A crescente onda de criticidade no empreendedorismo social e na inovação social

Timothy Curtis*, Michael Bull e Vicky Nowak****

*Universidade de Northampton 

**Universidade Metropolitana de Manchester 

**Universidade Metropolitana de Manchester 

RESUMO

Neste artigo, traçamos uma maré crescente de criticidade para destacar três ondas em um mar de pesquisas sobre empreendedorismo social/inovação social (ES/IS). Nosso objetivo é chamar a atenção para as perspectivas contrárias, alternativas e críticas no campo e para o quão "perigosa" é sua cooptação por narrativas de direita. Analisamos o que acreditamos ser três ondas no desenvolvimento de uma agenda de pesquisa crítica empreendida por um grupo de acadêmicos que, em sua lealdade ao campo, procuraram desvendar as suposições subjacentes na prática e na reflexão acadêmica sobre a inovação social. Apresentamos a crítica instrumentalista inicial, na qual o sucesso e a utilidade social da ES/IS são questionados. Em segundo lugar, destacamos uma mudança pós-estruturalista, na qual vozes e perspectivas ocultas e não ouvidas são bem-vindas e celebradas. Para nós, a terceira onda constitui uma ameaça perigosa ao projeto de ES/IS, ameaçando minar e cooptar as duas primeiras ondas, como aconteceu em outros campos relacionados ao esforço intelectual. Posicionamos este artigo não apenas para nos envolvermos com acadêmicos que desafiam os pressupostos normativos por trás da pesquisa de inovação social, mas também para chamar a atenção para a entrada da política de direita na teoria crítica pós-modernista. Não é que tudo nessa terceira onda seja ruim, mas tudo se torna inesperadamente perigoso, especialmente se adotarmos acriticamente a reflexividade, a naturalização e a performatividade como posições política e moralmente neutras. Ao contrário de Foucault, ao adotar uma postura realista crítica, começamos a propor que "o social", apresentado como algo inherentemente "bom", é uma realidade ontológica que pode ser conhecida, embora nosso conhecimento do que é "bom" seja limitado e parcial. No primeiro Fórum Mundial Skoll (2004), alguns ativistas colocaram cartazes nos banheiros da Said Business School alertando os delegados: "cuidado com o empreendedorismo social: um lobo em pele de cordeiro! (Nicholls & Young, 2008, p. 272). Concluímos nosso artigo alertando que o ES/IS não é o único lobo com o qual devemos nos preocupar!

Palavras-chave: Teoria crítica; inovação social; empresa social; reflexividade; naturalização; performatividade.

Proposta submetida em 25 de abril de 2022, artigo recebido em 5 de julho de 2022, revisões entregues em 16 de agosto de 2022, revisado em 6 de outubro de 2022, aceito em 20 de outubro de 2022, disponível online em 16 de maio de 2023.



INTRODUÇÃO

Em 2006, Len Arthur subiu ao púlpito na Conferência de Empresas Sociais do Reino Unido e denunciou a positividade inquestionável em torno do conceito de empresa social, expressando sua repulsa em relação àqueles na plateia que haviam amalgamado os termos sem qualquer contestação. "Há cerca de dez anos, teria parecido um oxímoro amalgamar os termos social e empresa. Desde então, o conceito passou rapidamente da obscuridade para o status de ortodoxia" (Arthur *et al.*, 2006, p. 1). Um pequeno grupo de acadêmicos na plateia, igualmente intrigados com a falta de criticidade, começou a falar. De modo geral, a literatura sobre inovação social (IS) e empreendedorismo social (ES) (doravante SE/SI) nos últimos vinte anos tem se mostrado extremamente interessada em promover a IS/SI como (a) uma coisa inherentemente boa, (b) uma solução para todos os problemas e (c) um complemento politicamente neutro para o neoliberalismo global. Como destaca Arthur, as perspectivas críticas no campo surgiram como um esforço conjunto em 2006, nos debates acalorados da Conferência de Empresas Sociais, que continuou quando se tornou a Conferência Internacional de Pesquisa em Inovação Social (ISIRC). Essa primeira onda de criticidade em ES/SI desafiou o desempenho e as conquistas inigualáveis do "novo" setor de empresas sociais. Publicações posteriores desenvolveram temas críticos em diferentes direções, cada uma contornando a questão da teoria crítica e concentrando-se em encontrar o "social" no ES/SI, mas sem abordar a teoria crítica de frente.

A segunda onda surgiu na Suíça, com o artigo de Dey (2010), que destacou a violência simbólica em jogo nos discursos sobre empreendedorismo social, sinalizando um movimento em direção a um debate mais teoricamente informado. Isso foi seguido pelo apelo de Steyaert e Dey (2010) para que a pesquisa sobre empreendedorismo social permaneça "perigosa", refletindo deliberadamente Foucault, reconhecendo o potencial performativo da pesquisa na criação da realidade e posicionando o campo como fonte de transformação social. Sua agenda de pesquisa teórica crítica sublinhou a necessidade de identificar e desafiar suposições por meio da desnaturalização, da performatividade e da reflexividade; de vincular o ES/SI a contextos culturais, sociais e históricos; e de imaginar e explorar alternativas que perturbem ativamente as ordens sociais estabelecidas (Steyaert & Dey, 2010).

As perspectivas críticas sobre ES/SI foram ampliadas e aprofundadas por meio da literatura que envolve teóricos críticos. Os desafios à pesquisa normativa se basearam em Bourdieu (Teasdale, *et al.*, 2012); Giddens (Nicholls & Cho, 2006); Foucault (Curtis, 2007); Polanyi (Bull & Ridley-Duff, 2018; Roy & Grant, 2020; Thompson *et al.*, 2020) e Ostrom (Ridley-Duff & Bull, 2021; Peredo *et al.*, 2020). Na economia política, há perspectivas marxistas, verdes e comunitárias (Yıldırım & Tuncalp, 2016; Scott-Cato *et al.*, 2008; Scott-Cato & Hillier, 2010; Ridley-Duff, 2007). A abordagem de economias diversas da

geógrafa feminista J. K. Gibson-Graham questiona o domínio das formas capitalistas de economia e se transformou em uma rede de pesquisa coletiva que busca demonstrar que "outro mundo é possível" (Gibson-Graham *et al.*, 2013).

Uma terceira onda pode estar chegando. O que parece ter ocorrido na pesquisa e nas publicações de perspectivas críticas sobre ES/SI na última década é um engajamento triplo com questões epistemológicas, um desenho de insights teóricos de pensadores populares da teoria crítica e desafios às estratégias metodológicas normativas na pesquisa e, com essa onda, há um surgimento de desafios aos pressupostos ontológicos (Hu, 2018, Hu *et al.*, 2019). Essa terceira onda é marcada por uma possível crise de relativismo e subversão das categorias primárias de pensamento pela "nova direita", questionando assim as credenciais progressivas das ideias, teorias e teóricos que os teóricos críticos prezam.

Procuramos considerar como futuras pesquisas críticas em ES/IS podem continuar a aprofundar nossa teorização e contribuir para o campo de ES/IS. Nossa artigo, portanto, explora as maneiras pelas quais os estudiosos críticos do empreendedorismo social e da inovação social começaram a explorar aspectos do campo que são ocultados, editados e empurrados para os limites. Chamamos a atenção para aqueles que desafiaram a grande narrativa, para aqueles que chamaram a atenção para a reflexividade, a naturalização e a performatividade crítica, contra as manchetes que mitologizam e romantizam o campo, ao mesmo tempo em que minimizam a doutrina parcial, incompleta e ideologicamente orientada – ou, nas palavras de Arthur, a ortodoxia.

A PRIMEIRA ONDA DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE EMPRESA SOCIAL/INOVAÇÃO SOCIAL

Nessa primeira onda, o hibridismo das empresas sociais tem sido, em grande parte, o foco de pesquisas críticas que desafiam a grande narrativa. Chamamos a atenção para o exame do "lobo em pele de cordeiro", dividindo nossos argumentos em três temas centrais da literatura: (i) tradição cooperativa, (ii) perspectivas voluntárias e comunitárias e (iii) o surgimento de um forte "foco empresarial". Essas três correntes são examinadas separadamente, mas nenhuma delas seria suficiente sem antes resumir o surgimento do ES no Reino Unido (como país líder no campo do ES) a partir de uma perspectiva política.

Reemergência da inovação social: A Terceira Via do Novo Trabalhismo

A primeira onda de pesquisas críticas sobre a SI/SE coincidiu com o surgimento da "empresa social" (ES) no cenário político do Reino Unido no final da década de 1990. Sob o governo "pró-mercado" do "Novo Trabalhismo", eleito em 1997, a fé na doutrina da "Terceira Via" foi posta em ação em um cenário de fracasso do Estado e do mercado e das injustiças da globalização e do neoliberalismo. O setor voluntário, a economia social ou o

terceiro setor – para abreviar, usamos esses termos de forma intercambiável – receberam maior atenção, pois antes não se esperava que o setor contribuísse significativamente para a criação de empregos, mercado e formação de riqueza. Amin (2002) identificou rapidamente os aspectos da economia social como atividades residuais, soluções marginais e, na melhor das hipóteses, temporárias para os danos causados pelo mercado e pelo Estado, sendo que agora essas organizações estavam sendo solicitadas a desempenhar um papel mais importante, alertando para o fato de que elas não deveriam replicar ou substituir o Estado de bem-estar social por meio de privatização ou negligência (Amin, 2009). O governo trabalhista de Tony Blair deu continuidade à busca do individualismo e da mercantilização do mercado pela administração anterior e ao "esvaziamento do Estado" (ver Rhodes, 1994), embora com um nome ligeiramente diferente de "terceirização do Estado" (ver Baekkeskov, 2011), criando espaço para que as organizações do terceiro setor prestassem serviços públicos como parceiros complementares na prestação de serviços públicos (Aiken *et al.*, 2021; Alcock, 2010; Macmillan, 2010; Nicholls & Teasdale, 2017; Teasdale, 2010). Como afirmaram Haugh e Kitson (2007, p. 983), "a Terceira Via era uma filosofia política que buscava resolver as diferenças ideológicas entre o liberalismo e o socialismo; ela combinava o neoliberalismo com a renovação da sociedade civil e via o Estado como um facilitador, promovia o ativismo cívico e endossava o envolvimento com o setor voluntário e comunitário para atender às necessidades da sociedade". Uma nova narrativa ganhou força com a primeira adoção governamental do conceito de ES no relatório da Equipe de Ação Política (PAT) 3 da Estratégia Nacional para Renovação de Bairros de 1999, em relação à criação de capital social que as ESs proporcionavam às comunidades (HM Treasury, 1999; Sepulveda, 2015). Isso foi seguido por um posicionamento do empreendedorismo (social) como a saída da pobreza para comunidades carentes na iniciativa do Phoenix Development Fund no mesmo ano. Os conceitos estavam ganhando adeptos na política governamental; primeiro, por meio da Unidade de Empresa Social do Departamento de Comércio e Indústria, em 2001, e do lançamento da primeira política do Reino Unido, em 2002, que defendia a empresa social como uma "estratégia para o sucesso", e, segundo, pelo Departamento do Escritório do Terceiro Setor, em 2006, e seu segundo impulso político, que anunciou um plano de ação adicional que proclamava que a ES estava "alcançando novos patamares". A euforia da ES não era compartilhada por aqueles que estavam na linha de frente.

Reapropriação e dessocialização das tradições cooperativas: Onde está a "democracia participativa" na empresa social?

As conversas de que Ridley-Duff (ver Ridley-Duff *et al.*, 2008; Ridley-Duff & Southcombe, 2012) teve conhecimento em 1997 destacam o pano de fundo de um campo de batalha pela identidade e legitimidade da ES em relação à história e à tradição mais antigas do movimento cooperativo. Ridley-Duff falou sobre as discussões entre cooperativas de

trabalhadores e Cooperative Development Agencies (CDAs) em torno de uma agência de apoio ao setor (Social Enterprise London¹) que, em 1998, declarou explicitamente a promoção de "cooperativas e propriedade comum" e outras organizações que praticam os "princípios da democracia participativa" em seu Memorando de Associação (Ridley-Duff & Southcombe, 2012, p. 185), bem diferente da narrativa dominante na época, que afirmava que as empresas sociais eram um fenômeno inteiramente novo (Curtis, 2011). De fato, a linguagem estava em uso desde o início dos anos 80 no desenvolvimento de cooperativas e foi formalmente adotada por uma rede nacional (a Social Enterprise Partnership) em 1994. Arthur *et al.* (2006) lamentaram que a definição de ES do Department of Trade and Industry (DTI, 2002) excluísse as cooperativas do grupo e seus princípios de propriedade e controle. Esses primeiros defensores do conceito de ES estavam agora sendo excluídos, e Arthur *et al.* (2006) afirmam que seu "trabalho quase não aparece nas discussões recentes sobre empresas sociais e está quase hermeneuticamente isolado dos debates acadêmicos relacionados", acrescentando que a retórica e a narrativa em torno dos termos economia social e ES foram apropriadas e adotadas pelo governo, apoiadas por grupos de reflexão e transmitidas pelas administrações regionais como parte de uma agenda de integração para promover uma cultura empresarial.

Como Ridley-Duff e Southcombe (2012) argumentaram, no início da definição das características da ES, a partir da década de 1970 e até por volta de 1998, quando a SEL foi formada, a "socialização" e o "propósito social" receberam o mesmo peso. No entanto, em 2002, quando a Social Enterprise Coalition foi formada, seguida de perto pela estrutura legal da Community Interest Company em 2005, uma maior influência dos EUA em torno do propósito social (empreendedorismo social) começou a influenciar as políticas, em que o individualismo (e uma cláusula sem fins lucrativos) teve precedência sobre a socialização e o comunitarismo (e a remoção do mutualismo) (consulte Ridley-Duff e Bull, 2011). A frustração de Arthur *et al.* (2006) com o absurdo dessa mudança fica clara em sua referência à ES como um oximoro (conforme citado acima). Seu argumento é que o discurso da ES ataca o habitus alternativo dos espaços democráticos. Huckfield (2022) também acrescenta que a ES havia se transformado em um projeto político, vinculado a um discurso norte-americano de empreendedores sociais independentes, e a promoção de modelos de negócios liderados pelo mercado tinha precedência sobre os princípios da democracia participativa e das organizações comunitárias de propriedade democrática.

¹ A SEL foi formada por agências de desenvolvimento cooperativo e pelas cooperativas de trabalhadores que elas apoiaram durante o primeiro mandato do Conselho da Grande Londres, sob a liderança de Ken Livingston (final dos anos 70/início dos anos 80).

Limites indistintos, cooptação gerencialista e mercantilização das tradições voluntárias: Onde está a “missão” na empresa social?

Uma segunda fonte de crítica à noção emergente de ES/SI veio de uma perspectiva do setor voluntário e comunitário. Dart (2004) descreveu esses setores como organizações voluntárias, pró-sociais e cívicas que eram tradicionalmente financiadas por meio de uma mistura de taxas de associados, fundos governamentais, subsídios e taxas de usuários. No entanto, devido ao neoliberalismo, houve mudanças nos mecanismos de financiamento do governo, especificamente a mudança da concessão de subsídios para contratos/licitações competitivas com a devolução, a desregulamentação e a privatização dos estados de bem-estar social que ocorreram globalmente nos últimos 40 anos (Pearce, 2003; Goerke, 2003). Borzaga e Solari (2004) afirmam que, “gostando ou não”, os fluxos de financiamento do setor estavam mudando para uma “cultura de contratos”. Grenier (2008) acrescentou que, para impulsionar essa transição, os beneficiários de benefícios foram rebatizados como “clientes” ou “consumidores” em vez de “beneficiários” ou “usuários de serviços”, de modo que a percepção mudou para uma em que eles tinham escolha e controle sobre os serviços que recebiam. Assim, uma orientação para o mercado e uma retórica de “cultura empresarial”, em oposição a uma “cultura de dependência” dos cordões da bolsa do Estado “babá”. Eikenberry e Kluver (2004) levantaram preocupações sobre os “métodos e valores do mercado” que estão sendo aplicados no setor sem fins lucrativos. De fato, Aiken (2006) destacou que eles são incompatíveis, sugerindo que a mudança deixa o setor desafiando o “desvio de missão”, na tentativa de permanecer financeiramente viável. Como acrescentou Cornforth (2014), as ESs podem enfrentar tensões ao atender às lógicas institucionais concorrentes dentro da organização, ou seja, a lógica do mercado concorrente ou a lógica do financiador concorrente (em que uma dependência excessiva de um financiador [do setor público] domina os serviços prestados) contra a lógica altruísta.

A mudança também foi logicamente desafiadora, pois Spear (2001) falou sobre a inserção de “competências gerenciais” do setor privado no setor. Da mesma forma, Bull (2008) identifica o foco intensificado dos provedores de financiamento que exigiam mais das organizações em termos de sistemas de gestão, padrões de qualidade e marketing – nenhum dos quais era financiado adequadamente por meio de contratos de serviços [do setor público]. Além disso, quanto mais empresarial o setor se torna, mais os voluntários são excluídos, pois os contratos e as responsabilidades legais limitam o uso de voluntários (Spear, 2001). Allan (2005), Macmillan (2010) e, mais tarde, Hazenberg *et al.* (2014) afirmaram que uma agenda instrumentalista de contratos estava sendo promovida na prestação de serviços do setor público, impulsionada por metas de resultados rígidos, agendas de empregabilidade e retorno das pessoas ao trabalho, em oposição a resultados mais brandos, como autoestima e confiança. Grenier (2008) advertiu que o setor estava seguindo a cultura do setor privado, em que apenas

“indivíduos empreendedores” são considerados cidadãos responsáveis e dignos, com base puramente em um conjunto de valores em torno da concorrência do livre mercado e do interesse próprio individual. Para Pharoah, Scott e Fisher (2004), as decisões de financiamento do setor público excluíam os beneficiários dos projetos, em que o financiador tinha pouco conhecimento sobre quais intervenções funcionavam ou não funcionavam em um determinado contexto. Esse conhecimento, em última análise, reside nas organizações comunitárias e voluntárias (algo abordado novamente por Curtis nesta edição temática). Amin *et al.* (2003) também afirmam que uma tendência preocupante no final da década de 1990 foi a profissionalização da economia social por meio da empresa social, em que agora há uma classe de profissionais da economia social que se deslocam de um lugar para outro “consertando” problemas locais, sem nenhuma conexão com as comunidades que atendem.

A influência do pensamento neoliberal no Reino Unido forçou o setor a se adequar por meio de instrumentação política que vai de encontro às identidades cívicas. Aiken *et al.* (2021) identificaram resistência, sugerindo que, apesar de a forma filantrópica ser o modelo de ES mais proeminente numericamente no Reino Unido, essas organizações não tendem a se autoidentificar como ESs e que sua definição orientada para os negócios não representa o valor do setor voluntário. Terry (1998) acrescenta que o “mercado” não valoriza ideologias democráticas, como equidade e justiça, comprometendo o papel do setor como “guardião de valores”. Muitas organizações voluntárias e comunitárias, portanto, rejeitaram o ES como um modelo de negócios e preferiram vê-lo como uma atividade financeira (buscando contratos, buscando comércio, como uma atividade paralela à renda de subsídios (Cox, 2007; Ridley-Duff & Bull, 2011). Pharoah, Scott e Fisher (2004) perguntaram: “Será que abordagens mais empreendedoras para a geração de renda poderiam proporcionar a esses setores [voluntários e comunitários] uma base de financiamento forte, mais confiável e independente?” – e sua pesquisa identificou que o júri ainda não decidiu! O medo do dirigismo e do pluralismo em um uso instrumental do setor voluntário para se tornar parceiro eficiente e eficaz dos agentes de prestação de serviços públicos do Estado desafiou a independência do setor (Lewis, 2005). Da mesma forma, Reid e Griffith (2006) alertaram sobre as pressões isomórficas em direção à integração e aos modelos de negócios, o que é bem resumido por Amin *et al.* (2003), afirmando que é lamentável que, em vez de oferecer uma alternativa, as ESs, na moda do momento, tenham sido cooptadas para um discurso político que está mais preocupado com a eficiência (custo-benefício) do bem-estar do que com as alternativas radicais que muitas organizações querem ser. Consequentemente, não podemos chamá-las de alternativas, radicais ou mesmo empreendedoras se o objetivo for cumprir os objetivos do governo! – podemos?

Legitimação instrumentalista neoliberal do “caso de negócios”: Onde está o “social” na empresa social??

Um terceiro e mais recente tema da primeira onda de considerações críticas sobre o campo de ES/SI foi a legitimação da pesquisa em ES pelo “caso de negócios”. O artigo da conferência de Len Arthur, em 2006, chamou a atenção dos autores da área. Bull (2008) afirma que o apelo global do neoliberalismo em muitas partes do mundo na década de 80 estava estendendo seus tentáculos por todos os setores e, com a mercantilização e a privatização, surgiu uma cultura que enfatizava a autossuficiência individual, a responsabilidade pessoal e o empreendedorismo de forma mais geral na sociedade, à medida que o individualismo se consolidava (Scase & Goffee, 1980; Kuratko, 2005). Hulgård (2014) destaca que, por um lado, as organizações da economia social eram vistas como parte e apoio de uma economia de mercado capitalista dentro dos principais mecanismos de estratégia política (consulte Dees, 1998; Drayton, 2002; Emerson, 2006; Leadbeater, 1997), argumentando que o paradigma do empreendedorismo social oferecia uma panaceia para lidar com as falhas do mercado social, promovidas por instituições nos EUA, como Ashoka, Schwab e Skoll Foundation, enquanto, por outro lado, elas podem ser vistas como uma rejeição dos valores do neoliberalismo e um contramovimento que constrói uma economia alternativa – uma economia social solidária (consulte Scott-Cato & Raffaelli, 2017).

Grenier (2008) sugeriu que o caso de negócios enquadra um discurso conveniente que enfatiza prioridades políticas específicas, promovendo uma orientação para o mercado, ampliando assim uma “cultura empresarial” que Arthur *et al.* referem como se tornando a ortodoxia. Grenier também atribuiu a grande quantidade de instituições que promovem essa agenda a organizações como a Ashoka, que teve a preocupação de não se apresentar como uma “fundação” que faz “doações” a “beneficiários”, mas sim como uma instituição que concede “prêmios” ou “estipêndios” a seus “bolsistas”, adotando, portanto, a linguagem do mundo corporativo, alinhando-se com o setor privado. Arthur *et al.* (2006) apoiaram esse argumento, afirmando que o discurso que envolve a empresa social se tornou predominantemente voltado para a empresa, e Bull e Crompton (2006) acrescentam que houve, sem dúvida, um “empurrão” político para que o setor se tornasse mais “empresarial” e “empreendedor”. Huckfield (2022) apontou o caso de que, à medida que o empreendedorismo social foi surgindo nas universidades norte-americanas, o foco principal dos acadêmicos de administração e negócios tem sido as questões logísticas, como desempenho, finanças, inovação, impacto, crescimento e mercados. (Young, 2006; Dees e Anderson, 2006; Dees, 2008; Mair e Marti, 2006; Austin, 2006), legitimando o caso de negócios como a principal preocupação. Dart (2004) argumentou que *a legitimidade moral não apenas conecta o surgimento geral da empresa social com os valores políticos e ideológicos neoconservadores, pró-negócios e pró-mercado que se tornaram centrais... mas também explica a observação de que a empresa social está sendo*

mais frequentemente compreendida e praticada em termos comerciais e de geração de receita mais restritos. Ele também aponta para estudiosos como Boschee (2001) e Emerson e Twersky (1996), alertando que a teoria institucional sugeria que a empresa social provavelmente continuaria com um foco restrito e operacional em soluções baseadas no mercado, modelos semelhantes aos de negócios e em termos de geração de receita, devido à validade mais ampla das noções ideológicas pró-mercado no ambiente social mais amplo. Isso trouxe à tona o uso do empreendedorismo comercial e do planejamento corporativo, além de ferramentas e conceitos de design de negócios voltados para um foco maior no resultado final, na receita obtida, no retorno sobre o investimento e no gerencialismo (Turnbull, 1994; Terry, 1998; Hulgard & Spear, 2006).

Voltando a Arthur *et al.* (2006), eles continuaram a delinear os perigos da legitimação do caso de negócios, onde há tensão, sugerindo que a narrativa na literatura se moveu em direção a uma narrativa de que "se as atividades de negócios forem um sucesso no mercado, isso significa que os objetivos sociais, em essência, cuidarão de si mesmos" (2006, p. 2). Como acrescentou Young (2006), quando a maioria dos comentaristas se concentra no "empreendedorismo" no empreendedorismo social, há um salto de fé com relação ao processo social e aos resultados da empresa e a negligência do social. Como disse Bull (2008), esse salto de fé é problemático, pois caracteriza a empresa social como uma forma de "fazer" negócios muito parecida com as empresas privadas. Fazer negócios também tem uma autoridade inquestionável, que "essa maneira" é a "melhor maneira" (mais um caso de isomorfismo!). Arthur *et al.* (2006, p. 2) identificaram uma questão fundamental: "... uma narrativa e um discurso de 'caso de negócios' estão sendo privilegiados na prática da pesquisa de empresas sociais em detrimento do reconhecimento conceitual e teórico do social." Bull (2008) sugere que o ambiente competitivo e a corrida por lucros podem ser destrutivos, principalmente se a prestação de serviços tiver como objetivo ser mais eficiente e obter lucros em detrimento do atendimento às necessidades da comunidade. Como Pearce (2003) adverte, as empresas sociais estariam comprometidas se adotassem os valores e princípios dos setores privado ou estatal.

Resumo

A primeira onda de perspectivas críticas sobre ES/SI culminou com a desconstrução da ES, em particular criticando a "empresa" como problemática, mas menos sobre o fato de "o social" ser problemático. A primeira onda pressupõe que o ES/SI é fundamentalmente uma "coisa boa" e que o prefixo social das palavras "empresa", "economia" e "inovação" são posições inherentemente positivas do ponto de vista ético.

Os estudos nesse campo emergente desafiaram a ideologia do mercado, criticaram o comércio como ponto focal, questionaram as estruturas jurídicas organizacionais, problematizaram as identidades definidoras e desafiaram a agenda política, mas foram, por sua vez, cooptados por meio de uma indefinição de limites dentro da hegemonia

da ortodoxia empresarial. O debate se concentrou principalmente em torno de quem é o "dono", com batalhas de definição e indefinição de limites, destacando a contestação dos conceitos entre as hegemonias do Estado, da caridade e do capitalismo.

A SEGUNDA ONDA DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE EMPRESA SOCIAL/INOVAÇÃO SOCIAL

Após a primeira onda, houve um aumento constante nas pesquisas que buscam entender o ES/SI a partir de uma posição teórica crítica, questionando as epistemologias do campo. Ao examinar a virada crítica na pesquisa em ES/SI, não se trata apenas da aplicação da teoria crítica, mas da abordagem e da lógica da pesquisa (Fournier & Grey, 2000). Seguindo o esboço de Curtis (2008) sobre os objetivos da pesquisa crítica: "...identificar e desafiar suposições, reconhecer a influência da cultura, da história e da posição social e imaginar e explorar alternativas extraordinárias, interromper rotinas e ordens estabelecidas" (2008, p. 277), a exploração de perspectivas críticas pode incluir a revelação de ideias ou ideologias ocultas, examinar arranjos institucionais e desafiar relações de poder e identificar o potencial para relações alternativas ou transformadoras (Godin, 2019). O trabalho de Chris Steyaert e Pascal Dey foi fundamental para estabelecer e sustentar uma mudança no uso da teoria crítica para enquadrar o pensamento sobre a pesquisa em ES/SI. Seus nove verbos para a prática de pesquisa para manter a ES "perigosa" sugerem que os aspectos práticos da ES se tornam mais reais na forma como são comunicados por meio da pesquisa (Steyaert & Dey, 2010). Ao fazer isso, eles sinalizaram uma mudança para se basear mais claramente em uma teoria crítica mais ampla, principalmente, mas não totalmente, associada à Escola de Frankfurt. A crítica da pesquisa por meio da desnaturalização, da performatividade crítica e da reflexividade é fundamental para essa segunda onda de identificação e contestação de pressupostos subjacentes. A consideração do ambiente cultural, histórico e social influenciou a formação e o desenvolvimento da pesquisa em ES/SI. A pesquisa crítica ocorre por meio da contextualização, da historicização e da conexão, para entender como as práticas ocorrem no contexto. Ao fazer isso, os pesquisadores podem intervir, vislumbrar mudanças e transformações (Curtis, 2008; Steyaert & Dey, 2010). Esse enquadramento nos ajuda a ter uma noção de até que ponto a pesquisa em ES/SI adotou uma perspectiva crítica da ES.

Identificação e contestação de pressupostos normativos

Essa virada crítica dentro da pesquisa em educação sexual buscou desafiar as suposições normativas por trás da pesquisa em educação sexual, que apresentam a educação sexual e a educação privada como "coisas boas" inerentes (Chell *et al.*, 2016; Dey & Steyaert, 2016). A desnaturalização envolve questionar o que é considerado dado ou natural, desconstruindo a "realidade" ou "verdade" percebida do conhecimento, revelando

sua “não naturalidade” e revelando as relações de poder desiguais que estão em jogo (Fournier & Grey, 2000). A linguagem tem uma função importante na atribuição de significado aos fenômenos. A linguagem pode ser persuasiva, poderosa e construída de forma a priorizar pontos de vista específicos (Steyaert & Dey, 2010) ou essencializada (Gibson-Graham, 2008). Parkinson e Howorth (2008) foram os primeiros pioneiros a aplicar a análise crítica do discurso (CDA) à linguagem da ES para destacar como a ideologia dominante imposta aos empreendedores sociais entrava em conflito com a experiência vivida por eles como profissionais que se sentiam mais próximos dos ativistas do que dos empreendedores. Sua pesquisa revelou questões de identidade, poder e ideologia em relação às empresas sociais.

Pascal Dey também se baseou na CDA para demonstrar como a ideologia dominante de ES se torna imbuída de significados mantidos pelos empreendedores tradicionais e está em desacordo com as práticas de ES do mundo real, destacando, assim, a narrativa política e politizante associada a aspectos da pesquisa de ES/SI (Dey, 2006, 2010). Isso chama a atenção para o fato de que as narrativas heroicas do ES/SI enfatizam os benefícios da inovação, da criatividade, do entusiasmo e da coletividade para construir uma narrativa do ES/SI como um “sujeito ideal” que os empreendedores nascentes e os ativistas comunitários devem imitar. A ocultação da realidade esconde qualquer discussão sobre luta, obstáculos e riscos, fraqueza ou fracasso, e desvia a atenção dos problemas que os empreendedores sociais estão tentando resolver (Dey & Lehner, 2017). A análise do discurso revelou como as narrativas das políticas de ES promovem uma ideologia neoliberal de mercantilização e concorrência, em vez de modelos de bem-estar social associados ao Estado e à provisão sem fins lucrativos (Mason *et al.*, 2019; Nicholls & Teasdale, 2017). O trabalho de Dey também mostrou como os empreendedores sociais resistem e subvertem esses modos dominantes, apropriando-se deles e usando-os para seus próprios fins, imitando o ideal da ES/SI, a fim de garantir recursos (Dey & Teasdale, 2016). A mensagem subjacente no discurso da ES/SI é que são as pessoas que precisam mudar, e não as instituições.

Outro conceito da pesquisa crítica nessa onda foi a performatividade, que está relacionada à desnaturalização no sentido de que se refere à ideia de que a realidade é ativamente representada por nossas palavras e ações (Law, 2004), e não meramente construída ou vinculada a ela, o que ajuda a explicar como a ideologia se torna incorporada em diferentes contextos sociais e geográficos. A performatividade crítica identificou como as narrativas de políticas, como a visão competitiva da ES, foram adotadas nas comunicações de políticas e da mídia – para influenciar as interações cotidianas e criar a realidade para os empreendedores sociais (Gibson-Graham, 2008; Steyaert & Dey, 2010). Isso chamou a atenção para a forma como os ideais economicistas dominantes da ES eram continuamente reescritos, afetando a formação da identidade dos empreendedores em potencial que se modelavam em um ato performativo de “tornar-se” (Phillips & Knowles,

2012). Ao considerar os processos de desnaturalização, a pesquisa crítica de ES/SI lançou luz sobre as práticas que inscrevem os ideais de mercado por meio das lentes da performatividade (Petitgand, 2018). A antiperformatividade ou a performatividade crítica resisteativamente à posição econômica dominante, para priorizar o "social" do ES/SI. Isso pode ocorrer tanto por meio de pesquisas que lançam luz sobre práticas alternativas (Gibson-Graham, 2008; Gibson-Graham *et al.*, 2013).

Dando continuidade ao trabalho iniciado na primeira onda, houve um impulso para teorizar diretamente os pressupostos normativos que sustentam o ES/SI. Pesquisadores críticos exploraram a ambiguidade em torno do termo "social", que mascara os valores que acompanham o termo (Bruder, 2021; Ranville & Barros, 2021). Bruder (2021) questionou as suposições de missões sociais que, segundo ele, inevitavelmente levam a práticas sociais e éticas nas ESs. Ele apontou como o impulso para a maximização, inerente à ideologia do mercado, cria um foco no cumprimento de uma missão social definida em vez de deveres e responsabilidades mais amplos da organização. Isso restringe os resultados sociais da organização à consecução de uma meta social geralmente definida de forma restrita, o que às vezes leva a outros resultados sociais e ambientais negativos. Essa motivação econômica para maximizar o impacto social pode levar à exploração de empreendedores sociais, de seus funcionários e do meio ambiente (consulte também Dempsey e Sanders, 2010). Bruder pediu uma definição de ES que incorpore tanto a missão social quanto as práticas sociais, sugerindo a ética integrativa como um caminho em potencial para reunir a intenção social da ES com as práticas, com base empírica.

A definição do "social" em ES/SI na segunda onda está relacionada a julgamentos sobre o que é do interesse da sociedade e, portanto, torna-se uma investigação política em vez de tecnocrática (Cho 2006). O ES/SI foi posicionado como uma resposta privada a problemas públicos, em que os cidadãos se tornam clientes e a eficiência do mercado substitui a tomada de decisão democrática (Ganz *et al.* 2018). Isso foi articulado em relação ao papel da ES na neoliberalização das economias do Reino Unido e da Europa, descrito na primeira onda. É evidente na integração da ES/SI que a politização continua e que as ESs e seus poderes sobrenaturais devem ser considerados a solução para os grandes desafios sociais (Ganz *et al.*, 2018). Com base em trabalhos anteriores, os pesquisadores reconheceram a necessidade de repolitizar o ES/IS por meio da clareza sobre os princípios ideológicos e políticos subjacentes (Dey & Steyaert, 2012). Isso é relevante para a ideologia política que sustenta as motivações do ES (Jarrodi *et al.*, 2019), mas, sem dúvida, é mais relevante como pesquisadores. Como Ranville e Barros (2022) apontam em sua análise de 100 artigos importantes sobre ES, foram identificadas filosofias políticas contraditórias no campo e em artigos individuais, sugerindo que o campo ainda é aberto e multivocal ou inconsistente e incoerente.

Reconhecer a importância do contexto

A teoria crítica está preocupada em compreender e explicar os fenômenos conforme moldados pelo (e moldando o) contexto, em vez de abstração teórica. O ES/SI não opera em um vácuo, ele influencia e é influenciado pelas condições locais (Steyaert & Dey, 2010). Para descobrir o raciocínio por trás de ações e eventos, é importante entender como diferentes contextos, aspectos e condições de fenômenos influenciam outros (Vincent & O'Mahoney, 2018). O ES/SI pode ser visto como uma contextualização do empreendedorismo e da inovação – um afastamento dos modelos de empreendedorismo padrão que se concentram no empreendedorismo motivado pelo lucro e pela criação de riqueza. Refletindo os estudos de contexto de empreendedorismo padrão, que eram evidentes nas abordagens anteriores da primeira onda, a pesquisa considerou como o contexto era importante para entender “quando, como e por que” o empreendedorismo social acontece, e também quem se torna um empreendedor social (Welter *et al.*, 2020, Welter, 2011). Conforme descrito acima, os primeiros estudos se concentraram no contexto da missão social, diferenciando a empresa social dos negócios com fins lucrativos, e como o conflito entre os motivos e as pressões sociais e lucrativos pode levar ao desvio da missão (conforme descrito na primeira onda, citando Aiken, 2006, e Cornforth, 2014). Houve uma expansão significativa no número e na natureza dos estudos contextuais de ES/SI nos últimos dez anos, com pesquisas que examinam o desenvolvimento em diferentes ambientes geográficos, incorporando perspectivas de gênero, étnicas e culturais indígenas. As explicações contextualizadas podem esclarecer por que determinadas ideias com recursos semelhantes podem ter um resultado diferente em ambientes políticos ou comunitários alternativos, ou no mesmo local (ou na mesma organização) em um momento diferente. Esses casos individuais são cruciais para a formação de uma massa crítica que pode influenciar uma mudança nas suposições e teorias dominantes. Esse conjunto de conhecimentos pode ajudar a desafiar as suposições sobre o que constitui o ES/SI e pode lançar luz sobre tipos de empreendimentos e inovações sociais que foram marginalizados. Entretanto, muitos desses estudos consideram sua contribuição empírica e tendem a não adotar uma lente teórica crítica (de Bruin & Teasdale, 2019). Além disso, o foco nos empreendedores ou organizações sociais microindividuais tende a apresentar uma análise positiva da ES.

Parkinson e Howorth (2008) relacionam a história social e econômica de um lugar à forma como a educação sexual é concebida e percebida dentro de um local. Eles destacam como a criação de significado é contestada na ES, vinculando detalhes locais minuciosos a temas nacionais amplos para demonstrar como o contexto e a experiência local diferem. A teoria institucional forneceu uma maneira de compreender criticamente o ES/SI em seus contextos (van Wijk *et al.*, 2019; Stephan *et al.*, 2015). As abordagens institucionais foram utilizadas para identificar barreiras e facilitadores para a atividade de ES/SI por meio da consideração de vazios institucionais e apoios institucionais (por

exemplo, Stephan *et al.*, 2015). A definição de ES adotada pelo EMES, com base na abordagem institucional de Karl Polanyi, aponta para a adequação da teoria institucional para a compreensão de lógicas concorrentes: a ES é conceituada como operando entre as esferas do mercado, do governo e da sociedade; o projeto ICSEM dos acadêmicos do EMES buscou vincular tipos de ES a configurações de fatores institucionais em diferentes países (Defourny & Nyssens, 2017).

As tensões na mudança transformacional

A ideia de transformação é fundamental para as definições de ES/SI e, potencialmente, a característica distintiva entre inovação social e empresa social (Moulaert & MacCallum, 2018). Embora a ES seja frequentemente posicionada como a solução para a desigualdade e a privação, pesquisas críticas a identificam cada vez mais como paliativa (usada como um remédio para problemas estruturais), em vez de conseguir alterar ou substituir instituições dominantes, para abordar o cerne de um problema (Scott-Cato & Raffaelli, 2017). Ao considerar o potencial transformador da ES/SI, trabalhos recentes identificaram níveis e processos de mudança em interação, que incluem mudanças em nível micro nas relações sociais, inovação sistêmica que ocorre dentro de instituições e estruturas sociais, mudança das regras do jogo em nível macro e narrativas de mudança que buscam desafiar a ordem existente por meio de contranarrativas (Avelino *et al.*, 2019; Pel *et al.*, 2020). As mudanças em nível micro formam a base da abordagem de economias comunitárias de J. K. Gibson-Graham, que chama a atenção para alternativas que foram marginalizadas por práticas ou ideologias dominantes. Os muitos estudos de caso e exemplos contextuais podem ser vistos aqui como uma construção para demonstrar aos participantes, à sociedade em geral e ao governo que "outra maneira é possível". Ao definir a IS como um processo de transformação social, há um afastamento do foco nos benefícios sociais para reconhecer um possível lado sombrio da mudança, que pode servir a interesses adquiridos e dominantes (Pel *et al.*, 2020). Isso fica evidente na análise de Teasdale *et al.* (2021), que identificou como o discurso da Ashoka foi orientado pela transformação individual em vez da estrutural, individualizando assim a responsabilidade pela IS. Outros estudos chamaram a atenção para as relações de poder, identificando como o empoderamento de um grupo pode desempoderar outros, destacando a necessidade de manter uma postura crítica que reconheça todas as partes (Avelino, 2021). Isso reforça o impulso de expor as suposições que sustentam a pesquisa e aponta para uma teoria normativa que envolve um julgamento sobre o que o ES/SI "deveria" ser (Avelino, 2021; Flyvberg, 2001).

Reflexividade e pesquisa crítica

Os estudos de segunda onda integraram a reflexividade e começaram a considerar os valores do que se supõe ser socialmente benéfico. O exame das práticas a partir da perspectiva do social pode revelar como as suposições dominantes podem influenciar a ES e a maneira como a entendemos. Curtis (2008) revisitou um projeto com uma visão

criticamente reflexiva e descobriu que sua análise havia sido cooptada pela narrativa competitiva, em que a avaliação do sucesso se baseava em uma medida gerencial. Isso chamou a atenção para o papel dos valores na pesquisa de ES e para a necessidade de estar ciente e explícito sobre eles, pois podem influenciar as avaliações de sucesso ou os impactos relatados da ES (Ranville e Barros, 2022). Ruebottom (2018) destacou como a integração de lógicas econômicas na produção comunitária de alimentos não é necessariamente uma medida negativa, mas o problema surge se presumirmos automaticamente que ela é boa. Da mesma forma, a replicação de programas além das fronteiras geográficas pode impor certos valores às comunidades, o que, por si só, é problemático (Ruebottom, 2018). Isso aponta para o argumento de que a ES pode minar a democracia, pois as ESs tomam decisões de provisão pública fora do âmbito político. Ele destaca a importância da voz e da participação pública na ES/SI.

Resumo

A segunda onda de perspectivas críticas sobre o ES/SI fez com que os pesquisadores se olhassem no espelho, examinando como a pesquisa era realizada, com o objetivo de reconhecer a linguagem, a identidade e as relações de poder, com o intuito de criar espaços para vozes e experiências alternativas. Ao fazer isso, os pesquisadores do SE/SI foram influenciados por estudiosos de estudos críticos de administração, explorando a desnaturalização, a reflexividade e a performatividade, adotando a análise crítica do discurso. A mudança aqui, a partir da primeira onda, é de uma preocupação com a cooptação do ES/SI para formas, políticas e suposições organizacionais neoliberais, para o questionamento da própria base do ES/SI, criticando as suposições que as primeiras críticas fizeram sobre a "bondade" do ES/SI e seu efeito no mundo real. A segunda onda, portanto, marcou uma mudança no sentido de usar o conjunto de ferramentas progressivas da teoria crítica para expor a dinâmica de poder subjacente implícita na pesquisa. As estruturas analíticas, no entanto, ao fazer com que o contexto local seja importante, ao dar voz a vozes alternativas e minoritárias, questionando as narrativas convencionais, é que tudo é circunstancial e igualmente válido.

A TERCEIRA ONDA DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE EMPRESA SOCIAL/INOVAÇÃO SOCIAL

Quando olhamos para 2010, vimos um ponto alto do que foi entendido como teoria crítica (que informou a teorização de ES/SI). No entanto, muita coisa mudou desde 2010, especialmente no mundo da sociologia e da teoria crítica. Há uma noção implícita de que a "Escola de Frankfurt", o lar intelectual de Horkheimer, Habermas e Gramsci, representa uma visão de mundo progressista e de centro-esquerda que critica as narrativas e verdades dominantes para chegar a uma representação mais precisa do mundo. Mas os intelectuais da nova direita (*nouvelle droit*), como Jordan Peterson e

Alain de Benoist, têm cooptado constantemente o arsenal intelectual da teoria crítica. Peterson, o escritor mais conhecido popularmente, defende ataques ao que ele chama de "marxismo cultural", chamando-o de nova "hegemonia" (Sharpe, 2020). Ele deturpa (ou não entende) o que foi o projeto da Escola de Frankfurt e o apresenta como uma conspiração comunista para dominar a academia e o discurso social. No entanto, apesar do aparente mal-entendido, ele usa as mesmas estruturas de crítica usadas pela Escola de Frankfurt em suas próprias análises para afirmar que o projeto progressista é a lógica dominante do mainstream. O antiprogressista se tornou a voz da minoria, em seu argumento, e as estratégias da teoria crítica da Escola de Frankfurt estão abertas para serem cooptadas por eles.

Menos conhecido, mas altamente influente na intelligentsia da nova direita, é Alain de Benoist. Sua contribuição é considerada uma "nova reafirmação do fascismo" (Sheehan, 1981), que retoma as influências daqueles tradicionalmente aceitos como o núcleo da teoria crítica, a saber: Gramsci, Marx, Buber, Debord, Baudrillard e Pareto, entre outros, em uma tentativa de ir além da política tradicional de esquerda/direita e misturar ideologias de esquerda radical com ideologias de direita radical. Ele passou a exercer uma influência significativa nos círculos intelectuais de direita de língua inglesa (Copsey, 2013). A estratégia da nova direita é cooptar os próprios termos usados pelos teóricos críticos e distorcê-los para resultados não progressistas. Um exemplo é o uso da noção de hegemonia cultural de Gramsci.

Para a esquerda, as percepções de Gramsci são usadas para informar as análises das funções da classe econômica dentro das estruturas criadas para e pela dominação cultural. Os artefatos culturais transmitem e disseminam a ideologia dominante para as populações de uma sociedade. Em *Ideology and Ideological State Apparatuses* (1970), Louis Althusser desenvolve essa noção de uma ideologia dominante criada e sustentada por instituições culturalmente dominantes para o Estado. Os *Aparelhos Ideológicos de Estado* estão por toda parte, desde o clero, passando pelas escolas, a polícia, os partidos políticos, as comunicações de massa e a academia. Para Althusser, o objeto de tal análise crítica é o Estado conservador. Para a nova direita, o objeto é o que eles chamam de neoliberal de esquerda, elites globalistas, incluindo o Estado e os capitalistas.

Para Peterson e De Benoist, a hegemonia cultural é o próprio progressismo. Segundo eles, os cargos universitários poderosos são dominados por "marxistas culturais" informados pela "Escola de Frankfurt" (Tuters, 2018; Mirrlees, 2018). Isso deixa um forte ponto de interrogação sobre as tentativas de aplicar a "teoria crítica" ao pensamento sobre ES/SI. Podemos considerar a própria noção de Horkheimer de inovação social como "mudança sociológica e emancipação intelectual" como sendo uma interpretação progressiva ou de esquerda. A mudança sociológica não é mais apenas um projeto progressista. Os movimentos conservadores, antigueralistas, reacionários e fascistas também buscam "mudança sociológica e emancipação", mas o tipo de mudança deles?

A mudança pode ser negativa ou positiva, e a emancipação não é algo que somente a esquerda faz para seus adeptos. A direita também busca a emancipação do “complexo institucional expansivo que produz e regula a opinião pública para garantir a perpetuação do *status quo* ‘progressivo’” (Woods, 2019, p. 39). Quando reconsideramos frases como antiperformatividade, desnaturalização e reflexividade, não podemos mais assumir a hegemonia para a qual elas são direcionadas. O que surge é um debate, há muito evitado, sobre qual ética é boa?

Esse problema apresentado pela nova direita revela uma cegueira ontológica que tem dificultado a clareza no campo. Na contestação sobre o significado e a função dos termos (e dos fenômenos associados), na maioria das vezes a epistemologia é confundida com a ontologia. Essa é uma “episteme” subjacente às nossas formações cognitivas (Foucault, 1980, p. 197). O que se sabe sobre empresas sociais e empreendedores sociais, inovações e inovadores que atuam em uma economia ou campo social é discutido incessantemente, porque esses fenômenos são conhecíveis e mensuráveis. A primeira onda pressupôs uma episteme comum, os debates centrados em definições, por exemplo, no mesmo espaço epistêmico. A mudança relativista na segunda onda apontou corretamente que outros conhecimentos existiam (e haviam sido ignorados), mas presumiu que as ontologias também eram diversas e igualmente verdadeiras. Quando isso acontece, sem lidar explicitamente com as pressuposições ontológicas das vozes e experiências minoritárias, as vozes e experiências novas (e menos saborosas) recebem o mesmo espaço que as vozes e experiências que são genuinamente objeto de atenção do ES/SI.

A dança em torno da noção do “social na empresa social” surge porque o propósito do social é considerado intrinsecamente (ontologicamente) bom e progressivo. O resultado do desafio da nova direita é identificar o relativismo presente nas suposições ontológicas dos teóricos envolvidos. Não queremos chamar a atenção para pesquisas e pesquisadores que foram afetados por isso, mas os artigos de periódicos podem se aproximar demais do “nativismo ambiental” (Reidel, 2021) ao explorar inovações biorregionalistas que enfatizam a comunidade, o localismo e as intervenções baseadas no local. Buscar o controle baseado na comunidade local não é o mesmo que buscar a justiça social (Pendras, 2002). Os acadêmicos pró-localidade tendem a essencializar as comunidades locais como a rede de confiança e harmonia social e a celebrar sem críticas os benefícios ecológicos e políticos (supostos) do localismo (Park, 2013). Uma horta comunitária pode ser tomada por um grupo comunitário de extrema direita e se tornar um espaço branco. As empresas sociais biorregionalistas podem enquadrar seu trabalho no discurso indigenista neofascista (Manavist, 2018). Parar com as estratégias analíticas da Escola de Frankfurt e adotar impensadamente epistemologias relativistas de construção social é perigoso e exige uma resposta. Acreditamos que essa resposta está no fato de o campo levar a sério a posição filosófica do realismo crítico (Bhaskhar, 2013 [1975], Mingers, 2014).

Ao formularmos nossa tese de três ondas, fomos influenciados pela referência agora comum a "viradas críticas", que aclamam desenvolvimentos novos e mais teoricamente informados, ou "ondas" de diferentes epistemologias subjacentes, ontologias e suposições implícitas na sociologia e na literatura de ES/SI. Steyaert e Dey (2018), em um momento decadal, referem-se a três décadas de "pesquisas, às vezes altamente funcionalistas, evidências anedóticas e pensamento de 'melhor gestão'" (2018, p. 6) em sua justificativa de que era o "momento certo" (*kairos*) para seu livro. Acreditamos que o tempo linear (**chronos**) ainda atravessa esse momento crucial, pois todos os problemas com a pesquisa em ES/SI que eles criticam ainda continuam, à medida que novas pessoas entram no campo sem estar familiarizadas com os desenvolvimentos teóricos, contribuindo, sem saber ou deliberadamente, para a crescente montanha de pesquisas não (auto)críticas no campo. Steyaert e Dey usam cinco formas de criticidade, das quais encontramos as três primeiras em nossas duas primeiras ondas, (1) questionar os pressupostos popularistas, (2) tornar visíveis os fundamentos ideológicos dessas mensagens popularistas e (3) o desempenho desses fundamentos no discurso e na ação. Eles sugerem que (4) o fundamento moral normativo do ES/SI é "participação e democracia", mas Ruebottom (2018), Eikenberry (2018) e Horn (2018), no mesmo volume, dividem isso em valores democráticos liberais pró-negócios de liberdade por meio do trabalho (sic), internacionalização da ética social e uma tentativa de transferir o poder para democracias deliberativas baseadas na comunidade por meio da participação das partes interessadas. Isso leva ao quinto ponto (Friedman *et al.*, 2018), que "realidades alternativas" podem agora ser imaginadas (p. 251) com "mudanças fundamentais de significado" (p. 253) em que "nem 'social' nem 'empreendedorismo' é um significante fixo" (Calas *et al.*, 2018, p. 264) – perigosamente confundindo epistemologia com ontologia. A forma física do ES/SI não é mais fixa nas mentes dos teóricos críticos do ES/SI, ela agora é móvel e inconstante. Os resultados criados pelo ES/SI agora se tornam líquidos e escorregadios (Bauman, 2013). As condições para isso são estabelecidas na segunda onda e estão prontas para serem exploradas pela nova direita por meio de processos de normalização. Isso abre as portas para as realidades alternativas, achatando a ontologia (Choat, 2018) ou, em termos realistas críticos, confundindo epistemologia com ontologia (Kant, 2014). A inovação social é reduzida a um conjunto de atores individualistas, sem ontologia proposital, sem propósito ou significado final, sem estruturas que governem ou estruturem a ação ou o pensamento. Isso é importante porque, se não há verdade ontológica para o bem ou para o mal, então as epistemologias pós-modernas e novo-materialistas do ES/SI estão abertas tanto para a inovação social ruim quanto para a boa.

Enquanto o positivismo postula que existe uma realidade suprema e que ela é confiável e análoga à nossa realidade empírica percebida (epistemológica), o construcionismo social (em seu extremo pós-modernista) afirma que não há nada real exceto a superfície, nada real por trás do hiper-realismo do que percebemos e experimentamos (Eco, 1986,

1995; Baudrillard, 1994; 1998) – a única coisa real é o que pensamos sobre o real; a realidade é meramente construída. Nossa noção de qual resultado social é "bom" é meramente uma questão de posição política. Em ambas as posições, o ontológico é confundido ou misturado com o empírico. Uma postura realista crítica analisa a diferença entre ontologia e epistemologia, enquanto o positivismo e o construtivismo social confundem as duas coisas (Johnson e Duberley, 2003). Os realistas críticos afirmam a existência de uma realidade causalmente eficaz (grego: ὄντος ontos), independente da experiência humana, sobre a qual podemos adquirir conhecimento justificado (grego ἐπιστήμη episteme), ao mesmo tempo em que reconhecem a inevitabilidade de o conhecimento ser limitado, contextual e contingente (epistemicamente relativista). O realismo crítico permite uma realidade que é independente do conhecimento humano (mas talvez não tão simplesmente permanente e imutável quanto um realismo ingênuo positivista) e nosso conhecimento dessa realidade é (suficientemente) confiável, mas contingente às limitações da percepção humana e à impermanência da realidade, ontologicamente.

CONCLUSÕES

Na primeira onda, o objetivo do conceito de ES/SI é, implicitamente, suavizar as funções da sociedade e do capitalismo, abordar as lacunas e inconsistências do capital (pós)moderno e melhorar os resultados negativos do capital. O que é considerado positivo ou negativo é ignorado. Na segunda onda, as pressuposições epistemológicas começam a ser desfeitas. Os contextos em que a empresa/inovação social surge são questionados, e os propósitos para os quais a ES/IS é criada também são questionados, mas, ainda assim, a ética dos resultados "sociais" é deixada intocada ou é considerada relativista (ou seja, um bom resultado social; maior solidariedade entre as pessoas; menos disfunção dentro do capitalismo; uma redução na pobreza com o enfrentamento das causas da pobreza; ou um meio de enfrentar a hegemonia do neoliberalismo elitista, por meios progressivos ou regressivos). O teórico Max Horkheimer descreveu uma teoria como crítica na medida em que ela busca "libertar os seres humanos das circunstâncias que os escravizam" (1982, p. 244): O empreendimento social de uma pessoa é a libertação da hegemonia de outra pessoa.

Apresentamos as histórias de duas ondas da virada crítica na literatura de ES/SI, primeiro uma crítica instrumentalista, debatendo quais agentes e instituições podem ser chamados de inovadores sociais e empresas sociais, e quais movimentos sociais deram origem aos "novos" fenômenos. A segunda onda, uma virada pós-moderna, mudou a crítica para questionar quais vozes e experiências eram dominantes no enquadramento da prática de ES/SI e como ela era escrita na literatura acadêmica e cinzenta. As lacunas e contradições (Curtis, 2011) nos discursos dominantes foram abertas e exploradas para abrir espaços para discursos feministas, ambientais, raciais e de classe (Schachter,

2022). Consequentemente, o terreno comum ontológico presumido foi abalado, e essas mudanças emancipatórias correm o risco de serem cooptadas e exploradas.

Não estamos acusando nenhum dos fantásticos artigos publicados na pesquisa SE/SI de ser fascista, antiprogressista ou antitético à contribuição social positiva da inovação social e do empreendedorismo social, mas queremos apontar como a nova direita pode prontamente cooptar a terminologia e as estratégias analíticas usadas pelos teóricos progressistas, o que (se não for controlado) resultará em noções tidas como certas de "a bondade do social" sendo capturadas por aqueles que também são antimodernistas, antiglobalistas e que julgam que a desigualdade é um estado de coisas naturalmente positivo (Finlayson, 2021). Perguntamos se na terceira onda as críticas relativistas serão cooptadas por perspectivas reacionárias ou se o realismo crítico exigirá um foco mais forense no "bem" que todos nós supostamente desejamos. Nas aspirações de aumentar o campo e ser generosos e inclusivos, corremos o risco de deixar outros lobos mais circunspectos entrarem pela porta dos fundos.

REFERÊNCIAS

- Aiken, M. (2006). How do social enterprises operating in commercial markets reproduce their organisational values. [Paper Presentation] *3rd Annual UK Social Enterprise Research Conference* (p. 22-23). London: London Southbank University.
- Aiken, M., Spear, R., Lyon, F., Teasdale, S., Hazenberg, R., Bull, M., & Massey, A.K., (2021). Social Enterprise in the UK. In J. Defourny & M. Nyssens (Eds.), *Social enterprise in Western Europe: Theory, models and practice* (p. 253-268). New York: Routledge, Taylor & Francis.
- Alcock, P. (2010). A strategic unity: defining the third sector in the UK. *Voluntary Sector Review*, 1(1), 5-24.
- Allan, B. (2005). Social enterprise: through the eyes of the consumer (prepared for the National Consumer Council). *Social Enterprise Journal*, 1(1), 57-77. <https://doi.org/10.1108/17508610580000707>
- Amin, A. (Ed.). (2009). *The social economy: International perspectives on economic solidarity*. London: Bloomsbury.
- Amin, A., Cameron, A., & Hudson, R. (2002). *Placing the social economy*. London: Routledge.
- Amin, A., Cameron, A., & Hudson, R. (2003). The alterity of the social economy. In A. Leyshon, R. Lee & C. C. Williams (Eds.). *Alternative economic spaces* (p. 27-54). London: Sage.
- Arthur, L., Keenoy, T., & Scott-Cato, M. (2006). *Where is the 'social' in social enterprise?* [Paper presentation]. *3rd Annual Social Enterprise Conference*, June 22-23. London: South Bank University.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? *Entrepreneurship theory and practice*, 30(1), 1-22.
- Avelino, F. (2021). Theories of power and social change. Power contestations and their implications for research on social change and innovation. *Journal of Political Power*, 14(3), 425-448.

- Avelino, F., Wittmayer, J. M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., & O'Riordan, T. (2019). Transformative social innovation and (dis)empowerment. *Technological Forecasting and Social Change*, 145, 195-206.
- Baekkeskov, E. (2011). Issue framing and sector character as critical parameters for government contracting-out in the UK. *Public Administration*, 89(4), 1489-1508.
- Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and simulation*. University of Michigan press.
- Baudrillard, J. (1998). *Société de consommation: Ses mythes, ses structures* (Vol. 53). London: Sage.
- Bauman, Z. (2013). *Liquid modernity*. John Wiley & Sons.
- Bhaskar, R. (2013 [1975]). *A realist theory of science*. London: Routledge
- Borzaga, C., & Solari, L. (2004). Management challenges. In C. Borzaga & J. Defourny (Eds.), *The emergence of social enterprise* (Vol. 4, Chapter 19). London: Routledge.
- Boschee, J. (2001). Eight basic principles for nonprofit entrepreneurs. *Nonprofit World*, 17, 15-18.
- Bruder, I. (2021). A social mission is not enough: Reflecting the normative foundations of social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*, 174(3), 487-505.
- Bull, M. (2008). Challenging tensions: Critical, theoretical and empirical perspectives on social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 14(5), 268-275.
- Bull, M., & Crompton, H. (2006). Business practices in social enterprises. *Social Enterprise Journal*, 2(1), 42-60. <https://doi.org/10.1108/17508610680000712>
- Bull, M., & Ridley-Duff, R. (2018). Towards an appreciation of ethics in social enterprise business models. *Journal of Business Ethics*, 159, 619-634. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3794-5>
- Calás, M. B., Ergene, S., & Smircich, L. (2018). Becoming possible in the Anthropocene? *Becoming social entrepreneurship as more-than-capitalist practice*. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 264-293). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Chell, E., Spence, L. J., Perrini, F., & Harris, J. D. (2016). Social entrepreneurship and business ethics: Does social equal ethical? *Journal of business ethics*, 133(4), 619-625.
- Choat, S. (2018). Science, agency and ontology: A historical-materialist response to new materialism. *Political Studies*, 66(4), 1027-1042.
- Copsey, N. (2013). Au Revoir to 'Sacred Cows'? Assessing the Impact of the Nouvelle Droite in Britain. *Democracy and Security*, 9(3), 287-303. <https://doi.org/10.1080/17419166.2013.792249>
- Cornforth, C. (2014). Understanding and combating mission drift in social enterprises. *Social Enterprise Journal*, 10(1), 3-20.
- Cox, G. (2007). *What is social enterprise?* Personal webpage. www.geofcox.info (accessed 30 June 2010), UK.
- Curtis, T. (2007). Mind forg'd: taking a Foucauldian look at prison based social enterprises. *Fourth Annual UK Social Enterprise Research Conference*. London: South Bank University.
- Curtis, T. (2008). Finding that grit makes a pearl: A critical re-reading of research into social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 276-290. <https://doi.org/10.1108/13552550810897650>
- Curtis, T. (2011). 'Newness' in social entrepreneurship discourses: the concept of 'danwei' in the Chinese experience. *Journal of Social Entrepreneurship*, 2(2), 198-217.
- Curtis, T. (2011). 'Newness' in social entrepreneurship discourses: the concept of 'danwei' in the Chinese experience. *Journal of Social Entrepreneurship*, 2(2), 198-217.

- Dart, R. (2004). Being 'business-like' in a nonprofit organization: a grounded and inductive typology. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 33(2), 290-310.
- de Bruin, A., & Teasdale, S. (2019). Exploring the terrain of social entrepreneurship: New directions, paths less travelled. In *A Research Agenda for Social Entrepreneurship* (p. 1-12). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Dees, J. G. (1998). Enterprising nonprofits. *Harvard Business Review*, January/February, 55-67.
- Dees, J. G., & Anderson, B. B. (2006). Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought. In R. Mosher-Williams (Ed.), *Research on Social Entrepreneurship: Understanding and Contributing to an Emerging Field*. (p. 39-66). Indianapolis, IN: ARNOVA.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2006). Defining Social Enterprise. In M. Nyssens M. (Ed.), *Social Enterprise: At the Crossroads of Market, Public Policies and Civil Society* (p. 3-26). London: Routledge.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2017). Fundamentals for an international typology of social enterprise models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and nonprofit organizations*, 28(6), 2469-2497.
- Dempsey, S. E., & Sanders, M. L. (2010). Meaningful work? Nonprofit marketization and work/life imbalance in popular autobiographies of social entrepreneurship. *Organization*, 17(4), 437-459.
- Dey, P. (2010). *The Symbolic Violence of 'Social Entrepreneurship': Language, Power and the Question of the Social (Subject)* [Paper presentation], 3rd Research colloquium on social entrepreneurship. Oxford, UK.
- Dey, P. and Lehner, O. (2017). Registering ideology in the creation of social entrepreneurs: Intermediary organizations, 'ideal subject' and the promise of enjoyment. *Journal of Business Ethics*, 142(4), 753-767.
- Dey, P., (2006). The rhetoric of social entrepreneurship: Paralogy and new language games in academic discourse. In C. Steyaert & D. Hjorth (Eds.), *Entrepreneurship as social change* (p. 121-144). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Dey, P., & Steyaert, C. (2018). *Social entrepreneurship: An affirmative critique*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Dey, P., & Teasdale, S. (2016). The tactical mimicry of social enterprise strategies: Acting 'as if' in the everyday life of third sector organizations. *Organization*, 23(4), 485-504.
- Drayton, W. (2002). The Citizen Sector: Becoming as Entrepreneurial and Competitive as Business. *California Management Review*, 44(3): 120-32.
- DTI (2002). *Social Enterprise: a strategy for success*. London: Department of Trade and Industry. Document in its original form was downloaded from Employee Ownership Australia website at <https://employeeownership.com.au/hoa/wp-content/uploads/2020/08/Social-enterprise-A-strategy-for-success.pdf> (accessed 20/10/22)
- Eco, U. (1986). *Semiotics and the Philosophy of Language* (Vol. 398). Indiana University Press.
- Eco, U. (1995). Ur-fascism. *The New York review of books*, 42(11), 12-15.
- Eikenberry, A. M. (2018). Social entrepreneurship and democracy. In P. Dey & C. Steyaert, C. (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 210-229). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Eikenberry, A. M., & Kluver, J. D. (2004). The marketization of the nonprofit sector: Civil society at risk? *Public Administration Review*, 64(2), 132-140.
- Emerson, J. (2006). Moving ahead together: implications of a blended value framework for the future of social entrepreneurship. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New Paradigms of Sustainable Social Change*. Oxford: Oxford University Press.

- Emerson, J., & Twersky, F. (1996). *New social entrepreneurs: The success, challenge and lessons of non-profit enterprise creation*. Homeless Economic Fund, the Roberts Foundation.
- EMES (2004). *L'Emergence des entreprises sociales en Europe (1996-1999)* [The emergence of social enterprises in Europe project completed between 1996 and 2000]. Liege, Belgium: EMES – *L'EMergence de l'Entreprise Sociale* [International Research Network]. www.emes.net (accessed February 2004).
- Finlayson, A. (2021). Neoliberalism, the Alt-Right and the Intellectual Dark Web. *Theory, Culture & Society*, 38(6), 167-190.
- Flyvbjerg, B. (2001). *Making social science matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge University Press.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Vintage.
- Fournier, V., & Grey, C. (2000). At the critical moment: Conditions and prospects for critical management studies. *Human relations*, 53(1), 7-32.
- Friedman, V. J., Sykes, I., & Strauch, M. (2018). Expanding the realm of the possible: Field theory and a relational framing of social entrepreneurship. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 239-263). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Ganz, M., Kay, T., & Spicer, J. (2018). Social enterprise is not social change. *Stanford Social Innovation Review*, 16(2), 59-60.
- Gibson-Graham, J. K. (2008). Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. *Progress in human geography*, 32(5), 613-632. <https://doi.org/10.1177/0309132508090821>
- Gibson-Graham, J. K., Cameron, J., & Healy, S. (2013). *Take back the economy: An ethical guide for transforming our communities*. University of Minnesota Press.
- Godin, B. (2019). *The invention of technological innovation: Languages, discourses and ideology in historical perspective*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Goerke, J. (2003). Taking the quantum leap: nonprofits are now in business: an Australian perspective. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 8(4), 317-27.
- Grenier, P. M. (2008). *Role and significance of social entrepreneurship in UK social policy*. London School of Economics and Political Science (United Kingdom). PhD Submission.
- Haugh, H., & Kitson, M. (2007). The Third Way and the third sector: New Labour's economic policy and the social economy. *Cambridge journal of economics*, 31(6), 973-994.
- Hazenberg, R., Seddon, F., & Denny, S. (2014). Investigating the outcome performance of work-integration social enterprises (WISEs): do WISEs offer 'added value' to NEETs? *Public management review*, 16(6), 876-899.
- Hines, F. (2005). Viable social enterprise – an evaluation of business support to social enterprises. *Social Enterprise Journal*, 1(1), 13-28.
- HM Treasury (1999). *Enterprise and Social Exclusion HM Treasury National Strategy for Neighbourhood Renewal Policy Action Team 3*. London: The Stationery Office.
- Horkheimer, M. (1982). Egoism and the Freedom Movement: On the Anthropology of the Bourgeois Era. *Telos*, 1982(54), 10-60.
- Horn, D. M. (2018). Social entrepreneurship, democracy and political participation. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 230-236). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Hu, X. (2018). Methodological implications of critical realism for entrepreneurship research. *Journal of Critical Realism*, 17(2), 118-139.

- Hu, X., Marlow, S., Zimmermann, A., Martin, L., & Frank, R. (2019). Understanding opportunities in social entrepreneurship: A critical realist abstraction. *Entrepreneurship Theory and Practice*, V44(5) 1032-1056
- Huckfield, L. (2022). *How Blair killed the co-ops: Reclaiming social enterprise from its neoliberal turn*. Manchester, UK: Manchester University Press.
- Hulgård, L. (2014). Social enterprise and the third sector-Innovative service delivery or a non-capitalist economy?. In J. Defourny, L. Hulgård & V. Pestoff (Eds.), *Social enterprise and the third sector* (p. 82-100). London: Routledge.
- Hulgard, L., & Spear, R. (2006). Social entrepreneurship and the mobilization of social capital in European social enterprises. In M. Nyssens (Ed.), *Social Enterprise at the Crossroads of Market, Public and Civil Society*. London: Routledge.
- Jarrodi, H., Byrne, J., & Bureau, S. (2019). A political ideology lens on social entrepreneurship motivations. *Entrepreneurship & Regional Development*, 31(7-8), 583-604.
- Johnson, P., & Duberley, J. (2003). Reflexivity in management research. *Journal of management studies*, 40(5), 1279-1303.
- Kant, S. L. (2014). The distinction and relationship between ontology and epistemology: does it matter? *Politikon: The IAPSS Journal of Political Science*, 24, 68-85.
- Kuratko, D. F. (2005). The emergence of entrepreneurship education: development, trends, and challenges. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 29(5), 577-97.
- Law, J. (2004). *After method: Mess in social science research*. London: Routledge.
- Leadbeater, C. (1997). *The rise of the social entrepreneur* (No. 25). Demos.
- Lewis, J. (2005). New Labour's approach to the voluntary sector: independence and the meaning of partnership. *Social policy and society*, 4(2), 121-131.
- Macmillan, R. (2010). *The third sector delivering public services: an evidence review*. Third Sector Research Centre. Working Paper 20, July.
- Mair, J., & Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of world business*, 41(1), 36-44.
- Manavis, S. (2018). Eco-fascism: The ideology marrying environmentalism and white supremacy thriving online. *New Statesman*, September 21. <https://www.newstatesman.com/science-tech/2018/09/eco-fascism-ideology-marrying-environmentalism-and-white-supremacy>
- Mason, C., Moran, M., & Carey, G. (2021). Never Mind the Buzzwords: Comparing Social Enterprise Policy-Making in the United Kingdom and Australia. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(1), 28-49.
- Mingers, J. (2014). *Systems thinking, critical realism and philosophy: A confluence of ideas*. London: Routledge.
- Mirrlees, Tanner (2018). The Alt-Right's Discourse of 'Cultural Marxism': A Political Instrument of Intersectional Hate. *Atlantis*, 39(1), 49-69
- Moulaert, F., & MacCallum, D. (2019). *Advanced introduction to social innovation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Nicholls, A. & Young, R., (2008). Preface to the paperback edition. In A. Nicholls (Ed.), *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press.
- Nicholls, A., & Cho, A. H. (2006). Social entrepreneurship: the structuration of a field. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New Models of Sustainable Social Change* (p. 99-118). Oxford: Oxford University Press.
- Nicholls, A., & Teasdale, S. (2017). Neoliberalism by stealth? Exploring continuity and change within the UK social enterprise policy paradigm. *Policy & Politics*, 45(3), 323-341.

- Park, M. (2013). The trouble with eco-politics of localism: Too close to the far right? Debates on ecology and globalization. *Interface*, 5(2), 318-343.
- Parkinson, C., & Howorth, C. (2008). The language of social entrepreneurs. *Entrepreneurship & regional development*, 20(3), 285-309.
- Pearce, J. (2003). *Social Enterprise in Anytown*, Calouste Gulbenkian Foundation, London.
- Pel, B., Haxeltine, A., Avelino, F., Dumitru, A., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J. M., & Jørgensen, M. S. (2020). Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. *Research Policy*, 49(8), 104080. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>
- Pendras, M. (2002). From local consciousness to global change: asserting power at the local scale. *International Journal of Urban and Regional Research*, 26(4), 823-833.
- Peredo, A. M., Haugh, H. M., Hudon, M., & Meyer, C. (2020). Mapping Concepts and Issues in the Ethics of the Commons: Introduction to the Special Issue. *Journal of Business Ethics*, 166(4), 659-672.
- Petitgand, C. (2018). Business tools in nonprofit organizations: a performative story. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*, 24(3), 667-682. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-09-2016-0312>
- Pharoah, C., Scott, D., & Fisher, A. (2004). *Social Enterprise in the Balance: Challenges for the Voluntary Sector*. Charities Aid Foundation, West Malling.
- Phillips, M., & Knowles, D. (2012). Performance and performativity: Undoing fictions of women business owners. *Gender, Work & Organization*, 19(4), 416-437.
- Ranville, A., & Barros, M. (2021). Towards normative theories of social entrepreneurship. A review of the top publications of the field. *Journal of Business Ethics*, 180, 407-438. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04867-4>
- Reid, K., & Griffith, J. (2006). Social enterprise mythology: critiquing some assumptions. *Social Enterprise Journal*, 2(1), 1-10. <https://doi.org/10.1108/17508610680000709>
- Rhodes, R. A. (1994). The hollowing out of the state: The changing nature of the public service in Britain. *The Political Quarterly*, 65(2), 138-151.
- Ridley-Duff, R., & Bull, M. (2011). *Understanding social enterprise: Theory and practice*. London: Sage.
- Ridley-Duff, R., & Bull, M. (2021). Common pool resource institutions: The rise of internet platforms in the social solidarity economy. *Business Strategy & the Environment*, 30(3), 1436-1453. <https://doi.org/10.1002/bse.2707>
- Ridley-Duff, R. (2007). Communitarian perspectives on social enterprise. *Corporate Governance: An International Review*, 15(2), 382-392.
- Ridley-Duff, R. (2008). Social enterprise as a socially rational business. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 291-312.
- Ridley-Duff, R., & Southcombe, C. (2012). The Social Enterprise Mark: a critical review of its conceptual dimensions. *Social Enterprise Journal*, 8(3), 178-200. <https://doi.org/10.1108/17508611211280746>
- Riedel, R. (2021). Green conservatism or environmental nativism? *Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft*, 15(2), 207-227.
- Roy, M. J., & Grant, S. (2020). The contemporary relevance of Karl Polanyi to critical social enterprise scholarship. *Journal of Social Entrepreneurship*, 11(2), 177-193.
- Ruebottom, T. (2018). Deliberative democracy in social entrepreneurship: a discourse ethics approach to participative processes of social change. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 191-219). Cheltenham, UK: Edward Elgar.

- Scase, R., & Goffee, R. (1980). *The real world of the small business owner*. Taylor & Francis.
- Schachter, H. L. (2022). Race, class, gender and social entrepreneurship: extending the positionality of icons. *Journal of Management History*, 28(4), 476-490. <https://doi.org/10.1108/JMH-11-2021-0059>
- Scott-Cato, M., & Hillier, J. (2010). How could we study climate-related social innovation? Applying Deleuzean philosophy to Transition Towns. *Environmental Politics*, 19(6), 869-887.
- Scott-Cato, M., & Raffaelli, P. (2017). The social and solidarity economy in Argentina and the UK: convergence from opposite directions. In P. North & M. S. Cato (Eds.), *Towards Just and Sustainable Economies: The Social and Solidarity Economy North and South* (p. 275-294). Policy Press.
- Scott-Cato, S., Arthur, L., Keenoy, T., & Smith, R. (2008). Entrepreneurial energy: Associative entrepreneurship in the renewable energy sector in Wales. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 14(5), 313-329.
- Sepulveda, L. (2015). Social enterprise—a new phenomenon in the field of economic and social welfare? *Social Policy & Administration*, 49(7), 842-861.
- Sharpe, M. (2020). Is 'cultural Marxism' Really Taking over Universities? I Crunched Some Numbers to Find Out. *The Conversation*. September 7. <https://theconversation.com/is-cultural-marxism-really-taking-over-universities-i-crunched-some-numbers-to-find-out-139654>
- Sheehan, T. (1981). Myth and Violence: The Fascism of Julius Evola and Alain de Benoist. *Social Research*, 48(1), 45-73.
- Spear, R. (2001). United Kingdom. A wide range of social enterprises. In C. Borzaga & J. Defourny (Eds.), *The emergence of social enterprise* (p. 252-270). London: Routledge.
- Steyaert, C., & Dey, P. (2010). Nine verbs to keep the social entrepreneurship research agenda 'dangerous'. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 231-254.
- Steyaert, C., & Dey, P. (2018). The books on social entrepreneurship we edit, critique and imagine. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social Entrepreneurship: an affirmative critique*. (p. 1-15). Cheltenham, UK: Edward Elgar
- Teasdale, S. (2010). How can social enterprise address disadvantage? Evidence from an inner city community. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*, 22(2), 89-107.
- Teasdale, S., Dey, P., & Steyaert, C. (2012). Social entrepreneurship: Critique and the radical enactment of the social. *Social Enterprise Journal*, 8(2), 90-107.
- Teasdale, S., Roy, M. J., Ziegler, R., Mauksch, S., Dey, P., & Raufflet, E. B. (2021). Everyone a changemaker? Exploring the moral underpinnings of social innovation discourse through real utopias. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(3), 417-437.
- Terry, L. D. (1998). Administrative leadership, neo-managerialism, and the public management movement. *Public Administration Review*, 58(3), 194-200.
- Thompson, M., Nowak, V., Southern, A., Davies, J., & Furmedge, P. (2020). Re-grounding the city with Polanyi: From urban entrepreneurialism to entrepreneurial municipalism. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 52(6), 1171-1194.
- Turnbull, S. (1994). Stakeholder democracy: redesigning the governance of firms and bureaucracies. *Journal of Socio-Economics*, 23(3), 321-60.
- Tuters, M. (2018). Cultural Marxism. *Krisis: Journal for Contemporary Philosophy*, 2018(2), 32-34. <https://archive.krisis.eu/cultural-marxism/>
- Vincent, S., & O'Mahoney, J. (2018). Critical realism and qualitative research: An introductory overview. In C. Cassell, A. L. Cunliffe & G. Grandy (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods* (p. 201-216). London: Sage.

- Welter, F. (2011). Contextualizing entrepreneurship—conceptual challenges and ways forward. *Entrepreneurship theory and Practice*, 35(1), 165-184.
- Welter, F., Baker, T., & Wirsching, K. (2019). Three waves and counting: The rising tide of contextualization in entrepreneurship research. *Small Business Economics*, 52(2), 319-330.
- Woods, A. (2019). Cultural Marxism and the Cathedral: Two Alt-Right Perspectives on Critical Theory. In C. M. Battista & M. R. Sande (Eds.), *Critical Theory and the Humanities in the Age of the Alt-Right* (p. 39-59). New York: Springer International, Palgrave Macmillan.
- Yıldırım, N., & Tuncalp, D. (2016). Legitimating Mitigator or a Powerful Comrade? Social Innovation from a Marxist Perspective. [Paper presentation] *32nd EGOS Colloquium – European Group for Organizational Studies*. Subtheme 18: Marxist Organization Studies: Institutional Forms of Power and their Legitimacy: Napoli, Italy.
- Young, R. (2006). For What It Is Worth: Social Value and the Future of Social Entrepreneurship. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New Paradigms of Sustainable Social Change* (p. 56-73). Oxford: Oxford University Press.

Paradoxos da inovação social transformadora: Da Consciência Crítica às Estratégias de Investigação¹

Bonno Pel*, Julia M. Wittmayer, Flor Avelino*** e Tom Bauler***

*Universidade Livre de Bruxelas 

**Universidade Erasmus de Roterdã 

***Universidade de Utrecht 

****Universidade Livre de Bruxelas 

RESUMO

A sociedade está se transformando por meio de um turbilhão de inovações. Isso inclui inovações tecnológicas e sociais, ou seja, mudanças nas relações sociais que envolvem novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer. Especialmente os potenciais de inovação social *transformadora* (TSI) estão ganhando o interesse de atores políticos progressistas e acadêmicos críticos. Ocorrendo na forma de novos modos de governança e maneiras alternativas de trabalhar e viver juntos, a TSI envolve o desafio, a alteração ou a substituição de instituições dominantes. Conforme documentado em várias vertentes da pesquisa social crítica e da pesquisa sobre inovação, a práxis da ETI é permeada por contradições, anomalias e paradoxos. Esta contribuição metodológica aborda o desafio que tende a permanecer: Como elaborar essa consciência crítica geral em "estratégias de investigação" mais operacionais? O artigo discute os paradoxos de a) reprodução do sistema, b) temporalidade e c) construção da realidade. Identificando tipos distintos de contradições e fenômenos empíricos distintos, essa diferenciação também chama a atenção para as diferenças associadas entre as filosofias de pesquisa realista, processual e construtivista. Reunindo as análises empíricas, as interpretações teóricas e os avanços metodológicos que foram feitos sobre esses paradoxos, esta contribuição abre o escopo para uma pesquisa de inovação crítica e praticamente relevante: É importante superar a divisão entre o conhecimento metodológico rigoroso, mas estéril, e a teorização crítico-reflexiva que carece de percepções operacionais.

Palavras-chave: Inovação social; Transformação social; Paradoxos; Análise crítica; Metodologia.

Proposta submetida em 6 de janeiro de 2022; artigo recebido em 30 de abril de 2022; avaliações entregues em 9 de setembro de 2022; revisado em 18 de setembro de 2022; aceito em 21 de outubro de 2022; disponível online em 16 de maio de 2023.

¹ Os autores gostariam de agradecer a Cornelius Schubert, Marthe Nyssens, Ronan le Velly, Frances Westley, Andy Stirling e Adrian Smith por suas inspiradoras palestras convidadas sobre esse tópico. Gostaríamos também de expressar nossa gratidão pelo prêmio de incentivo de "melhor artigo" que recebemos por uma versão inicial deste artigo, na 11.^a Conferência Internacional de Pesquisa em Inovação Social (ISIRC), Glasgow (Reino Unido), de 2 a 4 de setembro de 2019.



INTRODUÇÃO: INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA – NARRATIVAS, CRÍTICAS E PARADOXO

A sociedade está se transformando por meio de um turbilhão de inovações. Isso envolve inovações tecnológicas, como sistemas de energia renovável, inteligência artificial e nanotecnologia, mas uma ampla gama de inovações sociais também está se desenvolvendo. As inovações sociais são inovações nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer (Avelino *et al.*, 2019; Pel *et al.*, 2020). Elas incluem uma ampla variedade de tentativas de mudar as formas predominantes de viver e trabalhar juntos. Exemplos de tais práticas socialmente inovadoras e arranjos de governança incluem Orçamento Participativo, Ecovilas, Bancos de Horas, empreendedorismo social, Slow Food e os vários movimentos em direção ao consumo baseado em bens comuns, Degrowth, economia circular e economia solidária.

Há muito interesse, tanto na política quanto na pesquisa, por uma inovação social que seja de alguma forma *transformadora* – apoiando mudanças em direção a sociedades mais sustentáveis (Haxeltine *et al.*, 2017) ou sistemas de energia mais sustentáveis e justos (Hiteva & Sovacool, 2017; Mikkonen *et al.*, 2020). Essa inovação social transformadora (TSI; cf. seção 1) é frequentemente justaposta às inovações incrementais por meio das quais a sociedade é meramente mantida (Klein *et al.*, 2016; Moulaert *et al.*, 2017; Westley *et al.*, 2017; Avelino *et al.*, 2019). Moulaert e MacCallum (2019) fazem uma distinção semelhante entre a IS convencional e a contra-hegemônica. Essa busca pela inovação social contra-hegemônica e transformadora tem uma longa tradição. Mesmo que não seja abordada sob esse título específico, a inovação social transformadora pode ser considerada uma área de pesquisa compartilhada para estudos sobre (entre outros) utopias reais (Wright, 2010), economias diversas (North, 2014), inovação de base (Seyfang & Smith, 2007), decrescimento (Pansera & Fressoli, 2021), movimentos sociais (Monticelli, 2018), economia social (Moulaert & Ailenei, 2005), sociologia do trabalho (Ferreras *et al.*, 2022) e pesquisa sobre empresas sociais (Steyaert & Dey, 2010).

Como argumentaremos, há razões convincentes para traçar uma linha entre a inovação social “transformadora” e a regular e incremental – *mas onde e como?* A práxis das tentativas de ETI é permeada de tensões, contradições e paradoxos. Perspectivas críticas sobre inovação social apontaram as discrepâncias dramáticas que frequentemente existem entre as narrativas de transformação, por um lado, e seus impactos transformadores, por outro (Shin & Yeong, 2019; Teasdale *et al.*, 2020). As análises críticas também desconstruíram muitas das narrativas de empoderamento que acompanham exemplos emblemáticos de ETI, como microcrédito (Khan *et al.*, 2007), governança participativa além do Estado (Swyngedouw, 2005), empresa social (Bull *et al.*, 2018) ou prosumerismo de energia (Lennon *et al.*, 2020). As narrativas de ETI podem frequentemente se distanciar explicitamente das visões estatistas de transformações (Wittmayer *et al.*, 2019), mas as

críticas mencionadas acima mostram como também essas visões transformadoras menos grandiosas – parafraseando Scott (1998) – são vulneráveis a falhas e consequências indesejáveis. A pesquisa sobre ETI é, portanto, permeada por observações de paradoxos: A inovação social é tanto uma palavra da moda *quanto* um imaginário com implicações reais e dinâmicas distintas de “hype” (Schubert, 2018; Grimes, 2021). As tentativas de ETI precisam ser radicais o suficiente para ter um impacto transformador, mas também incrementais o suficiente para permanecerem aceitáveis (Smith, 2007; Dey & Teasdale, 2016). As inovações sociais muitas vezes podem ser tentativas de restaurar práticas existentes anteriormente e em outros lugares (Shove, 2012; Ziegler, 2017), mas simultaneamente podem adquirir um certo significado inovador (Pel & Kemp, 2020). Westley *et al.* (2017) explicaram bem por que esses paradoxos são inerentes aos fenômenos de ETI: As tentativas de mudança nas estruturas institucionais geralmente buscam conciliar conflitos fundamentais de valores – entre a proteção e a divulgação pública de áreas naturais, por exemplo.

Este artigo tem o objetivo de fazer uma contribuição metodológica. Ele defende uma perspectiva crítica que reconhece esses paradoxos como aspectos inerentes e praticamente vitais dos fenômenos de ETI. Essa sensibilidade ao paradoxo segue os trabalhos seminais da teoria organizacional (Morgan, 1997), da teoria institucional (Poole & van de Ven, 1997) e da teoria social (Luhmann, 1995). No entanto, em consonância com Andriopoulos e Gotsi (2017), enfatizamos a necessidade de entendimentos mais operacionais, ou seja, de engajamentos empiricamente detalhados e metodologicamente bem considerados com esses paradoxos. Os estudos convencionais sobre inovação oferecem repertórios metodológicos abundantes e bem estabelecidos. No entanto, por mais rigorosos que sejam, esses métodos também tendem a ser bastante estéreis, ou seja, insensíveis aos aspectos paradoxais dos fenômenos de inovação (Godin & Vinck, 2017). Por outro lado, os estudos críticos sobre questões de inovação e transformação têm uma forte antena para os paradoxos da ETI, mas isso depende muito do trabalho conceitual: O engajamento com os paradoxos da ETI poderia ter um pouco mais de concretude empírica e um pouco mais de elaboração metodológica em termos de estratégias de investigação (facilmente compreensíveis e aplicáveis). Com o objetivo de avançar a consciência crítica nessa direção de especificidades metodológicas, esta contribuição é orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: *Que tipos de paradoxos da ETI podem ser distinguidos e que estratégias de investigação poderiam ajudar a compreender, analisar e comunicar esses fenômenos paradoxais?*

O artigo está estruturado da seguinte forma. Primeiro, especificamos o que é a ETI, esclarecendo como os paradoxos da ETI formam áreas cruciais para a pesquisa de inovação crítica (**seção 1**). Distinguimos três tipos de paradoxos. Indicando tipos distintos de contradições e fenômenos empíricos distintos, essa distinção tripartite também chama a atenção para as diferenças associadas entre as filosofias de pesquisa realista,

processual e construtivista (**seção 2**). A seguir, discutiremos esses três principais paradoxos da ETI em mais detalhes. Explicamos o que há de paradoxal neles, como se manifestam empiricamente e por meio de quais estratégias de pesquisa podem ser compreendidos. Discutimos os paradoxos relativos à reprodução do sistema (**seção 3**), à temporalidade (**seção 4**) e à construção da realidade (**seção 5**). A seção de conclusão resume as principais respostas às nossas perguntas de pesquisa. Ela mostra como a pesquisa crítica de inovação social pode se basear em vários avanços metodológicos, dentro e fora dos estudos de inovação (**conclusão**).

1. PARADOXOS DA INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA

1.1. *Inovação social transformadora: Recuperando a inovação social*

Um pouco à sombra das inovações tecnológicas, uma ampla gama de inovações sociais também está se desenvolvendo: Orçamento Participativo, Ecovilas, Bancos de Horas, empreendedorismo social, Slow Food, bancos éticos e os vários movimentos em direção ao consumo baseado em bens comuns, Degrowth, economia circular e economia solidária são apenas alguns exemplos. Reconhecendo uma ampla gama de práticas socialmente inovadoras (Jaeger-Erben *et al.*, 2015), definimos inovação social (IS) como inovações nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer (Avelino *et al.*, 2019; Pel *et al.*, 2020). Essa conceituação parcimoniosa evita suposições teleológicas de efeitos necessariamente benignos e "sociais" (Cajaiba-Santana, 2014), a forma particular de "viés pró-inovação" (Godin & Vinck, 2017) que permeia o discurso da IS. No entanto, em vez de propor algum tipo de entendimento neutro de IS, essa definição chama a atenção para a multiplicidade de possíveis interpretações de IS. O principal ponto de discórdia é o significado "transformador" da inovação social.

Conforme indicado no artigo inaugural desta revista, a IS é uma das mais antigas das chamadas "inovações X" (Gaglio *et al.*, 2019, p. 8). Trata-se de uma apropriação do imaginário da inovação que, historicamente, tem sido empreendida principalmente por reformadores sociais. Frequentemente justaposta aos imaginários de inovação tecnológica e produtos inovadores, a IS está fortemente ligada ao projeto socialista de emancipação – ela busca a inovação que realmente capacita os indivíduos. A resurreição da inovação social (IS) nas últimas décadas manteve muito desse espírito de emancipação. Promovido como soluções alternativas para enfrentar os "grandes desafios sociais" (Comissão Europeia, 2011), o imaginário da inovação social foi institucionalizado em políticas sociais e programas de pesquisa. Nesse processo, ganhou força como um instrumento de mudança social (Moulaert *et al.*, 2017). Considerada como um meio para atingir fins sociais (Schubert, 2018; Wittmayer *et al.*, 2020), a IS também foi levada muito além das questões centrais originais de equidade social, inclusão e justiça socioeconômica.

Mobilizada para "grandes desafios sociais", ela também foi implantada para questões de desenvolvimento sustentável, democratização e digitalização.

A institucionalização da IS veio acompanhada de uma certa diluição de seus compromissos com o empoderamento. A mesma tendência foi observada em relação ao empreendedorismo social (Dey & Steyaert, 2012). As apropriações instrumentalistas da IS, por sua vez, evocaram tentativas de ressuscitar seu conteúdo transformador. Ao transformar o conceito de IS em um "canivete suíço de problemas sociais", pode-se perguntar o que *não* é inovação social (Solis-Navarrete *et al.*, 2021). Além das observações sobre a diluição analítica, houve críticas ferozes ao vazio normativo associado: a apropriação neoliberal do conceito criou, sem dúvida, uma raça gerencial de abordagens de IS (Jessop *et al.*, 2013; Klein *et al.*, 2016; Moulaert *et al.*, 2017). Distanciando-se da solução incremental de problemas, os acadêmicos críticos enfatizaram, portanto, que a IS não deve ser reduzida a remendos marginais ("liberalismo cuidadoso") ou a projetos isolados para aliviar problemas sociais (Moulaert & Maccallum, 2019). Em vez disso, ela deve ser levada a sério como um programa de empoderamento (Avelino *et al.*, 2019) e transformação social radical (Moulaert *et al.*, 2017).

As críticas acima deram início a um discurso sobre inovação social *transformadora* (Klein *et al.*, 2016; Haxeltine *et al.*, 2017). Esse prefixo reivindica a inovação social como um conceito contra-hegemônico e transformador. A TSI foi definida como o processo pelo qual a IS desafia, altera ou substitui instituições dominantes (Pel *et al.*, 2020). Unger (2015) e Westley (2017) também destacam os potenciais da IS para a aprendizagem de "ciclo duplo" e a transformação institucional. Semelhante às abordagens de "utopias reais" (Wright, 2010) e "utopias funcionais" (Crossley, 1999), a ETI se baseia na "prefiguração" (Monticelli *et al.*, 2018; Wittmayer *et al.*, 2022) de relações sociais e arranjos institucionais alternativos. O principal objetivo é desencadear mudanças institucionais mais amplas. As empresas sociais, por exemplo, podem ser avaliadas em termos de indivíduos capacitados, necessidades da comunidade atendidas e valor agregado social fornecido. Buscando radicalizar a ideia da economia social, os defensores da economia social solidária (ESS) (Laville, 2014; Ridley-Duff & Bull, 2021) destacaram os potenciais transformadores mais amplos das empresas sociais, no entanto: seu papel pioneiro na demonstração de modos alternativos de produção, democracia no local de trabalho e modelos de negócios sustentáveis, além de *arranjos institucionais* alternativos. A TSI pode ser considerada o equivalente da SSE para a inovação social: Ela recupera e radicaliza o conceito de IS.

1.2. Paradoxos do TSI e pesquisa de inovação crítica

A distinção SI/TSI não é tão clara quanto esses acrônimos justapostos sugerem. Há boas razões para traçar uma linha entre elas, mas, empiricamente, raramente é óbvio se os atores sociais estão fazendo TSI ou "apenas" SI regular. Há muitos tons de cinza

entre as empresas sociais *de forma* e as empresas que *de fato* buscam ideais de economia social e solidária (Bull *et al.*, 2018; Dey & Teasdale, 2015). As redes alimentares alternativas vêm com certas *promessas* de serem alternativas (le Velly, 2019). As iniciativas de IS podem *se tornar* transformadoras, até *certo* ponto, em determinadas *dimensões*. Como sempre, isso depende de estratégias, recursos e fatores condicionantes (Westley *et al.*, 2017; Pel *et al.*, 2020). Enquanto isso, a linguagem nos prega peças: as discrepâncias entre as narrativas de transformação e os processos concretos de transformação são muitas vezes obscurecidas pela linguagem evasiva da inovação (Teasdale *et al.*, 2020; Westman & Castán Broto, 2022).

Os exemplos acima mostram como a ETI é permeada por tensões, contradições e paradoxos. Seguimos Westley *et al.* (2017) e Swyngedouw (2005) ao enfatizar o caráter paradoxal dos fenômenos de ETI. Esse último chamou a atenção para a face de Janus das atividades de inovação social: por um lado, a face dos impulsos contra-hegemônicos e da aparente ETI e, por outro lado, a face da EI bastante convencional e incremental. Para quase todos os exemplos empíricos de ETI aparente, há uma contrapartida que confirma o sistema: considere as duas faces do “movimento dos criadores”, que inclui tanto a democracia da inovação radical dos Hackerspaces quanto a simples celebração da fabricação de produtos. Em relação ao movimento Slow Food, poderíamos considerar as duas faces da soberania alimentar e do fetichismo gastronômico. E, de fato, como a face transformadora dos “agentes de mudança” da Ashoka se encaixa com sua aparente resignação aos imperativos neoliberais de adaptabilidade, autorrealização e inovação incessante (Teasdale *et al.*, 2020)? Esses paradoxos da IS/TSI de duas faces são generalizados, como comprovaremos mais adiante nas seções 3-5.

Essas faces de Jano da SI/TSI são realmente paradoxos? De fato, algumas das tensões, anomalias e contradições observadas podem não se qualificar como paradoxos em termos de lógica formal. Por outro lado, eles são paradoxais no sentido dicionarizado de uma “afirmação aparentemente autocontraditória ou oposta ao senso comum, mas que talvez seja verdadeira”. Além disso, é possível considerar como os praticantes de (T)SI parecem *vivenciar* suas atividades como paradoxais: exemplos são as empresas sociais que imitam estrategicamente o discurso de inovação que lhes dá financiamento (Dey & Teasdale, 2016), ou os experimentadores da Renda Básica reconhecendo que sua iniciativa de financiamento coletivo é um “artifício” (Pel & Backhaus, 2020). No entanto, em última análise, nossa sensibilidade ao paradoxo é uma questão de interpretação. Para nós, é uma escolha de princípio para um modo *exploratório* de pesquisa de inovação crítica: a crítica não deve permanecer limitada à desmistificação e ao desmascaramento, ou à desconstrução que se esquece da *reconstrução* (Avelino & Grin 2017). Várias críticas expuseram a IS simples e confirmadora do sistema que muitas vezes se esconde por trás da suposta ETI. Infelizmente, muitas dessas críticas assumem a forma de “eu vejo algo que você não vê” (Luhmann & Rasch, 2002), ou seja, revelam estruturas de poder

supostamente ignoradas pelos próprios praticantes de IS. Entretanto, muitos praticantes de IS – consciente e abertamente – buscam alavancar as forças do “neoliberalismo” e da sociedade da inovação. Buscando mostrar a “verdadeira face” de uma determinada inovação social, a crítica permanece presa a visões ingênuas e essencialistas da realidade social. A genealogia longa e cheia de erros das apropriações já mostrou isso (seção 2.1): A IS não pode ser inequivocamente “transformadora” ou “incremental”.

Diferentemente dos modos de crítica de “desmascaramento”, propomos uma linha exploratória de pesquisa crítica sobre inovação. Em vez de procurar expor representações falsas e “capturar” inovações, procuramos nos envolver com as contradições, anomalias e paradoxos concretos da inovação que tendem a ser eliminados nas representações ideológicas dela (Godin & Vinck, 2017). Essa sensibilidade aos paradoxos está alinhada com os modos antiessencialistas de crítica da dialética negativa de Adorno (1966) e as desconstruções genealógicas de Foucault (Kelly, 1996): a dupla face é considerada a verdadeira face, e a tarefa é articular suas contradições.

2. DA CRÍTICA ÀS ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO: 3 TIPOS DE PARADOXOS DA TSI

A sensibilidade aos paradoxos da ETI está aumentando. Além dos recentes movimentos em direção à pesquisa de inovação crítica (Gaglio *et al.*, 2019), a inovação está se tornando uma área proeminente da pesquisa em Ciências Sociais e Humanas (Moulaert *et al.*, 2017; Ingeborgrud *et al.*, 2020). No entanto, essa consciência crítica dos paradoxos não é suficiente. Para levar os estudos críticos sobre inovação além da desconstrução e do desmascaramento, são necessários modos exploratórios de análise crítica (seção 1.2). Isso implica um engajamento reconstrutivo e empiricamente concreto com os paradoxos. Esse engajamento empírico poderia revelar as potencialidades que residem em realidades ambíguas do SI (Anderson, 2006) e poderia produzir lições instrutivas sobre o manuseio prático de paradoxos: Stirling (2016), por exemplo, chama a atenção para o “judô” que os protagonistas da IS fazem com as forças que os dominam.

Buscando entendimentos mais operacionais dos paradoxos da ETI, a consciência crítico-filosófica precisa ser complementada com a ciência social e com uma metodologia dedicada (Andriopoulos & Gotsi, 2017). Essa etapa é notoriamente difícil de ser realizada. Alvesson e Sköldberg (2017, p.12) apontam uma lacuna persistente entre as reflexões metodológicas, por um lado, e, por outro, as considerações operacionais dos métodos de coleta de dados e da prática de pesquisa. Por exemplo, é fácil concordar que os repertórios metodológicos dos estudos convencionais sobre inovação são sistemáticos e rigorosos, mas bastante estéreis diante dos aspectos paradoxais dos fenômenos de inovação (Godin & Vinck, 2017). Conforme indicado anteriormente por Poole e van der

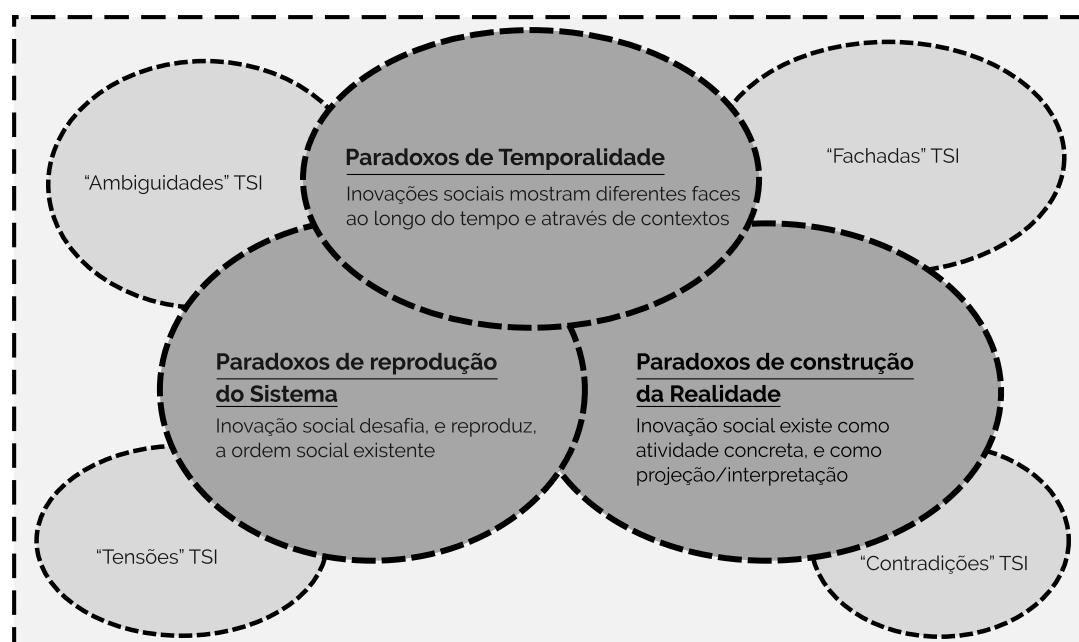
Ven (1989), roteiros simples, modelos de fases e heurísticas tendem a obscurecer as nuances e os paradoxos da prática da inovação. Haxeltine *et al.* (2017) identificam de forma semelhante as armadilhas metodológicas e a negligência dos paradoxos das ETIs, mas também mostram o desafio de elaborar abordagens metodológicas para compreendê-los empiricamente. Buscando preencher essa lacuna de operacionalização, este artigo elabora a consciência crítica dos paradoxos da TSI em *estratégias apropriadas de investigação* (Sol). As Sol são abordagens metodológicas abrangentes que integram considerações de ontologia, epistemologia e métodos de pesquisa. Além de métodos no sentido restrito de técnicas de coleta de dados e procedimentos analíticos, são metodologias no sentido reflexivo amplo: também incluem considerações ontológicas e epistemológicas da filosofia de pesquisa (Ulrich, 2003; Alvesson & Sköldberg, 2017). É importante ressaltar que essas IIS vão além do "Fingerspitzengefühl" tácito do pesquisador experiente: A pesquisa de ETI precisa de repertórios de investigação explícitos e codificados que possam ser aplicados em todos os contextos de pesquisa.

Um primeiro passo importante em direção a essa Sol é distinguir entre os diferentes tipos de paradoxos. Elementos de estratégias de investigação de alguma forma sensíveis a paradoxos podem ser encontrados em todas as ciências sociais. No entanto, é fundamental ordenar essa mistura e combinar os muitos bolsões de percepções e avanços metodológicos em um repertório mais coerente de Sol. Como discutiremos mais detalhadamente nas seções 3 a 5, iniciamos nossas reflexões metodológicas a partir de nossos próprios estudos de caso. Refletindo sobre nossos encontros empíricos com os paradoxos da ETI e analisando estudos semelhantes, ficou evidente que os vários fenômenos da ETI com cara de Janus nem sempre são rotulados e tratados como *paradoxos* da ETI. Várias tradições acadêmicas falam mais de "tensões", "contradições", "ambiguidades". Em nossas próprias descrições de estudos de caso, muitas vezes nos prendemos a descrições factuais de fenômenos empíricos "com duas faces". Enquanto isso, certos modos de análise crítica preferem falar de "representações falsas" e "fachadas" (seção 1.2). Mais importante ainda, observamos que as análises em termos de "paradoxos" nem sempre estão se referindo aos *mesmos tipos* de paradoxos.

Seguindo a linha do seminal Poole e van der Ven (1989), poderíamos distinguir como os estudos abordaram os paradoxos da ETI em termos de 1) oposição; 2) separação espacial; 3) separação temporal ou 4) síntese. No entanto, ao tentar mobilizar os avanços metodológicos de uma ampla gama de disciplinas relacionadas à ETI, essa abordagem rigorosa pareceu excessivamente restritiva. Nossa classificação está mais próxima da variedade observada de conceitualizações, abordagens e casos empíricos. A **Figura 1** apresenta uma tela analítica que abrange uma ampla gama de "paradoxos", "contradições" e "tensões". Ela mostra três tipos de paradoxos como esferas bastante distintas, mas com demarcações difusas e parcialmente sobrepostas. Em vez de tentarmos ser logicamente exaustivos ou propor categorias analiticamente fundamentais, adotamos uma abordagem

mais indutiva: a distinção tripartite reflete, inicialmente, nosso objetivo de capturar a variedade de faces de Janus da ETI que encontramos em nossa própria pesquisa. É importante ressaltar que essas categorias também abrangem uma grande parte dos paradoxos de TSI frequentemente relatados em pesquisas sobre TSI. Além dessas considerações básicas de saliência e cobertura, nosso agrupamento indica algumas distinções mais fundamentais. Como será explicado nas próximas seções, os paradoxos indicam tipos bastante distintos de contradições. Os tipos diferenciados são proeminentes em disciplinas e vertentes de pesquisa específicas e trazem as marcas de diferentes filosofias de pesquisa e pressupostos epistemológicos/ontológicos. Pode-se considerar, por exemplo, como os paradoxos da reprodução do sistema giram em torno das contradições substantivas e politicamente urgentes entre os efeitos transformadores e reprodutivos do sistema de determinadas inovações sociais. Por outro lado, os paradoxos da temporalidade tendem a ser destacados em modos de investigação relacionais e processuais: Várias análises revelaram os paradoxos da ETI menos como contradições absolutas, mas sim como ambiguidades e “faces duplas” que se manifestam *ao longo do tempo*. Enquanto isso, os paradoxos da construção da realidade estão indicando contradições que – diferentemente dos dois primeiros – referem-se apenas indiretamente a estados empíricos de coisas. Indicando contradições resultantes de observação, interpretação e performatividade, esse tipo de paradoxo reflete claramente as filosofias construtivistas da ciência.

Figura 1. Três tipos de paradoxos da ET.



Fonte: elaboração própria (Pel *et al.*, 2022).

As ligações entre tipos específicos de paradoxos e filosofias de pesquisa específicas ficarão mais evidentes nas três seções seguintes. Para cada um dos três tipos de paradoxos, apresentamos uma breve descrição, alguns exemplos empíricos e (elementos de) estratégias apropriadas de pesquisa.

3. PARADOXOS DA TSI (I): TRANSFORMAÇÃO COMO REPRODUÇÃO DO SISTEMA

Um primeiro tipo de paradoxo encontrado com frequência na pesquisa de ETI é o paradoxo descrito de forma famosa em 'il Gattopardo' de De Lampedusa: "Tudo tem que mudar para que tudo possa permanecer igual." De fato, há muito tempo a inovação é associada à renovação e à manutenção, e não à transformação, das estruturas sociais (Godin & Vinck, 2017). O paradoxo da reprodução do sistema em sua forma básica indica as duas faces contraditórias de muitas inovações sociais: uma face de transformação e agência contra-hegemônica, e a outra face de trabalho e reprodução dos costumes e estruturas formais da ordem social existente. Portanto, não é fácil distinguir a ETI da IS regular (seção 1.1).

As observações desses paradoxos de reprodução são abundantes na pesquisa de ETI. Apesar de ter sido revolucionada por meio de uma infinidade de inovações mais ou menos transformadoras e mudanças estruturais, a sociedade permanece muito familiar e estável. Os estudos sobre ETI trouxeram muitas observações sobre as "10 milhas quadradas cercadas pela realidade" às quais as iniciativas de inovação tendem a ficar confinadas (North, 2010), sobre as pressões isomórficas que empurram as empresas sociais de volta para a busca de lucros (Dey & Teasdale, 2016), sobre a reprodução de assimetrias de poder por meio de arranjos de governança participativa (Swyngedouw, 2005) e sobre as tendências das soluções tecnológicas "inteligentes" de reforçar a dependência da trajetória tecnológica (Grin *et al.*, 2010). A integração das comunidades ecológicas em projetos de cidades ecológicas, por exemplo, tem sido criticada por uma "diluição das ideias e dos conceitos originais (com ênfase na justiça social, na capacitação cívica e na democracia local), que não parecem ter grande destaque em muitos projetos atuais, e pela prevalência de abordagens principalmente tecnocráticas" (Joss, 2011, p. 246). Embora o orçamento participativo seja frequentemente celebrado como um caso de inovação social com potencial político e democrático, ele também foi descrito como "diluído" na "exportação sustentada de uma versão simplificada do orçamento participativo por instituições não democráticas e não participativas, como o Banco Mundial" (Chavez, 2008).

Um exemplo revelador em nossa própria experiência de pesquisa é a rede de empreendedores sociais do Impact Hub. Por um lado, pode-se argumentar que o Impact Hub reproduz a “sociedade empresarial” e reforça o domínio hegemônico da lógica de mercado em nível macro (Avelino & Wittmayer, 2019). Outros argumentaram que o caso do Impact Hub demonstra como “o empreendedorismo social é usado para forjar vínculos entre valores ideológicos que até então pareciam incompatíveis (...) talvez o exemplo mais revelador diga respeito a como a perspectiva de se tornar um empreendedor social combina noções tradicionais de fazer negócios com valores hedonistas de prazer” (Dey & Lehner, 2017, p. 764), e que “a promessa de prazer que permeia os retratos do empreendedor social pode cultivar uma atitude passiva de ‘prazer’ vazio que efetivamente priva o empreendedorismo social de suas possibilidades mais radicais” (ibid, p. 753). Por outro lado, também podemos observar claramente como essa rede capacita futuros empreendedores sociais pequenos e independentes a desafiar, alterar e possivelmente substituir grandes empresas estabelecidas, fornecendo aos empreendedores sociais não apenas espaços de trabalho conjunto e opções para reunir recursos e habilidades (Avelino & Wittmayer, 2019), mas também uma forte identidade compartilhada e motivação autônoma (Avelino *et al.*, 2020). Além disso, também foi estudado como o Impact Hub conseguiu transformar um processo de franquia e os respectivos modelos de negócios, navegando assim pelas tensões de desvio de missão entre valor comercial e social com relativo sucesso, desenvolvendo a tomada de decisões descentralizada e a governança compartilhada (Giudici *et al.*, 2020).

O paradoxo da reprodução claramente não é um fenômeno marginal. Há uma ampla gama de estratégias de investigação a ser considerada. Uma linha de estratégias de investigação para lidar com esse paradoxo da reprodução são as abordagens dialéticas que consideram o paradoxo como o “condutor” dos processos de ETI. Os principais exemplos são fornecidos no conjunto de estudos de caso comparados em Westley *et al.* (2017), que enfatizam que a ETI gira em torno de tentativas de conciliar princípios conflitantes – por exemplo, entre a divulgação e a proteção de áreas naturais. Outro exemplo é le Velly (2019) sobre a evolução de redes alimentares alternativas. Da mesma forma, há os estudos que partem do caráter institucional ou eticamente híbrido da ETI. Isso é feito, por exemplo, por meio de análises multicritério, mostrando ênfases variáveis no equilíbrio de princípios conflitantes. Há uma rica tradição de pesquisa sobre empresas sociais que lida com os paradoxos das ETIs por meio de análises de equilíbrios entre lógicas institucionais (Defourny & Nyssens, 2017). Dessa forma, é possível mostrar com mais detalhes como os processos de ETI envolvem transformação e mudança em *algumas* dimensões, ao mesmo tempo em que reproduzem amplamente as práticas existentes em outros aspectos. Da mesma forma, os pesquisadores de ETI têm procurado especificar os *graus* de transformação e as *dimensões* da mudança, o que também contribui para que as afirmações especifiquem como a transformação X é acompanhada, ou possivelmente até facilitada, pela reprodução de Y e Z.

Uma segunda estratégia de investigação é a análise multiperspectiva. Há uma infinidade de estudos que combinam diferentes perspectivas teóricas para mostrar diferentes faces da ETI e, com isso, seus respectivos lados transformador e reprodutivo. Estudos empíricos nesse formato ainda são raros, mas houve vários avanços conceituais. Um exemplo é Geels (2010), que expõe como as transições de sustentabilidade podem ser compreendidas por meio de diferentes ontologias. Destacando como as conceitualizações podem ser incomensuráveis entre si, esse estudo também lança luz sobre paradoxos de reprodução: um processo de ETI pode ser entendido em termos de mudança institucional e de estabilidade institucional. Um exemplo empiricamente mais concreto é o de Novy & Leubolt (2005): a análise mostra como a institucionalização do Orçamento Participativo em Porto Alegre pode ser entendida como resultado da ação comunitária “de baixo para cima”, mas também pode ser atribuída ao trabalho institucional de atores governamentais. Mesmo se concentrando nas interações entre essas duas atividades de inovação, esta análise também revela que a ETI tem duas faces. Em nosso próprio trabalho (Avelino & Wittmayer, 2019), usamos a perspectiva do Poder Multiator. Ela mostra como as iniciativas de ETI desafiam e mudam as relações de poder em alguns aspectos e em alguns níveis, enquanto as reproduzem em outros.

Uma terceira maneira de lidar com o paradoxo foi apresentada pela tradição da análise interpretativa de políticas (IPA), especialmente por meio da análise crítica do discurso (Hajer, 1995). Essas abordagens interpretativas partem do entendimento de que as realidades das ETIs são enquadradas e moldadas pelas narrativas construídas em torno delas. Em vez de designar um fenômeno autoevidente ou corresponder a entidades ou processos objetivos, a ETI e as categorias de inovação relacionadas ordenam e dão significado à sociedade e à sua governança (Fischer & Forrester, 1999). Juntamente com o negócio central interpretativo de extrair como certas tentativas de inovação significam coisas diferentes para pessoas diferentes, a análise IPA também confronta a dificuldade de que qualquer descrição de um processo de inovação implica um ponto de vista discutível – inclinado para as narrativas de mudança de alguns atores (Wittmayer *et al.*, 2019) e bastante estranho às de outras partes envolvidas. Análise crítica do discurso (Howarth, 2010; Fairclough, 2013) é um ramo da análise interpretativa que não apenas reconstrói, mas também examina criticamente o que as narrativas de ETI revelam e ocultam, confirmam e negam. Os principais exemplos são Teasdale *et al.* (2020), que desafiam criticamente os fundamentos morais e as escolhas políticas (ou melhor, a falta delas) dos discursos de inovação social sobre, por exemplo, o papel dos “agentes de mudança”. Outro bom exemplo pode ser encontrado em Westman & Castán Broto (2022, p. 1), que analisam os discursos sobre transformações urbanas. Eles argumentam que esses discursos tendem a ser “revestidos de terminologia emancipatória” e “crescem a partir de uma base radical”, mas “fazem isso enquanto reproduzem suposições e valores dos discursos dominantes” e, portanto, “impedem o florescimento de ideias radicais”.

4. PARADOXOS TSI (II): TEMPORALIDADE

Um segundo tipo de paradoxo encontrado com frequência na pesquisa de ETI diz respeito ao tempo. Tanto a inovação quanto a transformação implicam uma certa diferença entre uma situação “antes” e uma situação “depois” – sem essa diferença, a “inovação” não é um enquadramento adequado de uma atividade social. Com relação a essa temporalidade, os pesquisadores de TSI frequentemente se deparam com a conclusão paradoxal de que a inovação em questão é ao mesmo tempo nova e antiga e, portanto, ao mesmo tempo uma inovação e não uma inovação.

Esses paradoxos da temporalidade foram apontados em várias análises. Para os historiadores (de tecnologia, de ideias ou de instituições), esses paradoxos de temporalidade são fenômenos bastante comuns. Concentrando-se no aspecto do tempo, o paradoxo é muitas vezes desdobrado em termos de “fases” e “sombras”, tornando-se e desaparecendo. Conforme indicado por Poole e van de Ven (1989), os paradoxos podem ser dissolvidos ao se adotar uma perspectiva temporal sobre eles. Os exemplos empíricos a seguir são instrutivos: muitas supostas inovações de “nicho” também envolvem tentativas de reviver ou restaurar práticas existentes anteriormente e em outros lugares (Ziegler, 2017). Ao procurar inovações para promover transformações sociais, talvez seja mais sensato procurar esses “bolsões de persistência” (Shove, 2012) que sobreviveram contra a maré. Relacionadas a isso estão as observações das ondas de renascimento e desaparecimento de certas inovações. Enquanto as inovações que giram em torno de novas configurações tecnológicas-materiais seguem um padrão de ondas sucessivas, as tecnologias passam por uma evolução mais claramente progressiva e raramente são desinventadas ou totalmente “renovadas” (Arnold *et al.*, 2015). Por outro lado, a IS envolve inovações em práticas e instituições, seguindo ciclos mais difusos de desvanecimento e ressurgimento. Exemplos reveladores são a Economia Social (Moulaert & Ailenei, 2005) ou o “novo comunalismo” exibido pelas Ecovilas e certos tipos de cooperativas de energia e iniciativas baseadas em bens comuns (Forsman *et al.*, 2020). Os processos de inovação social transformadora geralmente apresentam padrões de tensões recorrentes entre princípios e valores fundamentais – inovações singulares são, portanto, apenas momentos passageiros em uma série mais longa de inovação e adaptação (Westley *et al.*, 2017). Além disso, várias contradições tendem a surgir em torno da identificação das origens das inovações e dos supostos pioneiros. A zona cinzenta de ainda não ser, ou não ser mais, inovador está aberta a várias construções sociais: novo *para quem?* (Roth 2009). Como consequência, a pesquisa sobre ETI está profundamente envolvida nos paradoxos das práticas que têm uma face “manifesta” (“makerspaces”, como Repaircafés e Hackerspaces, que estão ganhando importância transformadora por sua democratização da tecnologia e dos meios de produção) e a face “latente” (Pel & Kemp, 2020) da fabricação isolada, local e aparentemente regular. Essas faces mudam junto com o

contexto social e junto com as direções que a sociedade da inovação (Rammert *et al.*, 2018; Gaglio *et al.*, 2019) está tomando.

Os paradoxos relacionados à temporalidade foram abordados por meio de várias estratégias de pesquisa. Muito importante tem sido a sociologia da tradução baseada em redes de atores, com suas análises relacionais e ontogenéticas de como as coisas surgem. Essas metodologias ontologicamente cautelosas mostraram como as inovações não se difundem como gases (Akrich *et al.*, 2002), mas envolvem processos nos quais as identidades das inovações, dos inovadores e dos adotantes estão se transformando continuamente (Pel *et al.*, 2017a). Um desenvolvimento muito importante é a criação de "métodos móveis" que são sensíveis a um mundo social dinâmico e móvel (Büscher & Urry, 2009). A insistência metodológica no estudo da inovação *em andamento* – em oposição aos relatos retrospectivos da "história whig", nos quais as incertezas do processo de inovação foram eliminadas – também possibilitou estratégias de investigação fortemente interpretativas. Concentrando-se nas traduções (interpretações, adaptações) das inovações por parte dos atores situados, mostra-se concretamente como uma determinada inovação pode ser um avanço para uma organização e um caso insignificante de "mais do mesmo" para outra. A semiótica material da ANT (teoria do ator-rede) oferece estratégias de investigação semelhantes às da análise interpretativa de políticas: revelando como a inovação e a novidade são construídas socialmente/historicamente, mostra-se que o paradoxo resulta das apropriações concorrentes (Gaglio *et al.*, 2019) das inovações. A pesquisa sobre a história da tecnologia forneceu uma base essencial a esse respeito. No contexto da ETI, que gira em torno de mudanças nas relações de poder, isso significa que as inovações tendem a se tornar entidades profundamente ambíguas (Smith, 2007). Suas múltiplas faces podem ser entendidas em termos de *fases* alternadas de radicalização e domesticação (Hargrave & van de Ven, 2006).

Além da sociologia da tradução, há também um amplo repertório de métodos analíticos de processo (Langley, 1999). Esses métodos estão bem estabelecidos na pesquisa de inovação e podem ser usados de forma a basicamente eliminar os paradoxos: metodologias como o rastreamento de processos causais visam identificar condições e mecanismos para explicar determinados resultados do processo e ajudam a reconstruir estágios de difusão da inovação, trajetórias de inovação ou "caminhos" de transição. Essas estratégias de investigação buscam evitar a "paralisia por análise", ou seja, elas se afastam dos paradoxos da ETI para ter uma noção do panorama geral (Grin *et al.*, 2010). Por outro lado, a análise de processos também pode se concentrar em eventos específicos, em vez de nos padrões genéricos das sequências de eventos. Uma abordagem que usamos para isso é o banco de dados "Critical Turning Points" (CTP), que descreve os casos de ETI como uma série de pontos de virada críticos. O banco de dados contém cerca de 450 descrições qualitativas desses CTPs, ou seja, "momentos ou eventos em processos nos quais as iniciativas passam por mudanças de curso ou

decidem por elas" (Pel *et al.*, 2017b). Mesmo que apresente principalmente informações factuais sobre eventos e fases que os praticantes de ETI consideraram *importantes*, esse conjunto de dados fornece uma seção transversal das "tensões", "desafios" e "dilemas" da prática de ETI, ou seja, as diferentes maneiras pelas quais os praticantes entendem o que descrevemos como paradoxos de ETI. De modo mais geral, a metodologia do processo pode ser utilizada para muitos fins, e existem abordagens interpretativas-reflexivas que podem ser adaptadas à investigação dos paradoxos da ETI. Um exemplo altamente inspirador é a reflexão sobre demarcações temporais feita pelo teórico da mudança institucional Grzymala-Busse (2011). A interpretação dos paradoxos da ETI pode ser aprofundada ao enquadrar um processo de ETI em diferentes linhas do tempo. Isso esclarece como ele pode exibir tanto o avanço clássico de uma inovação quanto um momento passageiro em um processo contínuo de altos e baixos. Da mesma forma, é possível reproduzir as perspectivas temporais evolucionárias, relacionais e de duração de Garud e Gehman (2012). Isso ajuda a desenvolver visões diferenciadas sobre a novidade relativa de uma inovação.

Por fim, a pesquisa de inovação crítica oferece várias ferramentas conceituais que ajudam a lidar com os paradoxos relacionados à temporalidade. O movimento básico é resolver os paradoxos descartando as categorizações binárias subjacentes (le Velly, 2019). Poole e van der Ven (1989) discutiram isso como a abordagem de "síntese" do paradoxo. É fácil concordar que os fenômenos de inovação são muitas vezes ambíguos e obscuros. No entanto, eles são vistos principalmente como "paradoxais" por meio de enquadramentos em termos de dicotomias: inovação vs. adoção, inovação vs. imitação ou inovação vs. manutenção (Godin & Vinck, 2017). O desenvolvimento histórico do pensamento inovador – métodos históricos e genealógicos são recursos essenciais – pode, de fato, ser visto como uma justaposição interminável de "inovações X" (Gaglio *et al.*, 2019). Buscando maneiras de sair de impasses conceituais sobre o que é e o que não é inovação, Godin e Vinck (2017) abriram uma ampla gama de intervenções conceituais e categorias de inovação "marginalizadas". Chamando a atenção para fenômenos intermediários, essas categorias ajudam a explorar a inovação como um fenômeno multifacetado. Exemplos notáveis são a reinvenção (Rice & Rogers, 1980), a imitação (Howaldt *et al.*, 2015), a inovação de "reparo" (Schubert, 2019) ou os grupos esquecidos sob a curva em forma de sino da difusão da inovação: Geels (2021) pede que a comunidade de pesquisa de transições se preocupe com o "seguimento", e não apenas com a *liderança*.

5. PARADOXOS TSI (III): CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Um terceiro tipo de paradoxo das ETIs são os paradoxos da observação e da construção da realidade. Ao pesquisar, descrever e informar outras pessoas sobre os fenômenos de ETI, os pesquisadores estão envolvidos na formação e na coprodução desses fenômenos. Isso inclui think tanks como a Young Foundation e outros: ao vincular a pesquisa de inovação social a estratégias empresariais, eles se estabeleceram "como agências centrais para organizar a mudança social" (Schubert 2019, p.57). A pesquisa em ETI parece particularmente afetada por essa "dupla hermenêutica" da ciência social (Stirling, 2016). Audet (2014) discutiu a mesma circunstância na pesquisa de transições de sustentabilidade. Os pesquisadores geralmente compartilham as ambições transformadoras dos protagonistas da inovação social e, em seguida, participam da criação e da difusão das inovações (Lefèvre *et al.*, 2016; Aiken, 2017). Em relação ao empreendedorismo social, Dey e Steyaert (2012, p.92), por exemplo, incentivam os acadêmicos a se envolverem em diferentes formas de análise crítica dos entendimentos atuais do empreendedorismo social com o objetivo de "no final, serem capazes de promulgar o empreendedorismo social de forma diferente". O paradoxo resultante é a existência simultânea da inovação social como um processo de fato e como uma projeção. Os organizadores de loterias financiadas por crowdfunding para rendas básicas individuais entraram nesse paradoxo, criando conscientemente um "hype" de TSI. Muito distante do ideal de uma renda básica *universal* e, nesse sentido, uma inovação social "falsa", o fornecimento de renda básica para indivíduos selecionados tornou o conceito de renda básica tangível, compreensível, comunicável e, nesse sentido, real. Os iniciadores, muito conscientes do paradoxo, consideraram os experimentos de renda básica como um artifício muito midiático (Pel & Backhaus, 2020). Como a iniciativa também chamou nossa atenção acadêmica e se tornou um "caso de ETI", podemos nos perguntar: *Quão importante e transformadora ela foi realmente, dentro do quadro mais amplo de décadas e até séculos de defesa da renda básica? De quem era a narrativa da ETI que estávamos contando? Essa era a "verdadeira" ETI?*

Ao se envolverem em pesquisas sobre fases, condições, estruturas de incentivo e ecologias que poderiam ajudar as inovações a prosperar, os pesquisadores de TSI desenvolvem heurísticas, instrumentos de políticas e discursos que não apenas proporcionam compreensão acadêmica. As descobertas e os enquadramentos também estruturam como os processos de ETI podem ser conduzidos na prática. Isso vem à tona quando os pesquisadores trabalham em estreita colaboração com os atores políticos para explorar, operacionalizar ou coproduzir conceitos como transições de sustentabilidade (Turnheim *et al.*, 2020). Voß (2014) dá o exemplo do "gerenciamento de transição": à medida que ganhou credibilidade entre pesquisadores e formuladores de políticas, a "transição" se tornou um conceito altamente performático. Ele se refere, ao mesmo tempo, a processos de transformação concretos em sistemas sociotécnicos, a visões

de futuros desejados e a padrões em processos de transformação, e a determinados modos de governança e gestão da inovação. *Como podemos apoiar a transição energética? Qual transição e por quê? Está ocorrendo uma transição de fato?* Essas questões são difíceis de resolver. Em nossa própria prática de pesquisa, esse status de realidade pouco clara das transições surgiu, por exemplo, quando trabalhamos para criar um "roteiro" sobre o prosumerismo coletivo de energia renovável. Informados por uma série de contradições ou tensões sistêmicas (por exemplo, entre a lógica do mercado e da comunidade; ou entre as ilhas de energia e a interconexão total do sistema), evitamos projeções excessivamente lineares da transição futura. O processo de avaliação participativa integrada subsequente envolveu mais de 100 profissionais. Ao formular possíveis caminhos em direção a formas desejáveis de prosumerismo coletivo (de Geus *et al.*, 2021), surgiu o desafio de descrever a "transição" tanto como um caminho a ser percorrido quanto como um conjunto elusivo de futuros possíveis e incertos.

É importante ressaltar que os fenômenos de ETI circulam por meio de "mobilidades políticas" particularmente intensas (Temenos & McCann, 2013). Isso envolve o benchmarking de "melhores práticas", mapeamentos de "hotspots" de inovação, redes on-line e estabelecimento de cartas e declarações. Comunicar seus insights sobre inovação por meio de resumos de políticas, manuais para profissionais, blogs, webinars e programas de gerenciamento de inovação (Pfotenhauer & Jasanoff, 2017). Os pesquisadores de ETI criam expectativas sobre os possíveis papéis de governança dos atores e iniciativas (Voß & Freeman, 2016). Semelhante ao "efeito looping" descrito por Hacking (1995), os pesquisadores de inovação estão inextricavelmente envolvidos na constituição de identidades inovadoras: Os relatórios de estudos de caso de ETI classificam os indivíduos como "inovadores de base", "atores do regime" ou "incubadoras". Esses conceitos descriptivos têm efeitos emancipadores ou limitadores. Essa criação paradoxal de realidades de ETI é particularmente intensa nas atividades de mapeamento realizadas em muitos projetos de pesquisa financiados pela UE – de inovações sociais (SI-DRIVE Atlas of Social Innovation²), de processos de TSI (TRANSIT Database³) ou de abordagens que vinculam sustentabilidade urbana e justiça (URBANA wiki⁴). Ao fazer isso, eles moldam conjuntamente os entendimentos sobre o que conta como inovação social transformadora e o que não conta. Uma intervenção explícita nesse sentido foi o "Manifesto de Inovação Social Transformadora", do qual participamos, com o objetivo de "redirecionar a atenção para o movimento emergente de inovação social transformadora: comunidades e indivíduos em todo o mundo que estão fazendo mudanças na prática"⁵. Essa colaboração entre pesquisadores e movimentos também assume formas mais institucionalizadas, como

² <https://www.socialinnovationatlas.net/> (acesso em 20 de abril, 2022)

³ <http://www.transitsocialinnovation.eu/sii> (acesso em 20 de abril, 2022)

⁴ https://wiki.sustainablejustcities.eu/index.php/Main_Page (acesso em 20 de abril, 2022)

⁵ <http://www.transitsocialinnovation.eu/tsi-manifesto> (acesso em 20 de abril, 2022)

no grupo de trabalho de pesquisa da Rede Global de Ecovilas, onde um objetivo explícito é incentivar os pesquisadores a “dar algo em troca às ecovilas” (GEN Website⁶).

Os paradoxos de observação permeiam a pesquisa de TSI. Existem várias estratégias de investigação para lidar com eles. Em primeiro lugar, a mais proeminente é a busca de uma pesquisa normativamente engajada e orientada para a ação, por exemplo, a Pesquisa de Ação Participativa (PAR; Arthur, 2013; Moulaert *et al.*, 2017; Bartels & Wittmayer, 2018). Confrontando frontalmente a posicionalidade do pesquisador (Wittmayer & Schäpke, 2014), essas abordagens tomam a dualidade fato/projeção como ponto de partida para sua análise (Lefèvre *et al.*, 2016; Aiken, 2017). Essas abordagens não são necessariamente projetadas com o objetivo de lidar com os paradoxos da ETI, mas fornecem instruções práticas e orientação epistemológica: o paradoxo fato/projeção corresponde ao equilíbrio entre os componentes “ação” e “pesquisa”. Por meio de sua abordagem prática e engajada, a PAR tornou-se uma estratégia de investigação particularmente proeminente na pesquisa de ETI (Moulaert *et al.*, 2017). Como Arthur (2013) indica, seu objetivo principal nesse contexto talvez seja apoiar as lutas dos inovadores sociais com os paradoxos da “reprodução do sistema” (seção 3). Ainda assim, o PAR também ajuda a abordar os paradoxos da observação, por meio de suas epistemologias de “ciência pós-normal” (Funtowicz & Ravetz, 2001): Ele direciona a atenção para os processos de coprodução por meio dos quais a ETI se torna conhecida como ETI.

Uma segunda estratégia de investigação é transformar os pesquisadores de ETIs, suas comunicações sobre ETIs e as condições sociais que moldam a pesquisa sobre ETIs em objetos de pesquisa. A teoria crítica e a pesquisa de inovação crítica fornecem ferramentas históricas de inovação para decodificar as origens e os motivos subjacentes de novas categorias de inovação, como a inovação “responsável” ou “frugal” (Gaglio *et al.*, 2019) – ou a inovação social, por exemplo (Schubert, 2018). As análises da “sociedade da inovação” (Rammert *et al.*, 2018) esclarecem como se espera que os pesquisadores de inovação relatem fenômenos novos e de ponta – não o trabalho de reparo mundano ou as inovações com impactos transformadores apenas nebulosos. Assim, os pesquisadores de ETI participam da dinâmica do “hype”, que parece ser um fator importante nas trajetórias de inovação social (Grimes, 2021). Isso ressalta a utilidade especial das estratégias de investigação desenvolvidas nos Estudos de Ciência e Tecnologia. Essas abordagens ajudam a reconstruir a coprodução de realidades de ETI por meio de interações ciência-política (Jasanoff, 2004), o desempenho conjunto de instituições sociais pela ciência e por especialistas (Callon, 2007), as circulações de “melhores práticas” (Temenos & McCann, 2013) e o surgimento de novos conhecimentos de governança (Voß & Freeman, 2016). Essas reconstruções tornam tangíveis os paradoxos da observação, destacando, em particular, a face das realidades *projetadas* da ETI.

⁶ <https://ecovillage.org/our-work/research-ecovillages/> (acesso em 20 de abril, 2022).

Por fim, há várias aplicações da metodologia reflexiva (Alvesson & Sköldberg, 2017). Isso gira em torno da transparência sobre as suposições subjacentes. Isso reconhece, por exemplo, que os pesquisadores podem ter longas discussões sobre o que é (não é) inovação social (Solis-Navarrete *et al.*, 2021), mas os profissionais envolvidos também têm suas opiniões sobre isso (Dey & Steyaert, 2012). Callorda Fossati *et al.* (2017) indicam, por exemplo, como a amostragem de supostos casos de IS pode ser informada pelos procedimentos do método Delphi, para evitar a introdução silenciosa de suposições dos pesquisadores. Da mesma forma, Pel *et al.* (2017) e McGowan *et al.* (2017) propõem caminhos para um corte mais cauteloso dos processos de inovação em unidades de análise e em supostos atores-chave e pontos de origem. Especialmente os pesquisadores de sistemas sociotécnicos e socioecológicos invocaram o pensamento crítico de sistemas (Ulrich, 2003): isso desfaz os paradoxos de observação que cercam as declarações sobre "sistemas" que supostamente estão se transformando ou que precisam de transformação – *de quem são os sistemas? E o que seria uma transformação?* (Smith e Stirling, 2010). Por fim, a metodologia reflexiva também inclui buscas notáveis por representações adequadas e reconhecedoras de paradoxos dos fenômenos de ETI: Stirling (2019) discute em detalhes como a "incumbência" e as assimetrias de poder continuam sendo reforçadas por meio de *visuais* enganosos da ETI. Compostos por níveis, setas e entidades bem definidas, os diagramas em análises científicas continuam perpetuando as suposições dominantes sobre como a ETI pode ser "implementada", "gerenciada" e controlada.

CONCLUSÃO

A pesquisa em TSI é permeada por paradoxos. Embora os estudos críticos-reflexivos sobre inovação tendam a fornecer o aprofundamento conceitual crucial, eles geralmente vêm acompanhados de uma certa falta de concretude empírica e metodológica. Por outro lado, os estudos convencionais sobre inovação tendem a fornecer repertórios metodológicos rigorosos, mas eles tendem a ser bastante estéreis, ou seja, insensíveis aos aspectos paradoxais da TSI. Buscando superar essa divisão, levantamos as seguintes questões de pesquisa: *Que tipos de paradoxos da ETI podem ser distinguidos e que estratégias de investigação poderiam ajudar a compreender, analisar e comunicar esses fenômenos paradoxais?*

Tabela 1. Três tipos de paradoxos da ETI: Descrições, exemplos empíricos, estratégias de investigação.

Tipos de paradoxo da ETI	Descrição	Exemplos empíricos	Estratégias de pesquisa
Reprodução do sistema	A SI desafia e reproduz a ordem social existente.	<ul style="list-style-type: none"> Empresas sociais que desafiam o setor estabelecido e, ao mesmo tempo, reproduzem a lógica do mercado. Comunidades ecológicas que integram alguns princípios, por exemplo, do movimento de ecovilas, mas perdem alguns dos aspectos mais radicais. Potencial democrático do orçamento participativo diluído em pseudoparticipação "parcial". 	<ul style="list-style-type: none"> Abordagens dialéticas Análises multiperspectivas Análise crítica do discurso
Temporalidade	O SI exibe faces inovadoras/normais, manifestas/latentes ao longo do tempo e em vários contextos.	<ul style="list-style-type: none"> Espaços Makers como inovação social transformadora e como reparo e fabricação regulares Cooperativas reemergentes Inovações sociais como "bolsões de persistência" 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de tradução Análise de processos Pesquisa crítica de inovação
Construção da realidade	A SI existe como atividade no mundo social e como projeção/interpretação.	<ul style="list-style-type: none"> O "hype" da loteria da renda básica Roteiros de "transição" criados em conjunto Mapeamento de inovações sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa de ação participativa Reconstruções da coprodução Metodologia reflexiva

Fonte: elaboração própria (Pel *et al.*, 2022).

A tabela de resumo apresenta várias respostas e percepções. Um primeiro insight é que os paradoxos da ETI podem ser considerados fenômenos centrais para essa área de estudo – especialmente quando se considera também a variedade de estudos que lidam com eles em termos de "tensões", "contradições", "ambiguidades" ou "dilemas". Fundamentamos isso por meio de vários relatos empíricos e percepções teóricas, abrangendo diferentes vertentes de pesquisa e diferentes tradições de pesquisa em ETI. É interessante ver como os estudos críticos de inovação e vários ângulos das ciências sociais sobre a mudança social estão convergindo. A análise interpretativa de políticas, os Estudos de Ciência e Tecnologia, a teoria social crítica e a teoria da inovação parecem ser as principais fontes a serem exploradas. Elas fornecem percepções e métodos potencialmente complementares.

Em segundo lugar, esclarecemos como a pesquisa TSI envolve paradoxos de diferentes tipos. Os paradoxos de reprodução do sistema, os paradoxos relacionados à temporalidade e os paradoxos de observação são, cada um a seu modo, relevantes. Vale a pena refletir sobre suas múltiplas sobreposições: pode-se considerar, por exemplo, como os paradoxos da reprodução tendem a coincidir com os paradoxos temporais e como certas estratégias de investigação são adequadas para lidar com qualquer um dos dois. Da mesma forma, pode-se considerar como esses dois paradoxos estão, por sua vez, conectados aos paradoxos da construção da realidade: as diferentes faces empíricas da ETI podem ser associadas a diferentes construções da realidade, por exemplo, com as perspectivas "interna" e "externa" distinguidas por Smith e Stirling (2007). Da mesma forma, vale a pena considerar as ligações com outros ângulos das faces de Janus da ETI (como "tensões", "contradições", cf. Figura 1). Enquanto isso,

esclarecemos como os três tipos de paradoxos são realmente distintos. Certos paradoxos estão ganhando atenção especial em campos de estudo empíricos específicos e em disciplinas específicas. Por exemplo, distinguimos entre os modos exploratórios de estudos críticos sobre inovação e os mais essencialistas que buscam desafiar e "desmascarar" (seção 1.2). Discutindo exemplos empíricos, nossa análise mostrou como essas abordagens são atraídas por questões de projeção e interpretação, por questões de transformação e desvanecimento, ou melhor, por discrepâncias entre os impactos transformadores reivindicados e realizados. Destacando como diferentes pressupostos ontológicos e epistemológicos são consistentes com diferentes métodos, nossa análise ajuda os acadêmicos da TSI a determinar sua abordagem de pesquisa.

Em terceiro lugar, enfrentamos a dificuldade persistente de ir além da consciência crítica geral e dos *vocabulários* que reconhecem os paradoxos (por exemplo, a "explicação de duas mãos" e as "faces de Janus" e o registro mais amplo de expressões para ambiguidade, tensões, contradições e sombras). Também é fundamental desenvolver *visualizações* adequadas. Conforme discutido por Stirling (2019), a pesquisa de ETI acaba repetidamente com representações simplistas dos processos de transformação. Ao mesmo tempo em que transmitem ideias enganosas sobre o grau em que esses processos podem ser conhecidos e gerenciados, muitos dos diagramas esquemáticos, que de outra forma seriam tão úteis, nos dizem pouco sobre o tratamento do paradoxo. Criados para esclarecer a questão, nossa figura e nossa tabela de resumo reconhecidamente compartilham dessa traição ao paradoxo. Esperamos ver avanços nessa frente – nesta revista e na pesquisa sobre inovação de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1966). *Negative Dialektik*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Aiken, G. T. (2017). Social Innovation and Participatory Action Research: A way to research community? *European Public & Social Innovation Review*, 2(1), 17-33.
- Akrich, M., Callon, M., Latour, B., & Monaghan, A. (2002). The key to success in innovation part I: the art of interessement. *International journal of innovation management*, 6(2), 187-206.
- Alvesson, M., & Sköldberg, K. (2017). *Reflexive methodology: New vistas for qualitative research*. Sage.
- Anderson, B. (2006). "Transcending without transcendence": utopianism and an ethos of hope. *Antipode*, 38(4), 691-710.
- Andriopoulos, C., & Gotsi, M. (2017). *Methods of paradox*. Oxford University Press.
- Arnold, A., David, M., Hanke, G., & Sonnberger, M. (Eds.). (2015). *Innovation-Exnovation: Über Prozesse des Abschaffens und Erneuerns in der Nachhaltigkeitstransformation*. Metropolis-Verlag.
- Arthur, L. (2013). Participatory action research and implications. In F. Moulaert & D. Maccalum (Eds.), *The International Handbook on Social Innovation: Collective action, social learning, and transdisciplinary research* (p. 332-342). Cheltenham: Edward Elgar.

- Audet, R. (2014). The double hermeneutic of sustainability transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 11, 46-9.
- Avelino, F., & Grin, J. (2017). Beyond deconstruction. a reconstructive perspective on sustainability transition governance. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 22, 15-25.
- Avelino, F., Wittmayer, J. M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., Kemp, R., Jørgensen, M. S., Bauler, T., Ruijsink, S., & O'Riordan, T. (2019). Transformative Social Innovation and (Dis)Empowerment: Towards a Heuristic, *Technological Forecasting and Social Change*, 145, 195-206.
- Bartels, K., & Wittmayer, J. M. (Eds.) (2018). *Action Research in Policy Analysis: Critical and Relational Approaches to Sustainability Transitions*. Routledge: Oxfordshire.
- Bull, M., Ridley-Duff, R., Whittam, G., & Baines, S. (2018). Challenging tensions and contradictions: Critical, theoretical and empirical perspectives on social enterprise, *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(3), 582-586.
- Büscher, M., & Urry, J. (2009). Mobile methods and the empirical. *European Journal of Social Theory*, 12(1), 99-116.
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 42-51.
- Callon, M. (2009). Elaborating the notion of performativity. *Le libellio d'AEGIS*, 5(1), 18-29.
- Callorda Fossati, E., Degavre, F., & Nyssens, M. (2017). How to deal with an "essentially contested concept" on the field? Sampling social innovations through the Delphi method. *European Public & Social Innovation Review*, 2(1), 45-58.
- Chavez, D. (2008). The watering down of participatory budgeting and people power in Porto Alegre, Brazil. *Participatory Learning and Action*, 58(1), 57-60.
- de Geus, T., Wittmayer, J. M., Van Berkel, F. (2021). *Charging the future: Roadmaps and value tensions for mainstreaming prosumerism to 2030 and 2050*. PROSEU – Prosumers for the Energy Union: Mainstreaming active participation of citizens in the energy transition (Deliverable N°6.3 – Horizon 2020 (H2020-LCE-2017), Grant Agreement N° 764056. European Commission, Dutch Research Institute for Transitions (DRIFT).
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2017). Fundamentals for an international typology of social enterprise models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and nonprofit organizations*, 28(6), 2469-2497.
- Dey, P., & Steyaert, C. (2012). Social entrepreneurship: critique and the radical enactment of the social. *Social Enterprise Journal*, 8(2), 90-107.
- Dey, P., & Teasdale, S. (2013). Social enterprise and dis/identification: The politics of identity work in the English third sector. *Administrative Theory & Praxis*, 35(2), 248-270.
- Dey, P., & Teasdale, S. (2016). The tactical mimicry of social enterprise strategies: Acting 'as if' in the everyday life of third sector organizations. *Organization*, 23(4), 485-504.
- European Commission (2011). *Empowering people, driving change. Social Innovation in the European Union*. Luxembourg: Bureau of European Policy Advisers. <https://doi.org/10.2796/13155>
- Fairclough, N. (2013). Critical discourse analysis and critical policy studies. *Critical policy studies*, 7(2), 177-197.
- Ferreras, I., Battilana, J., & Méda, D. (2022). *Democratize work: The case for reorganizing the economy*. University of Chicago Press.
- Forsman, A., De Moor, T., van Weeren, R., Bravo, G., Ghorbani, A., Dehkordi, M. A. E., & Farjam, M. (2020). Eco-evolutionary perspectives on emergence, dispersion and dissolution of historical Dutch commons. *PLoS ONE*, 15(7), e0236471. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0236471>

- Funtowicz, S., & Ravetz, J. (2001). Post-normal science. Science and Governance under conditions of complexity. In M. Decker & F. Wütscher (Eds.), *Interdisciplinarity in Technology Assessment: Implementation and its Chances and Limits* (p. 15-24). Berlin, Heidelberg: Springer.
- Gaglio, G., Godin, B., & Pfotenhauer, S. (2019). X-Innovation: Re-inventing innovation again and again. *Novation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 1-16.
- Garud, R., & Gehman, J. (2012). Metatheoretical perspectives on sustainability journeys: Evolutionary, relational and durational. *Research Policy*, 41(6), 980-995.
- Geels, F. W. (2010). Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. *Research policy*, 39(4), 495-510.
- Geels, F. W. (2021). From leadership to followership: A suggestion for interdisciplinary theorising of mainstream actor reorientation in sustainability transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 41, 45-48.
- Geels, F. W., Kemp, R., Dudley, G., & Lyons, G. (2011). *Automobility in transition? A socio-technical analysis of sustainable transport*. Routledge.
- Giudici, A., Combs, J. G., Cannatelli, B. L., & Smith, B. R. (2020). Successful scaling in social franchising: The case of Impact Hub. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 44(2), 288-314.
- Godin, B., & Vinck, D. (2017). *Critical Studies of Innovation: Alternative Approaches to the Pro-Innovation Bias*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Grimes, M. (2021). *Navigating hype in the context of social innovation*. Keynote lecture at International Social Innovation research Conference (ISIRC), Milano (ITA) September 8-10.
- Grzymala-Busse, A. (2011). Time will tell? Temporality and the analysis of causal mechanisms and processes. *Comparative Political Studies*, 44(9), 1267-1297.
- Hacking, I. (1995). The looping effects of human kinds. In D. Sperber, D. Premack, A. J. Premack (Eds.), *Causal cognition: A Multidisciplinary Debate* (p. 351-394). Oxford University Press.
- Hajer, M. A. (1995). *The politics of environmental discourse: Ecological modernization and the policy process*. Clarendon Press.
- Hargrave, T. J., & Van de Ven, A. H. (2006). A collective action model of institutional innovation. *Academy of management review*, 31(4), 864-888.
- Haxeltine, A., Avelino, F., Wittmayer, J. M., Kunze, I., Longhurst, N., Dumitru, A., O'Riordan, T. (2018). Conceptualising the role of social innovation in sustainability transformations. In J. Backhaus, A. Genus, S. Lorek, E. Vadovics & J. M. Wittmayer (Eds.), *Social Innovation and Sustainable Consumption: Research and Action for Societal Transformation* (p. 12-25). Routledge, Oxfordshire.
- Haxeltine, A., Pel, B., Wittmayer, J. M., Dumitru, A., Kemp, R. & Avelino, A. (2017). Building a middle-range theory of Transformative Social Innovation; theoretical pitfalls and methodological responses. *European Public and Social Innovation Review*, 2(1), 59-77.
- Hiteva, R., & Sovacool, B. (2017). Harnessing social innovation for energy justice: A business model perspective. *Energy Policy*, 107, 631-639.
- Howaldt, J., Kopp, R., & Schwarz, M. (2015). Social innovations as drivers of social change – Exploring Tarde's contribution to social innovation theory building. In A. Nichols, J. Simon & M. Gabriel (Eds.), *New frontiers in social innovation research* (p. 29-51). London: Palgrave Macmillan.
- Howarth, D. (2010). Power, discourse, and policy: articulating a hegemony approach to critical policy studies. *Critical policy studies*, 3(3-4), 309-335.

- Ingeborgrud, L., Heidenreich, S., Ryghaug, M., Skjølvold, T.M., Foulds, C., Robison, R., Buchmann, K., Mourik, R. (2020). Expanding the scope and implications of energy research: A guide to key themes and concepts from the Social Sciences and Humanities. *Energy Research & Social Science*, 63, 101398. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.101398>
- Jaeger-Erben, M., Rückert-John, J., & Schäfer, M. (2015). Sustainable consumption through social innovation: a typology of innovations for sustainable consumption practices. *Journal of Cleaner Production*, 108, 784-798.
- Jasanoff, S. (Ed.). (2004). *States of knowledge*. Abingdon, UK: Taylor & Francis.
- Jessop, B., F. Moulaert, F., L. Hulgård & A. Hamdouch (2013). Social innovation research: a new stage in innovation research? In F. Moulaert, D. Macallum, A. Mehmood, A. Hamdouch (Eds.), *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research* (p. 110-127). Cheltenham: Edward Elgar.
- Joss, S. (2011). Eco-cities: The mainstreaming of urban sustainability-key characteristics and driving factors. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 6(3), 268-285.
- Kelly, M. (Ed.) (1994). *Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate*. MIT Press.
- Khan, F. R., Munir, K. A., & Willmott, H. (2007). A dark side of institutional entrepreneurship: Soccer balls, child labour and postcolonial impoverishment. *Organization studies*, 28(7), 1055-1077.
- Klein, J. L., Camus, A., Jetté, C., Champagne, C., & Roy, M. (Eds.) (2016). *La transformation sociale par l'innovation sociale*. Montreal: Presses de l' Université de Québec.
- Köhler, J., et al. (2019). An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*. 31, 1-32.
- Langley, A. (1999). Strategies for theorizing from process data. *Academy of Management review*, 24(4), 691-710.
- Laville, J. L. (2014). The Social and Solidarity Economy: A theoretical and plural framework. In J. Defourny, L. Hulgård & V. Pestoff (Eds.), *Social Enterprise and the Third Sector. Changing European Landscapes in a Comparative Perspective* (p. 102-113). Routledge.
- Le Velly, R. (2019). Allowing for the projective dimension of agency in analysing alternative food networks. *Sociologia Ruralis*, 59(1), 2-22.
- Lefèvre, S., Audet, R., & El-Jed, M. (2016). La recherche-action comme appui à la transformation sociale: l'étude des marchés de quartier à Montréal. In J. L. Klein, A. Camus, C. Jetté, C. Champagne & M. Roy (Eds.), *La transformation sociale par l'innovation sociale* (p. 159-172). Montreal: Presses de l' Université de Québec.
- Lennon, B., Dunphy, N., Gaffney, C., Revez, A., Mullally, G., & O'Connor, P. (2020). Citizen or consumer? Reconsidering energy citizenship. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 22(2), 184-197.
- Luhmann, N. (1995). *Social systems*. Stanford University Press.
- Luhmann, N., & Rasch, W. (2002). *Theories of distinction: Redescribing the descriptions of modernity*. Stanford University Press.
- Mikkonen, I., Gynther, L., Matschoss, K., Koukoufikis, G., Murauskaite-Bull, I., & Uihlein, A. (2020). *Social innovations for the energy transition*. Publications Office of the European Union, Luxembourg. <https://doi.org/10.2760/555111>
- Monticelli, L. (2018). Embodying Alternatives to Capitalism in the 21st Century. *tripleC Communication. Capitalism & Critique*, 16(2), 501-517.
- Morgan, G. (1997). *Images of organization*. Thousand Oaks, CA.
- Moulaert, F., & Ailenei, O. (2005). Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. *Urban studies*, 42(11), 2037-2053.

- Moulaert, F., Mehmood, A., MacCallum, D., & Leubolt, B. (2017). *Social innovation as a trigger for transformations-the role of research*. Publications Office of the European Union.
- North, P. (2014). Ten square miles surrounded by reality? Materialising alternative economies using local currencies. *Antipode*, 46(1), 246-265.
- Novy, A., & Leubolt, B. (2005). Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. *Urban studies*, 42(11), 2023-2036.
- Pansera, M., & Fressoli, M. (2021). Innovation without growth: Frameworks for understanding technological change in a post-growth era. *Organization*, 28(3), 380-404.
- Pel, B., & Backhaus, J. (2020). Realizing the Basic Income: Competing Claims to Expertise in Transformative Social Innovation. *Science & Technology Studies*, 33(2), 83-101.
- Pel, B., & Kemp, R. (2020). Between innovation and restoration: towards a critical-historicizing understanding of social innovation niches. *Technology Analysis & Strategic Management*, 32(10), 1182-1194.
- Pel, B., Dorland, J., Wittmayer, J. M., & Jørgensen, M. S. (2017a). Detecting Social Innovation agency: Methodological reflections on units of analysis in dispersed transformation processes. *European Public and Social Innovation Review*, 2(1), 110-126.
- Pel, B., Bauler, T., Avelino, F., Backhaus, J., Ruijsink, S., Rach, S., Jørgensen, M. S., Kunze, I., Voss, G., Dumitru, A., Lema Blanco, I., Afonso, R., Cipolla, C., Longhurst, N., Dorland, J., Elle, M., Balázs, B., Horváth, J., Matolay, R., Wittmayer, J. M., Valderrama Pineda, A., Serpa, B., Rösing Agostini, M., Lajarthe, F., Garrido, S., Picabea, F., Moreira, J., Trentini, F., Bidinost, A., Weaver, P., Heimann, R., Skropke, C., Hoffmeister, K.L., Tawakol, D., Olivotto, V., Tsatsou, A., Zahed, Y., Moet, R., Zuijderwijk, L., Renema, J., & Kemp, R. (2017b). *The Critical Turning Points database; concept, methodology and dataset of an international Transformative Social Innovation comparison*. TRANSIT Working Paper # 10, TRANSIT: EU SSH.2013.3.3.2-1 Grant Agreement N° 613169. European Commission.
- Pel, B., Haxeltine, A., Avelino, F., Dumitru, A., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J. W., & Jørgensen, M. S. (2020). Towards a theory of Transformative Social Innovation: a relational framework and 12 propositions. *Research Policy*, 49(8), 104080. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>
- Pfotenhauer, S., & Jasanoff, S. (2017). Panacea or diagnosis? Imaginaries of innovation and the 'MIT model' in three political cultures. *Social Studies of Science*, 47(6), 783-810. <https://doi.org/10.1177/0306312717706110>
- Poole, M. S., & Van de Ven, A. H. (1989). Using paradox to build management and organization theories. *Academy of management review*, 14(4), 562-578.
- Rammert, W., Windeler, A., Knoblauch, H., & Hutter, M. (2018). *Innovation Society Today*. Springer.
- Rice, R. E., & Rogers, E. M. (1980). Reinvention in the innovation process. *Knowledge*, 1(4), 499-514.
- Ridley-Duff, R., & Bull, M. (2021). Common pool resource institutions: The rise of internet platforms in the social solidarity economy. *Business Strategy & the Environment*, 30(3), 1436-1453. <https://doi.org/10.1002/bse.2707>
- Roth, S. (2009). New for whom? Initial images from the social dimension of innovation. *Int. J. Innovation and Sustainable Development*, 4(4), 231-252.
- Schubert, C. (2018). Social Innovation; A New Instrument for Social Change? In W. Rammert & A. Windeler (Eds.), *Innovation Society Today* (p. 371-391). Wiesbaden: Springer VS.
- Schubert, C. (2019). Social innovations as a repair of social order. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 41-66.

- Scott-Cato, M., & Hillier, J. (2010). How could we study climate-related social innovation? Applying Deleuzean philosophy to Transition Towns. *Environmental Politics*, 19(6), 869-887.
- Scott, J. C. (1998). *Seeing like a state*. Yale University Press.
- Seo, M. G., & Creed, W. D. (2002). Institutional contradictions, praxis, and institutional change: A dialectical perspective. *Academy of management review*, 27(2), 222-247.
- Shin, Y., & Jeong, H. (2019). Transition or Tradition. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 106-134.
- Shove, E. (2012). The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. *Technology Analysis & Strategic Management*, 24(4), 363-375.
- Smith, A. (2007). Translating sustainabilities between green niches and socio-technical regimes. *Technology analysis & strategic management*, 19(4), 427-450.
- Smith, A., & Stirling, A. (2007). Moving inside or outside? Objectivation and reflexivity in the governance of socio-technical systems. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 8(3-4), 1-23.
- Smith, A., & Stirling, A. (2010). The politics of social-ecological resilience and sustainable socio-technical transitions. *Ecology and Society*, 15(1), 11. <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss1/art11/>
- Solis-Navarrete, J. A., Bucio-Mendoza, S., & Panque-Gálvez, J. (2021). What is not social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 173, 121190. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121190>
- Steyaert, C., & Dey, P. (2010). Nine verbs to keep the social entrepreneurship research agenda 'dangerous'. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 231-254.
- Stirling A. (2016) Knowing Doing Governing: Realizing Heterodyne Democracies. In: Voß JP & Freeman R.(Eds.) (2016) *Knowing Governance: The Epistemic Construction of Political Order*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 259-286.
- Stirling, A. (2019). How deep is incumbency? A 'configuring fields' approach to redistributing and reorienting power in socio-material change. *Energy Research & Social Science*, 58, 101239. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.101239>
- Swyngedouw, E. (2005). Governance Innovation and the Citizen: The Janus Face of Governance-beyond-the State. *Urban Studies*, 42(11), 1991-2006.
- Teasdale, S., Roy, M. J., Ziegler, R., Mauksch, S., Dey, P., & Raufflet, E. B. (2021). Everyone a changemaker? Exploring the moral underpinnings of social innovation discourse through real utopias. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(3), 417-437.
- Temenos, C., & McCann, E. (2013). Geographies of policy mobilities. *Geography Compass*, 7(5), 344-357.
- Turnheim, B., Asquith, M., & Geels, F. W. (2020). Making sustainability transitions research policy-relevant: Challenges at the science-policy interface. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 34, 116-120.
- Ulrich, W. (2003). Beyond methodology choice: critical systems thinking as critically systemic discourse. *Journal of the Operational Research Society*, 54(4), 325-342.
- Unger, R. M. (2015). Conclusion: The task of the social innovation movement. In A. Nichols, J. Simon & M. Gabriel (Eds.), *New frontiers in social innovation research* (p. 233-251). Springer.
- Voß, J. P. (2014). Performative policy studies: realizing "transition management". *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 27(4), 317-343.
- Voß, J. P., & Freeman, R. (2016), Introduction: Knowing Governance, In: J. P. Voß & R. Freeman (Eds.), *Knowing Governance: The Epistemic Construction of Political Order* (p. 1-34). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Westley, F., McGowan, K., & Tjörnbo, O. (2017). *The Evolution of Social Innovation: Building Resilience Through Transitions*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Westman, L., & Castán Broto, V. (2022). Urban Transformations to Keep All the Same: The Power of Ivy Discourses. *Antipode*, 54(4), 1320-1343. <https://doi.org/10.1111/anti.12820>
- Wittmayer, J. M., & Schäpke, N. (2014). Action, research and participation: roles of researchers in sustainability transitions. *Sustainability Science*, 9(4), 483-496.
- Wittmayer, J. M., Avelino, F., Backhaus, J., Pel, B., Strasser, T., & Zuijderwijk, L. (2019). Narratives of change: how social innovation initiatives construct societal transformation. *Futures*, 112, 10243. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2019.06.005>
- Wittmayer, J. M., Campos, I., Avelino, F., Brown, D., Doračić, B., Fraaije, M., Gährs, S., Hinsch, A., Assalini, S., Becker, T., Marín-González, E., Holstenkamp, L., Bedoić, R., Duić, N., Oxenaar, S., Pukšec, T. (2022). Thinking, doing, organising: Prefiguring just and sustainable energy systems via collective prosumer ecosystems in Europe. *Energy Research & Social Science*, 86, 102425. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102425>
- Wright, E. O. (2010). *Envisioning real utopias*. Verso: London.
- Ziegler, R. (2017). Citizen Innovation as Niche Restoration – A Type of Social Innovation and Its Relevance for Political Participation and Sustainability. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(3), 338-353.

*Tudo e nada:
Uma revisão crítica do "social" nos estudos de
Inovação e Empreendedorismo¹*

Stefania Sardo*, Beniamino Callegari e Bisrat A. Misganaw*****

*Instituto de Tecnologia de Karlsruhe 

** Kristiania University College 

*** Escola de Negócios NEOMA 

RESUMO

Nas últimas duas décadas, observamos um crescente interesse acadêmico e político em fenômenos como a inovação social e o empreendedorismo social. Nesses casos, o elemento "social" tem sido frequentemente descrito como uma categoria nova ou redescoberta, indicando uma predisposição normativa para "elevar" os processos de inovação e empreendedorismo existentes ou emergentes, identificando e promovendo padrões de comportamento e definição de metas socialmente aceitáveis. Embora as análises anteriores sobre inovação social tenham se concentrado no desenvolvimento histórico do conceito e em seu papel no debate acadêmico, este artigo analisa criticamente o lugar do "social" nos estudos atuais de Inovação e Empreendedorismo (I&E). O objetivo é entender como essa literatura tem evoluído em relação a esse elemento e até que ponto esse acréscimo promoveu uma mudança radical na direção da pesquisa. Nossa análise, com base em artigos selecionados de 16 periódicos principais de I&E, apresenta uma nova classificação das abordagens dominantes da dimensão social nos estudos de I&E, identificando quatro categorias principais: disciplinar, integracionista, separatista e essencialista. O que se constata é que a maioria dos estudos de I&E ignora, minimiza ou compartimenta o "social", usando-o para ampliar as estruturas existentes em vez de desenvolvê-las. De fato, embora o "social" ofereça um caminho para que as visões críticas desafiem o discurso dominante, no momento ele não parece afetar significativamente a evolução deste último.

Palavras-chave: Estudos Sociais Críticos; Estudos de Inovação; Estudos de Empreendedorismo; Inovação Social; Empreendedorismo Social.

Proposta Submetida em 24 de janeiro de 2022, Artigo Recebido em 29 de abril de 2022, Avaliações Entregues em 1 de julho de 2022, Revisado em 30 de setembro de 2022, Aceito em 5 de outubro de 2022, Disponível online em 16 de maio de 2023.



INTRODUÇÃO

O termo *inovação social* tem sido utilizado por acadêmicos há mais de dois séculos, embora com um significado em evolução (Gaglio *et al.*, 2019). Embora tenha sido originalmente empregado para descrever, e muitas vezes condenar, a mudança social na direção do socialismo, ele acabou perdendo sua conotação política, surgindo nas últimas duas décadas na literatura acadêmica e geralmente retratado de forma positiva. Esse ressurgimento é demonstrado pelo crescente interesse acadêmico em fenômenos sociais, como inovação social e empreendedorismo social, o que levou a uma infinidade de definições. Por exemplo, Mulgan *et al.* (2007, p. 2) descrevem a inovação social como "novas ideias que atendem a necessidades sociais não satisfeitas – e que funcionam", apontando para processos de inovação direcionados a um "objetivo social". O empreendedorismo social é, às vezes, entendido de forma semelhante como "o uso inovador e a combinação de recursos para buscar oportunidades de catalisar a mudança social e/ou atender às necessidades sociais" (Mair & Marti, 2006, p. 37). Nesse campo, os acadêmicos se concentraram em questões como as condições para o surgimento do empreendedorismo social ou os obstáculos para obter o financiamento e a rede de contatos necessários, empregando lentes teóricas novas ou existentes para entender esses "novos" fenômenos (Kimmitt & Muñoz, 2018; Lehner & Kansikas, 2012; Zahra *et al.*, 2009).

As instituições públicas têm demonstrado esse interesse, elaborando programas de financiamento de pesquisa e desenvolvimento para atingir os chamados objetivos sociais – mais recentemente colocados sob a bandeira dos Grandes Desafios (Kuhlmann & Rip, 2018; Mazzucato, 2018). Exemplos podem ser encontrados já em 2010, quando a União Europeia, saindo de uma crise financeira, mais uma vez enfatizou a necessidade de colocar a inovação "no centro da estratégia Europa 2020". Aqui, o elemento "social" foi destacado como uma nova – ou pelo menos redescoberta – categoria para inovação e empreendedorismo. No documento da iniciativa União da Inovação, a "inovação social" diz respeito a "explorar a engenhosidade de instituições de caridade, associações e empreendedores sociais para encontrar novas formas de atender às necessidades sociais que não são adequadamente atendidas pelo mercado ou pelo setor público (...) para enfrentar os principais desafios sociais" (Comissão Europeia, 2010, p. 21). Uma possível explicação para esse novo interesse pode ser o reconhecimento das consequências negativas generalizadas geradas por inovações anteriores (por exemplo, Mulgan *et al.*, 2007; Murray *et al.*, 2010) – uma condenação velada de nossas decisões passadas das quais participamos mais ou menos coletivamente (veja, por exemplo, os desastres causados por instalações de petróleo e gás ou fábricas de produtos químicos, como Deepwater Horizon e Bhopal, ou por artefatos como amianto e plásticos), ou a percepção de que a introdução de *meras* inovações técnicas não conseguiu, de fato, resolver problemas antigos e perversos, como a fome e o desemprego entre os jovens (Nelson,

2011). De fato, enfatizar o “social” pode ser interpretado como uma tentativa de corrigir o foco há muito predominante nos aspectos técnicos e econômicos desses processos (Godin, 2015). Contribuições recentes também revelaram que esse interesse na dimensão social da inovação pode ser visto como parte de uma tendência acadêmica e cultural mais ampla e de longo prazo de reinventar a inovação para se adequar ou criticar a ideologia atual (Gaglio *et al.*, 2019; Schubert, 2019).

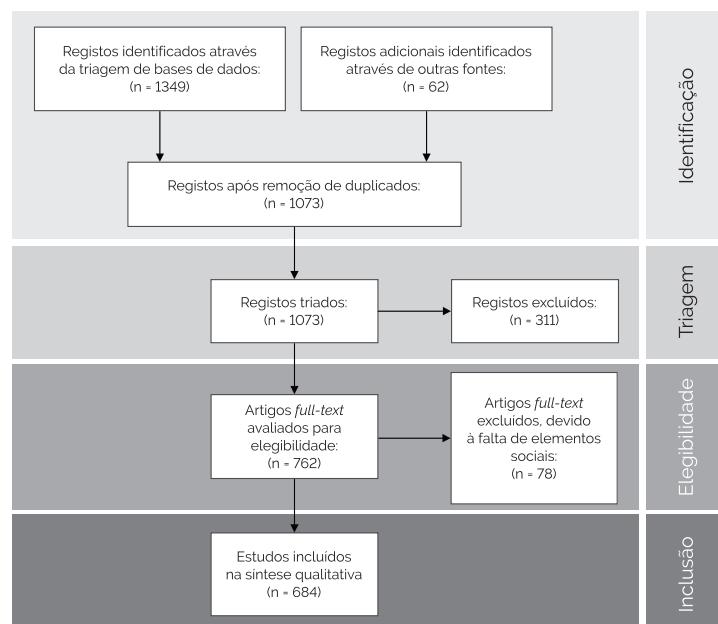
Neste artigo, aprofundamos a dimensão social da “X-inovação” (Gaglio *et al.*, 2019), estendendo-a para a discussão do empreendedorismo social e concentrando-nos em como a dimensão social é atualmente conceituada e apropriada pela pesquisa convencional sobre inovação e empreendedorismo. Conceitualmente, Gaglio *et al.* (2019) identificam duas características do “social”. No lado da entrada, o “social” poderia se referir à inclusão, um processo que exige a participação do público nas deliberações desde o estágio inicial. No lado dos resultados, o “social” pode se referir a considerações éticas e ambientais, com a expectativa de que a inovação seja responsável e sustentável. Embora essa distinção tenha sido útil para conceituar o “social” nas X-inovações, argumentamos que a compreensão e o uso atuais da dimensão social na literatura convencional sobre inovação e empreendedorismo são muito mais diversificados. Isso nos levou à seguinte pergunta de pesquisa: *a dimensão social realmente contribuiu para moldar o discurso dominante sobre inovação e empreendedorismo em direção a perspectivas mais críticas ou, em vez disso, foi usada para ampliar ou validar as teorias existentes?*

Para dar sentido a esse quadro complexo, depois de analisar as contribuições das principais revistas de estudos de I&E, apresentamos uma nova classificação das principais abordagens do “social”, ilustrando as principais características que identificam cada categoria por meio de exemplos extraídos da literatura. Tendo defendido essa classificação, discutimos seus méritos e consequências para os estudos de inovação e empreendedorismo e concluímos refletindo sobre o que a classificação revela sobre o papel desempenhado pela dimensão social no desenvolvimento dos estudos convencionais de inovação e empreendedorismo. Apesar de sua natureza aparentemente crítica, descobrimos que a dimensão social foi amplamente adaptada ao discurso dominante a fim de ampliar e apoiar as estruturas dominantes. Embora existam vozes críticas, seu impacto se limita a garantir a continuidade da discussão pluralista, em vez de conseguir fazer com que os fundamentos ideológicos subjacentes do discurso dominante de I&E sejam repensados. O artigo está estruturado da seguinte forma. A Seção 1 descreve brevemente a metodologia adotada para esta revisão da literatura. A Seção 2 apresenta a análise por trás da classificação proposta e descreve vários exemplos da literatura para cada categoria. A Seção 3 ilustra as limitações da classificação proposta, discutindo artigos cuja classificação é desafiadora. O artigo termina com as observações finais.

1. METODOLOGIA

Esta revisão da literatura segue as diretrizes PRISMA, conforme descrito por Moher *et al.* (2009). A metodologia PRISMA usa uma lista de verificação de 27 itens para organizar as referências – incluindo título, resumo, métodos, resultados, discussão e categorias de financiamento – e um fluxograma de quatro etapas que descreve o processo de seleção. A primeira etapa é identificar todos os artigos a serem analisados, pesquisando palavras-chave previamente definidas em bancos de dados de literatura acadêmica pré-selecionados. A segunda etapa é examinar os resumos de todos os artigos que atendem aos critérios de inclusão. A terceira etapa é analisar o texto completo dos artigos restantes para selecionar os elegíveis. A etapa final é a aplicação de um esquema de codificação para identificar os elementos de cada artigo a serem incluídos na revisão da literatura. Embora as diretrizes PRISMA tenham sido usadas inicialmente nas ciências da saúde, sua alta generalidade e usabilidade permitiram sua aplicação em muitos campos de pesquisa, como o econômico (Havránek *et al.*, 2020; Stornelli *et al.*, 2021; Zinyemba *et al.*, 2020). Um diagrama PRISMA descreve o processo (veja a Figura 1).

Figura 1. Diretrizes PRISMA aplicadas à nossa revisão da literatura.



Fonte: elaborado pelos autores (Callegari *et al.*, 2022).

Com base nessas escolhas metodológicas, selecionamos todas as revistas reconhecidas pela lista ABS50 como pertencentes aos Estudos de Inovação e Empreendedorismo e classificadas com 4 ou 3 estrelas (consulte a Tabela 1). Em seguida, identificamos uma extensa lista de palavras-chave que abrange alguns aspectos cruciais

do "social" nos estudos de inovação e empreendedorismo. Foram elas: valor social, teoria social, aspecto social, dimensão social, contexto social, ontologia social, inovação social, empreendedorismo social. Aplicando esses critérios, garantimos que nenhum artigo relevante fosse excluído por motivos puramente nominais e, como um mecanismo de segurança adicional contra erros humanos, usamos referências cruzadas e pesquisas direcionadas nos arquivos de revistas científicas específicas, selecionadas com base em sua relevância temática, para identificar registros adicionais. A partir desses registros, analisamos seus resumos e, quando o resumo não fornecia evidências sólidas da irrelevância do artigo para nossos objetivos, pesquisamos o corpo principal do artigo em questão para encontrar evidências de um discurso relevante. Por fim, procedemos à leitura e à categorização do *corpus* de artigos de acordo com sua interpretação específica da dimensão social. Para validar nossa categorização, descrita na próxima seção, cada um dos artigos selecionados foi avaliado às cegas por pelo menos dois dos coautores e depois validado. Os artigos selecionados estão atualizados até março de 2022.

Tabela 1. Diretrizes PRISMA aplicadas à nossa revisão da literatura.

Empreendedorismo e desenvolvimento regional	Journal of Small Business Management
Teoria e prática do empreendedorismo	Journal of Technology Transfer
Análise da empresa familiar	Gerenciamento de P&D
Empreendedorismo e desenvolvimento regional	Journal of Small Business Management
Indústria e inovação	Research Policy
Revista Internacional de Comportamento e Pesquisa Empresarial	Economia para pequenas empresas
International Small Business Journal	Strategic Entrepreneurship Journal (Jornal de Empreendedorismo Estratégico)
Journal of Business Venturing	Previsão tecnológica e mudança social
Revista de Gestão de Inovação de Produtos	Inovação tecnológica

Fonte: elaborado pelos autores (Callegari *et al.*, 2022).

Embora certamente restritiva, a escolha dos periódicos mencionados acima tem uma intenção clara, ou seja, verificar o papel do atributo "social" produzido pelas literaturas de inovação e empreendedorismo. Essa linha de pesquisa não apenas contribui fortemente para a criação de um discurso "convencional" sobre inovação, seus significados e funções, mas também influencia fortemente as políticas nacionais e locais. No entanto, reconhecemos que muitos trabalhos críticos não serão incluídos em nossa análise por terem sido publicados em outros lugares. No entanto, uma questão que emerge a esse respeito – e que será discutida na seção de conclusão – é o quanto essas contribuições críticas conseguiram, nas últimas duas décadas, modificar e orientar o discurso dominante

e o quanto elas lutam para influenciá-lo. De fato, conforme expresso por Alvesson e Deetz (2000, p. 8), o objetivo da pesquisa crítica é "identificar e desafiar suposições, reconhecer a influência da cultura, da história e da posição social e imaginar e explorar alternativas extraordinárias, interromper rotinas e ordens estabelecidas" (Curtis, 2007, p. 277). Uma maneira de testar esse objetivo crítico é usar as principais revistas de I&E como fonte de informações básicas, estando ciente das barreiras de entrada dessas revistas, que inevitavelmente forçam os pesquisadores a se envolverem com o discurso convencional. Outra limitação de nossa revisão metodológica diz respeito aos termos de pesquisa, que podem excluir os autores que deliberadamente evitaram o uso do prefixo "social" enquanto ainda discutiam inovação/empreendedorismo social. No entanto, presumimos que os acadêmicos críticos que criticaram o discurso nos meios de comunicação convencionais tiveram que, de alguma forma, fazer referência à pesquisa existente e, portanto, usaram pelo menos uma das palavras-chave mencionadas anteriormente.

2. A DIMENSÃO SOCIAL NOS ESTUDOS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Embora haja um consenso de que os estudos sobre empreendedorismo e inovação pertençam às ciências sociais, a pesquisa nesses campos é predominantemente caracterizada por uma orientação individualista, em grande parte herdada da economia (Goss, 2005; Lundvall, 2013). No entanto, nas últimas duas décadas, os trabalhos que reconhecem a importância da dimensão social estão crescendo em influência no campo (por exemplo, Anderson, 2015; Shepherd *et al.*, 2020; van der Have & Rubalcaba, 2016). Esses estudos, por exemplo, contrastaram uma conceituação humanística do empreendedorismo (Kupferberg, 1998) sustentada por uma lógica de processos, relações e mudanças sociais, em oposição aos empreendedores "investigados como animais ou robôs econômicos subsocializados" (Zafirovski, 1999, p. 354), ou identificaram um tipo especificamente social de empreendedorismo como conceitualmente distinto de outras formas (Huybrechts & Nicholls, 2012; Nicholls & Cho, 2006). No entanto, há uma enorme variação no uso analítico do "social", que vai desde a suposição implícita até a conceituação explícita e a definição de fundamentos metodológicos. Essa variedade é uma fonte potencial de tensão crítica nos estudos de I&E, pois, a dimensão social é comumente associada a pressupostos epistemológicos, metodológicos e normativos implícitos ou explícitos controversos. Isso é uma consequência da natureza holística da esfera social. A vida humana é, em geral, um assunto social. De um encontro fugaz a uma guerra global, a maioria dos fenômenos humanos é realizada em interação e, portanto, é possível de análise social. A complexidade associada a uma área de estudo potencialmente tão extensa, no entanto, não se ajusta aos requisitos de precisão de uma análise eficaz.

Uma resposta analítica comum tem sido restringir o objeto de estudo a uma dimensão mais gerenciável, distinguindo assim entre o que compreende o núcleo teórico e o que pertence à esfera fenomenológica contextual. Isso implica uma compreensão do "social" como um *componente residual*, associado a fenômenos que estão fora do núcleo analítico. Essa distinção entre núcleo e periferia social pode ser feita em duas linhas diferentes. A primeira opção é identificar um quadro específico da vida social – uma dimensão presente na totalidade do "social", embora com intensidade variável – e desenvolver uma análise pura desse quadro, descartando todos os outros aspectos em busca de teorizações precisas e abstratas. Podemos descrever isso como a *solução disciplinar*, caracterizando, por exemplo, a economia, que se concentra na análise do *Homo Economicus* e descarta, *prima facie*, todos os outros aspectos sociais: a abordagem analítica na qual "o social é frequentemente tratado apenas como um fator de fundo, o *ceteris paribus* dos economistas" (Korsgaard & Anderson, 2011, p. 135).

Nos estudos de I&E, podemos rastrear essa abordagem até os primeiros trabalhos de Schumpeter (2010). A segunda opção é especificar um conjunto de fenômenos reais de interesse peculiar a ser analisado em sua complexidade real. A partir desse tipo de análise, teorias específicas do domínio podem ser desenvolvidas para explicar os mecanismos causais mais relevantes em jogo. Isso pode ser descrito como a *solução fenomenológica*, aplicada pelos estudos de I&E (entre outros) para definir seu perímetro analítico (Brazeal & Herbert, 1999; Malerba & Brusoni, 2007; Urban, 2010). A natureza complexa dos fenômenos em estudo dá origem a uma infinidade de teorizações concorrentes e complementares, cada uma focada em um conjunto específico de mecanismos ativos (por exemplo, geração de novidades, disposição empreendedora, difusão da inovação) com base em diferentes núcleos teóricos, geralmente emprestados, embora muitas vezes adaptados, de disciplinas sociais existentes. A primeira abordagem identifica um método específico, com base em um conjunto correspondente de suposições, que pode ser potencialmente aplicado a qualquer aspecto da vida (Lazear, 2000). A última abordagem identifica um conjunto de objetos de estudo, aberto a qualquer método analítico e a qualquer conjunto de suposições, desde que o estudo resultante contribua para o debate acadêmico.

Ambas as opções têm seus limites. A natureza holística da vida social resiste a qualquer tentativa de dividi-la em fatias claras e distintas. Embora uma dimensão específica e internamente consistente possa ser identificada e descrita por meio de um núcleo disciplinar, seu alcance real e sua relevância para a multiplicidade de fenômenos da vida real dificilmente podem ser determinados com certeza. Da mesma forma, qualquer fenômeno, por mais restrito que seja, influencia e é influenciado por um número potencialmente ilimitado de outros fenômenos, deixando qualquer núcleo fenomenologicamente definido com limites pouco claros. Em geral, a natureza complexa do processo social implica que, por mais limitada que seja a dimensão ou o conjunto

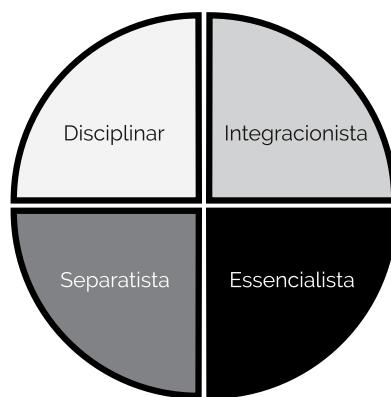
original de fenômenos escolhidos como objeto de estudo, qualquer ciência social tem um campo de expansão potencialmente ilimitado. As disciplinas bem-sucedidas podem estender sua estrutura analítica para incluir cada vez mais fenômenos. O exemplo óbvio é a tendência imperialista aparentemente imparável da economia, que aplica a teoria econômica à análise de fenômenos tão diversos como fertilidade (Becker, 1960), direito penal (Posner, 1985), prostituição (Edlund e Korn, 2002) e tortura (Yakovlev, 2011). Essas expansões podem ser vistas como a colonização gradual do resíduo fenomenológico pelo núcleo teórico bem-sucedido. A aplicação bem-sucedida do núcleo teórico a ambientes empíricos alternativos é considerada um sinal de vigor disciplinar. Perspectivas críticas dentro da disciplina, entretanto, podem apontar para o resíduo fenomenológico para argumentar que os aspectos sociais atualmente excluídos do núcleo teórico mediam mecanismos disciplinares importantes e, portanto, devem ser incluídos (Dequech, 2012). Além disso, a aplicação a áreas muito distantes do foco tradicional da disciplina pode revelar uma série de tensões e limitações que assolam o núcleo teórico, oferecendo um flanco para a crítica (Dosi & Roventini, 2016). Assim, dentro de uma disciplina, o “social” pode ser considerado uma fronteira, um alvo para pesquisadores ambiciosos que buscam novas bases para se estabelecer e um refúgio para pessoas de fora que desejam desafiar o *status quo*.

Da mesma forma, os campos fenomenológicos bem-sucedidos, além de seu potencial metodológico ilimitado, estão fadados a descobrir gradualmente que cada vez mais fenômenos estão intimamente ligados ao seu conjunto original e que sua inclusão analítica pode levar a uma validade teórica mais elevada. Apenas para citar alguns exemplos bem conhecidos, o sucesso da perspectiva da Hélice Tripla (Leydesdorff, 2000, Leydesdorff & Meyer, 2006, Etzkowitz & Leydesdorff, 2000) já gerou uma possível expansão para a Hélice Quádrupla, a Hélice Quíntupla e além (Carayannis *et al.*, 2018ab; Bartoloni *et al.*, 2021). Da mesma forma, a perspectiva do Sistema Nacional de Inovação (Lundvall, 2007) gerou uma variante Regional (Cooke *et al.*, 1997; Asheim & Coenen, 2005; Tödtling & Trippl, 2005), Técnica (Bergek *et al.*, 2008) e agora até global (Lee *et al.*, 2020). A linha divisória entre o núcleo fenomenológico e o resíduo social depende dos pressupostos epistemológicos, das escolhas metodológicas e da estrutura teórica adotada por cada vertente da literatura incluída no campo – senão por cada pesquisador. Inevitavelmente, o que significa o “social” e o papel que ele desempenha em relação ao objeto principal de estudo será objeto de um debate significativo e incerto, mas a abordagem pluralista geralmente reconhecida, inerente aos campos fenomenológicos, facilita a aceitação de diferenças, mesmo dentro da definição do núcleo teórico.

Entender as principais direções e distinções dentro do debate acadêmico, no entanto, torna-se uma necessidade para analisar criticamente seu desenvolvimento. Nesse sentido, consideramos a distinção entre abordagens disciplinares e fenomenológicas útil, mas insuficiente como instrumento analítico para entender a evolução do debate

acadêmico. Em uma tentativa de classificar exaustivamente todas as contribuições identificadas em nossa revisão da literatura, dividimos a categoria fenomenológica em três abordagens distintas com base em como e até que ponto a dimensão social foi integrada à contribuição analítica proposta no contexto dos estudos de I&E. Como resultado, identificamos quatro categorias principais: disciplinar, integracionista, separatista e essencialista (Figura 2).

Figura 2. Classificação da integração da dimensão social nos estudos de I&E.



Fonte: elaborado pelos autores (Sardo *et al.*, 2022).

2.1. A abordagem disciplinar

A abordagem mais periférica é a abordagem *disciplinar*, que se concentra em uma conceituação abstrata do objeto principal de estudo e seus mecanismos causais primários, limitando a análise a uma única estrutura interpretativa. Essa abordagem é geralmente associada ao seu exemplo por excelência, ou seja, a economia e, consequentemente, às vertentes dos estudos de I&E que adotam uma estrutura econômica de análise (por exemplo, Dosi, 1982; Nelson & Winter, 1982; Rosenberg, 1982). Embora tanto a inovação quanto o empreendedorismo sejam implicitamente reconhecidos como fenômenos sociais, a dimensão social não é conceituada explicitamente para reduzir a complexidade e generalizar os resultados analíticos. Consequentemente, os estudos na abordagem disciplinar integram elementos sociais em um sentido puramente fenomenológico: as teorias existentes são aplicadas a fenômenos "sociais" sem nenhuma modificação significativa no núcleo teórico, buscando a validação teórica em vez da modificação ou extensão.

Pittz *et al.* (2019) fornecem um exemplo direto com um estudo sobre como o conhecimento compartilhado por meio da colaboração pode gerar valor cocriado ao promover o desenvolvimento da capacidade de absorção em parcerias intersetoriais. Embora as parcerias estudadas sejam caracterizadas como "sociais", descritas como buscando a inovação social por meio do empreendedorismo social, o elemento social é usado exclusivamente para identificar o campo de exploração fenomenológica, sem

que o conceito "social" entre na estrutura teórica do artigo ou nas proposições que a seção empírica do estudo se esforça para apoiar. Em outro exemplo, Briege e De Clercq (2018), com base em duas estruturas teóricas – a perspectiva baseada em recursos e a estrutura de valor cultural de Hofstede – examinaram como os recursos de nível individual afetam a probabilidade de os empreendedores adotarem a meta de criação de valor social em suas startups. Eles concluíram que a relação depende do tipo de recursos envolvidos. Tanto o capital humano quanto o social estão positivamente associados à propensão do empreendedor de adotar a meta de valor social, enquanto o capital financeiro está negativamente associado às metas sociais. Os resultados reforçam os principais axiomas teóricos da *perspectiva baseada em recursos*, embora não desenvolvam nenhuma proposição teórica específica com relação à criação de valor social ou ao capital social. Em uma linha semelhante, Hechavarria e Briege (2020) investigam como os contextos culturais influenciam a probabilidade de as empreendedoras se envolverem em empreendedorismo social. Para examinar essa relação, eles utilizam a *teoria da prática* como pano de fundo e nove dimensões culturais extraídas do estudo GLOBE. Os resultados mostram que as empreendedoras têm maior probabilidade de se envolver em empreendedorismo social em contextos em que há uma alta prática cultural de prevenção de incertezas e orientação para o futuro. Entretanto, a orientação humana, o coletivismo dentro do grupo e a distância do poder teriam de ser baixos para que as empreendedoras tivessem maior probabilidade de se envolver em empreendedorismo social. Assim, eles concluem que as empreendedoras e os empreendedores desenvolvem intenções diferentes de se envolver em empreendedorismo social dependendo das práticas culturais, validando a proposição teórica inicial de que a cultura praticada por uma sociedade e o gênero interagem para criar capacidades culturais para o empreendedorismo social.

2.2 A abordagem integracionista

A segunda abordagem para analisar o social nos estudos de I&E é a abordagem *integracionista*, assim chamada porque integra elementos "sociais" explícitos e modernos nas teorias existentes (que anteriormente não tinham uma dimensão social), levando, assim, à extensão teórica em vez de sua modificação. As conceitualizações sociais geralmente são introduzidas como fatores contextuais e de fundo que afetam os mecanismos causais primários, como as características de composição das equipes, as consequências da crise econômica nos processos de inovação, as influências das relações sociais nos processos de renovação regional e assim por diante. Existe uma heterogeneidade significativa com relação aos fatores associados à esfera social e sua relevância para fins explicativos. Essa abordagem é mais comumente encontrada em estudos empíricos, em que os aspectos sociais podem ser usados para explicar uma determinada variação fenomenológica (Landry *et al.*, 2002), ou em trabalhos teóricos sistêmicos que visam a integrar uma variedade de fenômenos relacionados aos principais

objetos de estudo (Lundvall, 2007). No entanto, ela também pode ser encontrada em esforços analíticos com o objetivo de integrar novos fatores explicativos para esclarecer áreas contenciosas de debates atuais (Welter, 2011).

Vários exemplos podem ser encontrados na literatura, como o conceito de *capital social*. Gedajlovic *et al.* (2013) sugerem que o capital social – a “soma dos recursos reais e potenciais incorporados, disponíveis e derivados da rede de relacionamentos possuídos por indivíduos ou unidades sociais” (Nahapiet & Ghoshal, 1998, p. 243) – deve ser integrado ao núcleo teórico do empreendedorismo. Muitos estudos demonstram a relevância e o papel do capital social em nível individual (Davidsson & Honig, 2003), regional (Kleinhempel *et al.*, 2022) e nacional (Kwon & Arenius, 2010). O capital social também encontra aplicações em estudos de inovação como um recurso fundamental para superar a incerteza envolvida na inovação radical e para garantir e manter o controle sobre os recursos necessários para alcançar um avanço (Baba & Walsh, 2010). Em nível macro, o capital social tem sido correlacionado com o desempenho inovador (Dakhli & De Clercq, 2004), embora tanto a conceituação quanto a mensuração do construto continuem desafiadoras e abertas a várias interpretações (Landry *et al.*, 2002). Os estudiosos da abordagem do *Sistema de Inovação* (por exemplo, Asheim & Coenen, 2005; Bergek *et al.*, 2008; Lee *et al.*, 2020) usaram a teoria do capital social para explicar as diferenças entre os sistemas nacionais e regionais, pois esses recursos são menos reproduzíveis e intangíveis (Lundvall, 2007). Eles também se concentram na extensão em que os *clusters* industriais, as regiões e os setores podem evoluir em termos de “ativação” do capital social por meio de intervenções políticas (Cooke *et al.*, 1997). De fato, as atividades inovadoras das empresas são moldadas pela estrutura institucional que afeta, por exemplo, os “sistemas nacionais de educação, mercados de trabalho, mercados financeiros, direitos de propriedade intelectual, concorrência nos mercados de produtos e regimes de bem-estar” (Lundvall, 2007, p. 102). O capital social é, portanto, conceituado como um recurso adicional que explica o desempenho em vários níveis de análise.

No campo do empreendedorismo, a interação social é amplamente reconhecida como um dos fatores mais importantes que afetam a capacidade dos empreendedores de reconhecer e buscar oportunidades empresariais, bem como de adquirir os recursos de que precisam (Davidsson & Honig, 2003). Shepherd *et al.* (2020) sugerem que as características individuais do empreendedor mediam a utilidade das redes sociais para a aquisição de recursos. Também se descobriu que as redes sociais facilitam a aquisição de recursos pelos empreendedores (Lee *et al.*, 2019) e afetam o desempenho da empresa (Hernández-Carrión *et al.*, 2017). Em seu estudo, Ibáñez *et al.* (2022) exploraram a conexão entre o estímulo de eventos exógenos, como a pandemia de Covid-19, e o surgimento do empreendedorismo social digital a partir de colaborações de vários agentes, argumentando que o empreendedorismo digital, o empreendedorismo social e as colaborações n-Helix apoiavam as necessidades econômicas e sociais, integrando a

dimensão social tanto na estrutura teórica quanto em suas contribuições. Autores como Dabbous e Tarhini (2019) analisam como os fatores sociais influenciam o consumo sustentável e qual é o papel da confiança e da intenção de se envolver no consumo sustentável nessa relação. Este trabalho não se envolve em uma crítica teórica, mas usa a economia compartilhada para expandir as relações conceituais existentes e incluir uma dimensão social. Em vez disso, De Silva e Wright (2019) usam o termo "social" como uma categoria ampla que inclui uma grande variedade de impactos empresariais, abrangendo o desenvolvimento tecnológico, o alcance das partes interessadas, a criação de valor e assim por diante. A integração da preocupação social permite que as teorias empresariais existentes sejam expandidas para um conjunto mais amplo de elementos fenomenológicos. Como exemplo final, em seu estudo empírico, Stirzaker *et al.* (2021) investigam os motivadores do empreendedorismo social e exploram se há evidências de oportunismo comercial versus altruísmo pessoalmente informado no empreendedorismo social. Com base em sua investigação de empreendedores sociais na Escócia, eles estendem a versão refinada da *Teoria do Evento Empreendedor* (EET) adaptada ao empreendedorismo social, acrescentando dois elementos: missão pessoalmente informada e preferência ideológica pelo modelo de negócios do empreendedorismo social. Essa integração de conceitualizações e fatores sociais de forma adicional às teorias existentes caracteriza a abordagem integracionista por excelência.

2.3. A abordagem *separatista*

A terceira categoria é a abordagem *separatista*, que visa a definir e analisar um subconjunto especificamente social dos principais fenômenos em estudo e resulta, por exemplo, na criação de conceitos como *inovação social* (Avelino *et al.*, 2019; van der Have & Rubalcaba, 2016), *empreendedorismo social* (Hoogendoorn, 2016) e *pesquisa e inovação responsáveis* (Paredes-Frigolett, 2016; Stilgoe *et al.*, 2013; Wiarda *et al.*, 2021) que se opõem, em vez de integrar, suas contrapartes "não sociais". Subjacente à maior parte dessa literatura está uma crítica à suposição de interesse próprio, sob o pretexto de busca de lucro ou renda, e ao uso instrumental ou complementar de práticas altruístas, de estilo de vida, democráticas e inclusivas em relação à dimensão transacional (De Silva *et al.*, 2021). Esses conceitos são comumente associados a padrões de comportamento voltados para a melhoria do bem-estar social e/ou comunitário, para a consecução de metas altruístas e/ou para a busca de objetivos não monetários (Gallouj *et al.*, 2018; Verleye *et al.*, 2019).

Como exemplo, o conceito de *inovação social* surgiu gradualmente nos últimos anos (Avelino *et al.*, 2019). Embora ainda seja ambíguo (Linton, 2009; van der Have & Rubalcaba, 2016), os acadêmicos têm procurado desenvolver ainda mais esse conceito até o status de uma teoria de médio alcance (Pel *et al.*, 2020), definindo-o tanto como um processo de mudança nas relações sociais quanto como uma propriedade qualitativa de ideias, objetos, atividades ou pessoas. Kohler e Chesbrough (2019) ilustram o uso

da inovação social como uma categoria separada de prática inovadora em seu estudo sobre como as plataformas de crowdsourcing podem apoiar essas atividades na prática. Os autores concluem que o crowdsourcing facilita os processos de baixo para cima e descentralizados que caracterizam a inovação social, apoiando o envolvimento de muitos atores com diferentes capacidades e interesses e a difusão de novas soluções para problemas sociais. Crupi *et al.* (2022) fornecem um ponto de comparação adequado. Ao distinguir entre inovação social e outros tipos de práticas de inovação, e entre empreendedorismo social e outras atividades empresariais, os autores investigam como a inovação social e o empreendedorismo são efetivamente realizados por organizações com fins lucrativos mais tradicionais. A bricolagem social e a agilidade organizacional se revelaram estratégias eficazes. A primeira depende da alavancagem de recursos, tanto internos quanto acessíveis por meio do envolvimento das partes interessadas; a segunda, por outro lado, baseia-se na inovação interna e na fluidez de recursos.

Outra ilustração de estudos que pode ser encontrada nessa categoria é a do *empreendedorismo social*. Estabelecido como um subcampo desde o início dos anos 2000, ele foi definido como o "processo que envolve o uso inovador e a combinação de recursos para buscar oportunidades de catalisar mudanças sociais e/ou atender às necessidades sociais" (Mair & Marti, 2006, p. 37). Ao atender às necessidades e aos problemas sociais, a missão comum das empresas sociais é a criação de *valor social* (Chell, 2007), com um grau variável de ambição em relação à criação de *valor econômico* (Stevens *et al.*, 2015). Alguns acadêmicos também argumentaram recentemente sobre a necessidade de reconceituar as empresas sociais. Bull (2018) examinou como as empresas sociais são conceituadas no Reino Unido e descobriu que as conceituações atuais desconsideram a propriedade, as identidades jurídicas e os tipos de governança. Além disso, o artigo recomenda que as estruturas teóricas considerem fatores como histórias regionais, culturais, políticas e econômicas na conceituação de empresas sociais, pois isso ajudará a ampliar o escopo da conceituação.

Embora não haja consenso na literatura sobre o que é *valor social* (Stevens *et al.*, 2015), os estudos na categoria de abordagem separatista sugerem que as atividades que constituem o empreendedorismo social são afetadas exclusivamente pelo contexto em que operam. Por exemplo, os empreendedores talvez precisem pressionar por mudanças nas condições institucionais locais (por exemplo, políticas, regras, práticas) se quiserem que suas inovações sociais sejam bem-sucedidas, e isso deve ser feito em conjunto com as comunidades locais (Venugopal & Viswanathan, 2019). A forma como os empreendedores percebem e interpretam o desafio social também pode definir suas ações e, por sua vez, os beneficiários de seu projeto (Kimmitt & Muñoz, 2018). Para mobilizar seu capital social e ganhar legitimidade de diferentes partes interessadas (Verleye *et al.*, 2019), esses empreendedores frequentemente usam uma estratégia retórica, especialmente contra antagonistas, ou seja, aqueles que não apoiam a

"mudança social" que pretendem alcançar (Ruebottom, 2013). Entretanto, conforme observado por Desmarchelier *et al.* (2020), seria errado presumir que a economia social – da qual emergem os processos de inovação social – é simplesmente caracterizada por um regime empreendedor à la Schumpeter (ou seja, indivíduos heroicos, mudança radical). Pelo contrário, ela apresenta características rotinizadas, às vezes facilitadas por organizações que se apresentam como facilitadoras da inovação/empreendedorismo social e promovem a replicação e o aumento de escala. Em suma, o "social" é conceituado como um tipo específico de oportunidade empresarial que os empreendedores identificam e buscam, bem como o tipo de valor que procuram criar como parte de um processo empresarial cujo conteúdo permanece altamente dependente do contexto.

Um acréscimo recente aos estudos de I&E vem da política de ciência, tecnologia e inovação e dos discursos acadêmicos em relação ao conceito de *responsabilidade* (Flink & Kaldewey, 2018; Stilgoe *et al.*, 2013). Embora essa linha de pesquisa reconheça abertamente a inovação e o empreendedorismo como processos inherentemente sociais e, portanto, próximos de nossa quarta categorização (veja abaixo), ela também identifica uma subcategoria específica de atividades de pesquisa e inovação alinhadas com valores e expectativas sociais, embora ambas sejam baseadas no contexto e dependentes do projeto. Os acadêmicos de Pesquisa e Inovação Responsável (RRI) estudam casos e refinam práticas para "consertar" os processos de inovação e empreendedorismo existentes ou projetar novos e melhores processos de acordo com os princípios de inclusão, reflexividade, antecipação e transparéncia (Stilgoe *et al.*, 2013). Embora a literatura de RRI reconheça a relevância da dimensão social para as atividades de pesquisa e inovação, ela continua a traçar uma linha entre práticas socialmente "responsáveis" e menos desejáveis, identificando diferenças qualitativas importantes entre as duas – o elemento-chave que identifica a abordagem separatista.

2.4. A abordagem essencialista

A quarta categoria, a abordagem *essencialista*, argumenta que a natureza social da inovação e do empreendedorismo deve ser integrada aos principais conceitos e mecanismos causais dos campos. Muitos estudiosos essencialistas (por exemplo, construtivistas sociais como Bijker *et al.*, 1987) argumentam, implícita ou explicitamente, que os estudos convencionais de I&E obscureceram a natureza social do objeto de estudo e a relevância de mecanismos especificamente sociais – como poder e identidade – para a análise. Isso resultou em um debate acadêmico estéril, limitado e, pior ainda, distorcido, que ignora ou oculta completamente as principais dinâmicas do mundo real.

A análise de Geels (2010) das influentes escolas de pensamento nos estudos de inovação destaca as suposições e as consequências analíticas do essencialismo. As inovações são vistas aqui como processos socialmente construídos que emergem dos quadros de circunstâncias inter-relacionadas. Ao inovar, empresários, designers e engenheiros combinam recursos heterogêneos e tentam convencer outras pessoas a

participar de seus projetos, mesmo que esses atores tenham ideias diferentes sobre o que é a inovação e quais problemas devem ser resolvidos por meio dela. Esse processo contencioso introduz uma fonte especificamente social de incerteza ao longo de toda a jornada da inovação, do projeto ao desenvolvimento, à adoção e, finalmente, à descontinuação. Carayannis e Forbes (2001), por exemplo, criticam a descrição usual de grandes projetos de engenharia de sistemas como atividades lineares e "racionais" externas aos processos sociais. Essa definição normativa *de fato* não leva em conta a natureza desses projetos como "atividades interpretativas incorporadas em processos sociais contínuos" e as dificuldades que os participantes do projeto enfrentam para suportar as complexidades e incertezas inerentes que encontram. Outro exemplo vem de Soraa *et al.* (2021), que empregam a *teoria da domesticação* (Lie & Sørensen, 1996) para analisar a domesticação social das tecnologias por meio de seu uso. Para compreender as tecnologias – argumentam eles – devemos analisar não apenas os padrões de interação social, mas também o ecossistema mais amplo no qual elas são usadas, inclusive como uma tecnologia afeta as conexões existentes e transforma os comportamentos humanos. Em geral, o que uma tecnologia é – ou seja, o que ela se torna no espaço, no tempo e por meio de interações sociotécnicas – é influenciado pelos diferentes poderes exercidos pelos indivíduos, organizações e grupos envolvidos. Em uma linha de pensamento semelhante, os teóricos da transição (Geels, 2010; Geels & Schot, 2007) combinaram uma compreensão da inovação como socialmente construída com a economia evolucionária e a teoria institucional para entender a dinâmica e a governança das transições do sistema. Os processos de transição são empreendimento intrinsecamente sociais e incertos, e supõe-se que os agentes estejam imbuidos de agência e, ao mesmo tempo, sejam limitados por um sistema de regras semi-coerente e socialmente construído. Portanto, em vez de propor mecanismos causais como resultados de seus estudos, esses estudiosos trabalham com padrões de interação (Geels & Schot, 2007; Markard & Truffer, 2008).

Com relação aos estudos sobre *empreendedorismo*, a pesquisa crítica destacou a orientação da pesquisa convencional para a aprovação econômica como foco principal e o indivíduo como ponto de partida analítico (Minniti & Lévesque, 2008), sugerindo assim a necessidade de desenvolver uma ontologia social do empreendedorismo. Embora a teoria econômica ortodoxa postule que a principal motivação dos empreendedores é o lucro, Zafirovski (1999) sugere que o empreendedorismo tem, na verdade, um caráter eminentemente social e que as motivações empreendedoras são específicas da cultura e limitadas por incentivos institucionais. Um pressuposto fundamental aqui é que "o empreendedorismo, o desenvolvimento e as atividades econômicas relacionadas são principalmente processos sociais complexos e apenas secundariamente físicos, tecnológicos ou psicológicos" (p. 354). Ignorar essas condições e processos sociais só pode levar a uma explicação parcial do fenômeno, e é necessário ajustar a lente para

focar em outros mecanismos. A esse respeito, Tatli *et al.* (2014) argumentam que a perspectiva relacional de Bourdieu poderia fornecer um conjunto apropriado de lentes conceituais e um plano metodológico para apoiar a análise do empreendedorismo. Seu argumento é que a perspectiva relacional contraria as tendências reducionistas da pesquisa social convencional ao oferecer uma compreensão mais profunda e em camadas dos empreendedores e do empreendedorismo como algo essencialmente social. Por sua vez, Korsgaard e Anderson (2011) estendem o argumento a favor do caráter social do empreendedorismo, argumentando que o "social" não é apenas o contexto no qual o processo empreendedor ocorre ou a arena para mecanismos facilitadores: o resultado do processo empreendedor é, em si, social. Portanto, "o exame dos processos empresariais deve incluir um enfoque no 'social' como facilitador, como contexto e como resultado" (p. 136). Os motivos e as preferências dos empreendedores como tomadores de decisão devem ser considerados endógenos à cultura, às instituições e ao contexto social em que o fenômeno está ocorrendo, em vez de um fator exógeno e homogêneo (Zafirovski, 1999).

Uma menção final vai para os estudos essencialistas que abordam a dimensão social nos estudos de I&E como um todo, geralmente caracterizados por uma posição crítica. Um exemplo é dado por Fougère e Meriläinen (2021), que criticam a representação hegemônica da inovação social como inherentemente "boa", argumentando que a inovação social pode ter consequências negativas, inclusive a de (re)produzir desigualdades, especialmente quando os objetivos de tal processo são definidos pelas elites e de forma descendente. Em termos gerais, as contribuições essencialistas enfatizam como os estudos de I&E devem levantar questões críticas sobre poder e política.

3. O ESPAÇO ENTRE: REFLETINDO SOBRE A CATEGORIZAÇÃO PROPOSTA

Acreditamos que o continuum identificado por essas categorias fornece uma descrição abrangente do papel desempenhado pela esfera social nos estudos de inovação e empreendedorismo encontrados nas principais revistas. Essa taxonomia esconde um grau significativo de heterogeneidade, com cada categoria contendo conceitualizações e teorizações significativamente diferentes da dimensão social. Essa diversidade não pode ser reduzida, pois decorre de diferenças fundamentais nas tradições analíticas empregadas, e deve ser entendida como uma consequência inevitável da natureza pluralista das abordagens fenomenológicas das ciências sociais. Além disso, essas categorias não devem ser entendidas como claramente definidas, mas como tendo fronteiras porosas: vários autores, escolas de pensamento e contribuições individuais as abrangem. Para fins de completude, analisamos aqui algumas contribuições interessantes que podem se enquadrar entre as categorias.

Integracionista-essencialista. Os artigos de Fu *et al.* (2022), Ford *et al.* (2017) e Yan e Sorenson (2006) podem ser classificados como integracionistas em termos de sua contribuição, embora de certa forma enraizados em perspectivas teóricas essencialistas. O primeiro artigo descreve como o governo chinês importou, adotou e contextualizou o discurso dos criadores ocidentais. A abordagem chinesa da cultura dos criadores é imposta pelo governo de cima para baixo, diminuindo seu potencial de inovação e reduzindo a cultura dos criadores a um mero chavão vazio, com o único objetivo de seguir a agenda de desenvolvimento econômico do governo. Embora considere claramente as políticas como socialmente construídas e a inovação/empreendedorismo como processos sociais, o estudo aplica estruturas e metodologias existentes a um “novo” caso empírico, levando à integração de um novo processo social às teorias estabelecidas, em vez de desafiar seu núcleo. O segundo artigo defende o uso da estrutura das Culturas Energéticas para ampliar a Perspectiva Multinível das transições sociotécnicas. Ao enfatizar a inserção social das mudanças comportamentais, Ford *et al.* (2017) argumentam que é preciso entender como essas mudanças são afetadas pela demanda e pelas considerações de estilo de vida para realizar uma análise adequada da mudança nos sistemas de energia. Assim, é levando em conta a cultura de energia que envolve os adotantes e inovadores que podemos entender melhor as inter-relações entre os diferentes níveis analíticos de regime, cenário e nicho, e oferecer uma visão mais abrangente da mudança. Novamente, embora partindo de uma perspectiva essencialista, os autores se concentram principalmente em um caso empírico específico e seu avanço teórico é incremental em comparação com o núcleo acadêmico. No terceiro artigo, Yan e Sorenson (2006) abordam um dos principais problemas das empresas familiares: a sucessão. Para isso, eles discutem o efeito que a ideologia do confucionismo pode ter sobre a sucessão em empresas familiares chinesas. O confucionismo define como devem ser os relacionamentos na família, enfatizando a importância da lealdade, harmonia, confiança e simpatia. O artigo pode parecer, à primeira vista, essencialista, pois argumenta que as relações comerciais são significativamente afetadas por valores sociais e, portanto, implicitamente incorporam o comportamento empresarial à dimensão social. No entanto, o estudo acaba aplicando a estrutura confucionista ao contexto empírico sem fazer nenhuma contribuição teórica, mas usando o contexto da tomada de decisões de sucessão de empresas familiares para validar a estrutura confucionista. Esses casos revelam uma limitação importante de nossa classificação proposta, ou seja, que, para atingir um grau de consistência, é preciso levar em conta a contribuição analítica específica em vez das implicações gerais do estudo como um todo.

Disciplinar-integracionista. Neumeyer *et al.* (2019) ampliam a teoria do ecossistema empreendedor estudando como os ecossistemas empreendedores diferem em relação aos tipos de empreendimento, encontrando diferenças em relação à conectividade, densidade e força das redes sociais associadas a empreendedores sustentáveis e convencionais, respectivamente. Embora a principal distinção conceitual operada pelos

autores seja entre modelos de negócios sustentáveis e convencionais, com as conceitualizações sociais não sendo invocadas no início, uma dimensão "social" é introduzida posteriormente – juntamente com "tecnológica" e "organizacional" – para formar uma categorização abrangente de modelos de negócios sustentáveis. Portanto, embora o elemento social esteja em uma posição auxiliar, ele está integrado à estrutura teórica da contribuição, em vez de desempenhar um papel puramente empírico. Consequentemente, o artigo pode ser considerado integracionista, em vez de disciplinar.

Separacionista-essencialista. A contribuição de Acs *et al.* (2013) para o debate desafia, mas, em última análise, confirma a validade da taxonomia que propomos. Inicialmente, os autores identificam e contrastam valores sociais e econômicos, aparentemente aderindo ao lado separatista do debate. Entretanto, seu principal argumento é que essa separação não é clara, pois na maioria dos casos a geração de valor econômico implica, independentemente das intenções empresariais, a criação concomitante de valor social. Contra essa distinção, eles apoiam a classificação almolina de empreendedorismo produtivo, improdutivo e destrutivo. Em última análise, seu argumento é essencialista: o valor econômico é inherentemente social. Excluindo as formas improdutivas e destrutivas de empreendedorismo, todos os empreendedores bem-sucedidos são empreendedores sociais, independentemente de sua intenção, que, embora subjetivamente relevante, não é objetivamente influente.

CONCLUSÃO

A classificação proposta gera a seguinte avaliação de como a dimensão social está sendo integrada atualmente nos estudos de I&E. A abordagem disciplinar ilustra como a dimensão social pode ser integrada de forma inofensiva nas estruturas dominantes existentes, em um processo paralelo ao que ocorre na disciplina econômica em geral. A abordagem integracionista, embora igualmente inofensiva para a continuação do discurso dominante, pelo menos oferece um caminho pelo qual os fenômenos e mecanismos sociais podem receber alguma atenção analítica. A abordagem separatista, embora sujeita a uma tendência à criação de subcategorias analíticas separadas, distingue-se por sua capacidade de conjugar quadros críticos dentro da teorização predominante. Nesse sentido, ela pode ser considerada a abordagem mais promissora em termos de comunicação entre paradigmas. Por fim, a abordagem essencialista utiliza o domínio social para promover teorias críticas mais completas e abrangentes contra as narrativas tradicionais, cujos pontos fracos são expostos. Por um lado, é mais provável que os artigos pertencentes a essa abordagem forneçam contribuições originais para a análise da dimensão social dentro dos estudos de I&E, enquanto, por outro lado, o objetivo principal de provocar mudanças dentro do discurso convencional não parece ter sido alcançado, pois não encontramos evidências de acadêmicos de outras abordagens

envolvidos com o discurso crítico. Essa classificação destaca como, embora a inovação social, assim como outras formas de X-inovativo (Gaglio *et al.*, 2019), possa ser usada em oposição ao discurso da inovação convencional, ela também pode ser implantada para ampliar e apoiar as estruturas ideológicas dominantes.

No entanto, embora seja verdade que a inovação social tenha se tornado um "quase-conceito (...) que se beneficia da aura legitimadora do método científico" (Comissão Europeia, 2013), também é verdade que essa tendência teórica e política que enfatiza os aspectos sociais do empreendedorismo e da inovação impôs, *de fato*, uma separação conceitual entre os processos de inovação e empreendedorismo com propósitos sociais e aqueles movidos principalmente pelo lucro econômico.

A partir da discussão acima, as seguintes conclusões podem ser tiradas com relação ao papel da dimensão social no contexto dos estudos de I&E. Primeiro, os estudos de I&E, como campos fenomenológicos e não como disciplinas, são necessariamente caracterizados pela pluralidade de interpretações analíticas da dimensão social. Essa diversidade não deve ser considerada um sinal de imaturidade desses campos ou uma fase preliminar e exploratória a ser reconciliada por meio de desenvolvimento analítico posterior. Pelo contrário, é uma característica permanente. Na verdade, o sucesso desses campos levará a uma expansão empírica e teórica dos fenômenos analisados, resultando em uma diversidade ainda maior no futuro próximo. Em segundo lugar, a compreensão das raízes epistemológicas dessas variedades de pontos de vista, encontradas no conflito entre a complexidade da esfera social e as exigências da análise científica, permite a reconciliação dessas diferenças: não em uma única perspectiva, mas em um campo pluralista capaz de admitir e promover a interação construtiva entre diferentes campos, em contraste com a rigidez e os conflitos que caracterizam as abordagens disciplinares. Nesse sentido, argumentaríamos que isso só pode acontecer se o próprio campo reconhecer sua pluralidade intrínseca, ou seja, se for reflexivo sobre si mesmo. Em terceiro lugar, as conceitualizações essencialistas do "social" (nossa quarta categoria) servem a uma função crítica sistêmica de verificar o crescimento de suposições transacionais e individualistas aninhadas nas abordagens principais dos estudos de I&E e de oferecer espaços para o crescimento de perspectivas analíticas alternativas e críticas. Infelizmente, há uma escassez de pesquisas críticas nas principais revistas de I&E, o que parece apoiar a hipótese de que as perspectivas críticas não estão conseguindo afetar o discurso convencional.

Por outro lado, a falta de um núcleo teórico claramente definido e geralmente aceito e de uma demarcação clara entre o objeto de estudo e a dimensão social nos estudos de I&E certamente continuará sendo uma fonte potencial de debate e divisão acadêmica. Quando a questão é enquadradada como uma consequência necessária da natureza fenomenológica desses campos, a heterogeneidade de posições com relação ao papel analítico desempenhado pelos elementos sociais pode receber uma interpretação

pluralista como uma riqueza em evolução, em vez de uma confusão precoce. O reconhecimento, no entanto, não implica em consenso. Uma integração mais substancial da dimensão social envolve uma tensão crítica que não pode ser conciliada com um desenvolvimento linear dos campos ao longo das linhas existentes. O "social" oferece um ponto de entrada para as perspectivas críticas dentro do desenvolvimento principal dos estudos de I&E. Mas, até agora, seu papel tem se limitado a fornecer um contraponto muito necessário às simplificações analíticas adotadas pela análise convencional. A dimensão social não proporcionou um caminho para reivindicar o discurso convencional de I&E a partir de uma perspectiva crítica, embora tenha proporcionado um espaço para a comunicação entre paradigmas. Também ilustrou como o discurso dominante é capaz de adotar conceitos e mecanismos que antes caracterizavam perspectivas mais críticas, desarmando-os efetivamente no processo. A expansão do discurso social dentro dos estudos de I&E, portanto, não parece ser o prelúdio do abandono das estruturas teóricas dominantes. O mais provável é que o "social" continue sendo uma arena de avanços contínuos e desafios incessantes, onde defensores e oponentes explícitos e implícitos do atual sistema do capital se encontram, respondendo às desculpas com críticas e vice-versa.

REFERÊNCIAS

- Acs, Z. J., Boardman, M. C., & McNeely, C. L. (2013). The social value of productive entrepreneurship. *Small Business Economics*, 40(3), 785-796.
- Alvesson, M., & Deetz, S. (2000). *Doing Critical Management Research*. Sage Publications, London
- Anderson, A. R. (2015). The economic reification of entrepreneurship: re-engaging with the social. In A. Fayolle, & P. Riot (Eds.), *Rethinking entrepreneurship: debating research orientations* (p. 44-56). Abingdon: Routledge.
- Abingdon: Routledge. Asheim, B. T., & Coenen, L. (2005). Knowledge bases and regional innovation systems: Comparing Nordic clusters. *Research Policy*, 34(8), 1173-1190.
- Avelino, F., Wittmayer, J. M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., Kemp, R., Jørgensen, M. S., Bauler, T., Ruijsink, S., & O'Riordan, T. (2019). Transformative social innovation and (dis)empowerment. *Technological Forecasting and Social Change*, 145, 195-206.
- Baba, Y., & Walsh, J. P. (2010). Embeddedness, social epistemology and breakthrough innovation: The case of the development of statins. *Research Policy*, 39(4), 511-522.
- Bartoloni, S., Calò, E., Marinelli, L., Pascucci, F., Dezi, L., Carayannis, E., Revel, G. M., & Gregori, G. L. (2021). Towards designing society 5.0 solutions: The new Quintuple Helix-Design Thinking approach to technology. *Technovation*, 102413. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2021.102413>
- Becker, G. S. (1960). An economic analysis of fertility. In G. S. Becker (Ed.), *Demographic and economic change in developed countries* (p. 209-240). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bergek, A., Jacobsson, S., Carlsson, B., Lindmark, S., & Rickne, A. (2008). Analyzing the functional dynamics of technological innovation systems: A scheme of analysis. *Research Policy*, 37(3), 407-429.

- Bijker, W. E., Hughes, T. S., & Pinch, T. J. (Eds.) (1987). *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Brazeal, D. V., & Herbert, T. T. (1999). The genesis of entrepreneurship. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 23(3), 29-46.
- Brieger, S. A., & De Clercq, D. (2018). Entrepreneurs' individual-level resources and social value creation goals: The moderating role of cultural context. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 25(2), 193-216.
- Bull, M. (2018). Reconceptualising social enterprise in the UK through an appreciation of legal identities. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(3), 587-605.
- Callegari, B., Misganaw, B. A., & Sardo, S. (2022). Introduction to Rethinking the Social in Innovation and Entrepreneurship Studies. In *Rethinking the Social in Innovation and Entrepreneurship* (p. 1-24). Cheltanham, UK: Edward Elgar.
- Carayannis, E., & Forbes, J. (2001). A pragmatic representation of systems engineering based on technological learning. *Technovation*, 21(4), 197-207.
- Carayannis, E. G., Goletsis, Y., & Grigoroudis, E. (2018a). Composite innovation metrics: MCDA and the Quadruple Innovation Helix framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 131, 4-17.
- Carayannis, E. G., Grigoroudis, E., Campbell, D. F., Meissner, D., & Stamati, D. (2018b). The ecosystem as helix: an exploratory theory-building study of regional co-opetitive entrepreneurial ecosystems as quadruple/quintuple helix innovation models. *R&D Management*, 48(1), 148-162.
- Chell, E. (2007). Social enterprise and entrepreneurship: Towards a convergent theory of the entrepreneurial process. *International Small Business Journal*, 25(1), 5-26.
- Cooke, P., Uranga, M. G., & Etxebarria, G. (1997). Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. *Research Policy*, 26(4-5), 475-491.
- Crupi, A., Liu, S., & Liu, W. (2022). The top-down pattern of social innovation and social entrepreneurship. Bricolage and agility in response to COVID-19: cases from China. *R&D Management*, 52(2), 313-330.
- Curtis, T. (2008). Finding that grit makes a pearl: a critical re-reading of research into social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 276-290.
- Dabbous, A., & Tarhini, A. (2019). Assessing the impact of knowledge and perceived economic benefits on sustainable consumption through the sharing economy: A sociotechnical approach. *Technological Forecasting and Social Change*, 149, 119775. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2019.119775>
- Dakhli, M., & De Clercq, D. (2004). Human capital, social capital, and innovation: A multi-country study. *Entrepreneurship & Regional Development*, 16(2), 107-128.
- Davidsson, P., & Honig, B. (2003). The role of social and human capital among nascent entrepreneurs. *Journal of Business Venturing*, 18(3), 301-31.
- De Silva, M., & Wright, M. (2019). Entrepreneurial Co-creation: societal impact through open innovation. *R&D Management*, 49(3), 318-342.
- De Silva, M., Gokhberg, L., Meissner, D., & Russo, M. (2021). Addressing societal challenges through the simultaneous generation of social and business values: a conceptual framework for science-based co-creation. *Technovation*, 104, 102268. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2021.102268>
- Dequech, D. (2012). Post Keynesianism, heterodoxy and mainstream economics. *Review of Political Economy*, 24(2), 353-368.

- Desmarchelier, B., Djellal, F., & Gallouj, F. (2020). Mapping social innovation networks: Knowledge intensive social services as systems builders. *Technological Forecasting and Social Change*, 157, 120068. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162519315288>
- Dosi, G. (1982). Technological paradigms and technological trajectories: A suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, 11(3), 147-162.
- Dosi, G., & Roventini, A. (2016). The irresistible fetish of utility theory: from "pleasure and pain" to rationalising torture. *Intereconomics*, 51(5), 286-287.
- Edlund, L., & Korn, E. (2002). A Theory of Prostitution. *Journal of Political Economy*, 110(1), 181-214.
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, 29(2), 109-123
- European Commission (2010). *Europe 2020: flagship initiative innovation union*. Brussels: European Commission.
- European Commission (2013). *Social innovation research in Europe: Approaches, trends and future directions*. Brussels: Directorate-General for Research.
- Flink, T., & Kaldewey, D. (2018). The new production of legitimacy: STI policy discourses beyond the contract metaphor. *Research Policy*, 47(1), 14-22.
- Ford, R., Walton, S., Stephenson, J., Rees, D., Scott, M., King, G., Williams, J., & Wooliscroft, B. (2017). Emerging energy transitions: PV uptake beyond subsidies. *Technological Forecasting and Social Change*, 117, 138-150.
- Fougère, M., & Meriläinen, E. (2021) Exposing three dark sides of social innovation through critical perspectives on resilience, *Industry and Innovation*, 28(1), 1-18.
- Fu, P., Sarpong, D., & Meissner, D. (2022). Recalibrating, reconfiguring, and appropriating innovation: a semantic network analysis of China's mass innovation and mass entrepreneurship (MIME) initiatives. *The Journal of Technology Transfer*, 47, 1506-1523. <https://doi.org/10.1007/s10961-021-09878-x>.
- Gaglio, G., Godin, B., & Pfotenhauer, S. (2019). X-Innovation. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 17-17.
- Gallouj, F., Rubalcaba L., Toivonen M., & Windrum P. (2018). Understanding social innovation in services industries. *Industry and Innovation*, 25(6), 551-569.
- Gedajlovic, E., Honig, B., Moore, C. B., Payne, G. T., & Wright, M. (2013). Social capital and entrepreneurship: A schema and research agenda. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 37(3), 455-478.
- Geels, F. W. (2010). Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. *Research Policy*, 39(4), 495-510.
- Geels, F. W., & Schot, J. (2007). Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, 36(3), 399-417.
- Godin, B. (2015). Social innovation: From scheme to utopia. In B. Godin (Ed.), *Innovation contested: The idea of innovation over the centuries* (p. 122-133). London: Routledge.
- Goss, D. (2005). Entrepreneurship and 'the social': Towards a deference-emotion theory. *Human Relations*, 58(5), 617-636.
- Havránek, T., Stanley, T. D., Doucouliagos, H., Bom, P., Geyer-Klingenberg, J., Iwasaki, I., Reed, W. R., Rost, K., & Van Aert, R. C. M. (2020). Reporting guidelines for meta-analysis in economics. *Journal of Economic Surveys*, 34(3), 469-475.
- Hechavarria, D. M., & Briege, S. A. (2020). Practice rather than preach: cultural practices and female social entrepreneurship. *Small Business Economics*, 58, 1131-1151.

- Hernández-Carrión, C., Camarero-Izquierdo, C., & Gutiérrez-Cillán, J. (2017). Entrepreneurs' social capital and the economic performance of small businesses: The moderating role of competitive intensity and entrepreneurs' experience. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 11(1), 61-89.
- Hoogendoorn, B. (2016). The prevalence and determinants of social entrepreneurship at the macro level. *Journal of Small Business Management*, 54, 278-296.
- Huybrechts, B., & Nicholls, A. (2012). Social entrepreneurship: Definitions, drivers and challenges. In C. K. Volkmann, K. O. Tokarski & K. Ernst (Eds.), *Social entrepreneurship and social business* (p. 31-48). Gabler Verlag.
- Ibáñez, M. J., Guerrero, M., Yáñez-Valdés, C., & Barros-Celume, S. (2022). Digital social entrepreneurship: the N-Helix response to stakeholders' COVID-19 needs. *The Journal of Technology Transfer*, 47(2), 556-579.
- Kimmitt, J., & Muñoz, P. (2018). Sensemaking the 'social' in social entrepreneurship. *International Small Business Journal*, 36(8), 859-886.
- Kleinhempel, J., Beugelsdijk, S., & Klasing, M. J. (2022). The changing role of social capital during the venture creation process: A multilevel study. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 46(2), 297-330.
- Kohler, T., & Chesbrough, H. (2019). From collaborative community to competitive market: The quest to build a crowdsourcing platform for social innovation. *R&D Management*, 49(3), 356-368.
- Korsgaard, S., & Anderson, A. R. (2011). Enacting entrepreneurship as social value creation. *International Small Business Journal*, 29(2), 135-151.
- Kuhlmann, S., & Rip, A. (2018). Next-generation innovation policy and grand challenges. *Science and Public Policy*, 45(4), 448-454.
- Kupferberg, F. (1998). Humanistic entrepreneurship and entrepreneurial career commitment. *Entrepreneurship & Regional Development*, 10(3), 171-188.
- Kwon, S. W., & Arenius, P. (2010). Nations of entrepreneurs: A social capital perspective. *Journal of Business Venturing*, 25(3), 315-330.
- Landry, R., Amara, N., & Lamari, M. (2002). Does social capital determine innovation? To what extent? *Technological Forecasting and Social Change*, 69(7), 681-701.
- Lazear, E. P. (2000). Economic Imperialism. *The Quarterly Journal of Economics*, 115(1), 99-146.
- Lee, R., Tuselmann, H., Jayawarna, D., & Rouse, J. (2019). Effects of structural, relational and cognitive social capital on resource acquisition: A study of entrepreneurs residing in multiply deprived areas. *Entrepreneurship & Regional Development*, 31(5-6), 534-554.
- Lee, S., Lee, H., & Lee, C. (2020). Open innovation at the national level: Towards a global innovation system. *Technological Forecasting and Social Change*, 151, 119842. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2019.119842>
- Lehner, O. M., & Kansikas, J. (2012). Opportunity recognition in social entrepreneurship: A thematic meta analysis. *Journal of Entrepreneurship*, 21, 25-58.
- Leydesdorff, L. (2000). The triple helix: an evolutionary model of innovations. *Research Policy*, 29(2), 243-255.
- Leydesdorff, L., & Meyer, M. (2006). Triple Helix indicators of knowledge-based innovation systems: Introduction to the special issue. *Research Policy*, 35(10), 1441-1449.
- Lie, M., & Sørensen, K.H. (1996). Making technologies our own? Domesticating technology into everyday life. In R. Ling, R. & P. E. Pedersen (Eds.), *Mobile Communications: Renegotiation of the Social Sphere* (p. 1-30). Springer.
- Linton, J. D. (2009). De-babelizing the language of innovation. *Technovation*, 29(11), 729-737.

- Lundvall, B.-Å. (2007). National innovation systems – analytical concept and development tool. *Industry and innovation*, 14(1), 95-119.
- Lundvall, B.-Å. (2013). Innovation studies: A personal interpretation of "the state of the art". In J. Fagerberg, B. R. Martin & E. S. Andersen (Eds.), *The future of innovation studies: Evolution and future challenges* (p. 21-70). Oxford: Oxford University Press.
- Mair, J., & Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, 41(1), 36-44.
- Malerba, F., & Brusoni, S. (Eds.). (2007). *Perspectives on Innovation*. Cambridge University Press.
- Markard, J., & Truffer, B. (2008). Technological innovation systems and the multi-level perspective: Towards an integrated framework. *Research Policy*, 37(4), 596-615.
- Mazzucato, M. (2018). *Mission-oriented research & innovation in the European Union*. Brussels: European Commission, Directorate-General for Research and Innovation. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5b2811d1-16be-11e8-9253-01aa75ed71a1/language-en>.
- Minniti, M., & Lévesque, M. (2008). Recent developments in the economics of entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, 23(6), 603-612.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & PRISMA Group* (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Annals of Internal Medicine*, 151(4), 264-269.
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). *Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Skoll Centre for Social Entrepreneurship.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. London: Nesta.
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, 23(2), 242-266.
- Nelson, R. R. (2011). The Moon and the Ghetto revisited. *Science and Public Policy*, 38(9), 681-690.
- Nelson, R. R., & Winter, S. G. (1982). *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Neumeyer, X., Santos, S. C., & Morris, M. H. (2019). Who is left out: exploring social boundaries in entrepreneurial ecosystems. *The Journal of Technology Transfer*, 44(2), 462-484.
- Nicholls, A., & Cho, A. H. (2006). Social entrepreneurship: The structuration of a field. In A. Nicholls (Ed.) *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change* (pp.99-118). New York: Oxford University Press.
- Paredes-Frigolett, H. (2016). Modeling the effect of responsible research and innovation in quadruple helix innovation systems. *Technological Forecasting and Social Change*, 110, 126-133.
- Pel, B., Haxeltine, A., Avelino, F., Dumitru, A., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J. M., & Jørgensen, M. S. (2020). Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. *Research Policy*, 49(8), 104080. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>
- Pittz, T. G., Intindola, M. L., Adler, T., Rogers, S., & Gard, C. (2019). Collaborating smartly: the role of open strategy in absorptive capacity. *Journal of Small Business Management*, 57(4), 1595-1615.
- Posner, R. A. (1985). An economic theory of the criminal law. *Columbia Law Review*, 85(6), 1193-1231.
- Rosenberg, N. (1982). *Inside the Black Box: Technology and Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Ruebottom, T. (2013). The microstructures of rhetorical strategy in social entrepreneurship: Building legitimacy through heroes and villains. *Journal of Business Venturing*, 28(1), 98-116.
- Schubert, C. (2019). Social innovations as a repair of social order. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 41-66.
- Schumpeter, J. A. (2010). *The Nature and Essence of Economic Theory*. London: Transaction Publishers.
- Shepherd, D. A., Sattari, R., & Patzelt, H. (2020). A social model of opportunity development: Building and engaging communities of inquiry. *Journal of Business Venturing*, 106033. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2020.106033>
- Stevens, R., Moray, N., & Bruneel, J. (2015). The social and economic mission of social enterprises: Dimensions, measurement, validation, and relation. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 39(5), 1051-1082.
- Stilgoe, J., Owen, R., & Macnaghten, P. (2013). Developing a framework for responsible innovation. *Research Policy*, 42(9), 1568-1580.
- Stirzaker, R., Galloway, L., Muhonen, J., & Christopoulos, D. (2021). The drivers of social entrepreneurship: agency, context, compassion and opportunism. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 27(6), 1381-1402.
- Stornelli, A., Ozcan, S., & Simms, C. (2021). Advanced manufacturing technology adoption and innovation: A systematic literature review on barriers, enablers, and innovation types. *Research Policy*, 50(6), 104229. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2021.104229>
- Søraa, R. A., Nyvoll, P., Tøndel, G., Fosch-Villaronga, E., & Serrano, J. A. (2021). The social dimension of domesticating technology: Interactions between older adults, caregivers, and robots in the home. *Technological Forecasting and Social Change*, 167, 120678. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120678>
- Tatli, A., Vassilopoulou, J., Özbilgin, M., Forson, C., & Slutskaya, N. (2014). A Bourdieuian relational perspective for entrepreneurship research. *Journal of Small Business Management*, 52(4), 615-632.
- Tödtling, F., & Tripli, M. (2005). One size fits all?: Towards a differentiated regional innovation policy approach. *Research policy*, 34(8), 1203-1219.
- Urban, B. (2010). Entrepreneurship as a discipline and field of study. In B. Urban (Ed.), *Frontiers in Entrepreneurship* (p. 33-62). Berlin, Heidelberg: Springer.
- van der Have, R. P., & Rubalcaba, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies? *Research Policy*, 45(9), 1923-1935.
- Venugopal, S., & Viswanathan, M. (2019). Implementation of social innovations in subsistence marketplaces: a facilitated institutional change process model. *Journal of Product Innovation Management*, 36(6), 800-823.
- Verleye, K., Perks, H., Gruber, T., & Voets, J. (2019). The long and winding road: Building legitimacy for complex social innovation in networks. *Journal of Product Innovation Management*, 36(6), 695-720.
- Welter, F. (2011). Contextualizing entrepreneurship – conceptual challenges and ways forward. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 35(1), 165-184.
- Wiarda, M., van de Kaa, G., Yaghmaei, E., & Doorn, N. (2021). A comprehensive appraisal of responsible research and innovation: From roots to leaves. *Technological Forecasting and Social Change*, 172, 121053. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121053>
- Yakovlev, P. (2011). The economics of torture. In C. J. Coyne & R. L. Mathers (Eds.), *The handbook on the political economy of war* (p. 109-25). Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.
- Yan, J., & Sorenson, R. (2006). The effect of Confucian values on succession in family business. *Family Business Review*, 19(3), 235-250.

- Zafirovski, M. (1999). Probing into the social layers of entrepreneurship: Outlines of the sociology of enterprise. *Entrepreneurship & Regional Development*, 11(4), 351-371.
- Zahra, S. A., Gedajlovic, E., Neubaum, D. O., & Shulman, J. M. (2009). A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. *Journal of Business Venturing*, 24, 519-532.
- Zinyemba, T., Pavlova, M., & Groot, W. (2020). Effects of HIV/AIDS on children's educational attainment: A systematic literature review. *Journal of Economic Surveys*, 34(1), 35-84.

Além da bricolagem: inovação social como processos sistemáticos, consistentes e repetíveis

Timothy Curtis*

*Universidade de Northampton 

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa empírica que demonstra que há processos claros, consistentes e repetíveis em jogo na inovação social, questionando o conceito pós-modernista atualmente hegemônico de "bricolagem social" na literatura sobre inovação social. O artigo aplica uma abordagem realista crítica e de análise de sistemas, utilizando a Soft Systems Methodology (SSM) de Checkland (1981/2000). O projeto de pesquisa investigou 8 projetos de policiamento comunitário e de bairro usando um manual chamado Locally identified Solutions & Practices (LISP). O LISP foi implementado em uma série de contextos sociais diferentes para construir cadeias de contexto-mecanismo-resultado (CMO) (segundo Pawson, 2013) em um processo de duas etapas para identificar quais mecanismos de inovação social contribuíram para quais resultados em quais contextos. O artigo relata evidências com base empírica de processos de inovação social que não dependem das características do empreendedor social individual ou da serendipidade do "jogo livre" da bricolagem social (Derrida, 1970). O artigo defende que a inovação social é mais do que "bricolagem" (Derrida, 1970; Di Domenico *et al.*, 2010), não é uma arte misteriosa e eclética de inovação que depende das habilidades e características do empreendedor social, mas sim um processo sistemático, consistente e repetível.

Palavras-chave: Bricolagem; sistemas flexíveis; policiamento comunitário; inovação social.

Proposta Enviada em 24 de janeiro de 2022. Artigo Recebido em 17 de maio de 2022. Revisões Entregues em 18 de outubro de 2022. Revisado em 19 de outubro de 2022. Aceito em 20 de outubro de 2022. Disponível online em 16 de maio de 2023.



INTRODUÇÃO

A estrutura teórica deste artigo e sua consideração da noção de bricolagem na inovação social baseiam-se em evidências empíricas coletadas em um período de dez anos como parte dos estudos de doutorado do autor. O contexto no qual a pesquisa empírica foi realizada foi a segurança pública baseada na vizinhança, ou policiamento orientado para o problema, em comunidades do Reino Unido entre 2010 e 2019. O Manual LISP foi criado para ajudar os inovadores sociais locais. Incluindo policiais e agentes de apoio comunitário e policiais com mandado de prisão, para implementar um conjunto consistente de práticas em oito (no doutorado) e, por fim, em 14 projetos sediados no Reino Unido no momento da redação. O objetivo da pesquisa era entender como as práticas eram implementadas e quais práticas se prestavam ao sucesso (relativo) e ao fracasso. A pesquisa identificou a dinâmica de vinte e sete fatores que contribuíram para o sucesso das intervenções de inovação social, dando origem à questão de saber se a inovação social é realmente uma prática de "bricolagem social", como afirma a literatura contemporânea.

1. REVISÃO DA LITERATURA

Bricolagem

Na pesquisa sobre empreendedorismo, a bricolagem surgiu na última década como um dos conceitos centrais para entender o comportamento e as estratégias complexas de um empreendedor no desenvolvimento e na utilização de recursos (Kickul *et al.*, 2018). Servantie e Rispal (2018) afirmam que a maior parte da literatura sobre empreendedorismo social usa esse conceito; da mesma forma, Mair e Marti (2009) e Desa e Basu (2013) sugerem que a bricolagem é um conceito apropriado no empreendedorismo social. Enquanto isso, Di Domenico *et al.* (2010) reconhecem a "bricolagem social" como um conceito distinto, ampliando os construtos da bricolagem para além de uma metáfora inicial para definir a bricolagem social como um conjunto de seis processos: (a) o fazer, (b) a recusa de ser restrinido por limitações, (c) a improvisação, (d) a criação de valor social, (e) a participação das partes interessadas e (f) a persuasão de atores significativos.

O conceito de bricolagem está relacionado aos processos de tomada de decisão do agente (empreendedor, empreendedor social, inovador ou inovador social) em "fazer" ao associar recursos disponíveis para resolver novos problemas e aproveitar novas oportunidades (Baker e Nelson, 2005). Baker e Nelson observam que o conceito de bricolagem de Levi-Strauss é eminentemente flexível, pois ele não ofereceu nenhuma definição específica do próprio conceito além de "fazer com o que estiver à mão". No entanto, seu trabalho de teoria fundamentada obteve alguns detalhes de que "a bricolagem

geralmente se baseia em recursos degradados, em pouso e, de outra forma, não desenvolvidos" (2005, p. 360). O próprio Levi-Strauss aplicou o termo mais especificamente à "criação do pensamento mítico" (Johnson, 2012) e o conceito exige que tanto o bricoleur (o agente) quanto a bricolagem (a atividade) sejam considerados. Se a crítica de Derrida (1970) também deve ser considerada, então nem o bricoleur nem a bricolagem são totalmente "freeplay".

Isso estabelece o desafio para a inovação social em geral, e para os policiais e agentes de apoio comunitário (PCSOs) e policiais especificamente nesta pesquisa, e seus desafios em lidar com a questão de como realizar o projeto de inovação social em diferentes contextos, em diferentes bairros, com diferentes funcionários, mas de forma consistente e repetível? Esse desafio de bricoleur/bricolage pode ter surgido por causa de uma virada pós-moderna na teorização do empreendedorismo social (Steyaert & Dey 2010; Dey & Steyaert, 2018), onde parece que Hu é o único a publicar nessa modalidade realista crítica específica na pesquisa sobre empreendedorismo (Hu, 2018, Hu *et al.*, 2019). Essa virada pós-moderna pode ser teoricamente libertadora, mas joga o teórico de volta na força da personalidade individual heroica e rebelde, colocando a inovação social além das habilidades e capacidades das pessoas comuns.

O empreendedorismo e a pesquisa em inovação (e, portanto, seus vizinhos da X-innovation) estão intimamente associados a mavericks incontroláveis (Taylor & Labarre, 2006) ou a traços de personalidade desviantes (não conformistas) (Vries, 1977). Outros autores se concentraram na inovação no setor público (Newman *et al.*, 2001; Mulgan & Albury, 2003; Albury, 2005), mas poucos consideraram explicitamente a inovação em empresas sociais, exceto ao separar as empresas sociais como organizações do empreendedorismo social como um processo de inovação (Leadbeater, 2007). Ao separar a empresa do empreendedor, Leadbeater permite que a inovação seja considerada como um comportamento individual em vez de um processo organizacional, de modo que a inovação é promovida hereticamente pelos indivíduos talentosos e restringida apenas pela ética pessoal em vez da governança. Poucos autores consideraram explicitamente a ética da inovação (Glor, 2002; Hanekamp, 2005; Fuglsang & Mattsson, 2009). Enquanto no setor privado a inovação muitas vezes pode ser um fim em si mesma, para Hartley, nos serviços públicos, a inovação é justificável somente quando aumenta o valor público na qualidade, eficiência ou adequação à finalidade da governança ou dos serviços (Hartley, 2005).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou dois métodos, ambos consistentes com uma epistemologia realista crítica, para primeiro coletar, classificar e analisar dados do mundo real e, em seguida, construir uma relação entre as localidades únicas nas quais os dados surgiram e os resultados esperados ou observados. Essa foi uma combinação exclusiva da Soft Systems Methodology de Checkland para classificar e apresentar dados de vários casos de forma sistemática e comparável, e das cadeias Context-Mechanism-Outcome de Pawson para vincular diferentes localidades a diferentes resultados.

As diferentes localidades e as equipes de segurança da polícia e da comunidade dentro delas, em colaboração com os membros da comunidade, receberam a tarefa de tentar implementar o Manual LISP dentro dos limites dos recursos disponíveis. O pesquisador coletou dados naturais, conduziu entrevistas com as principais partes interessadas e usou um formulário padrão de autorrelato para que os projetos relatassem o progresso e as evidências.

Depois de classificar e analisar as evidências usando a metodologia de sistemas flexíveis como um processo analítico, a pesquisa procurou identificar os mecanismos que funcionam para facilitar o sucesso (relativo) ou o fracasso de cada intervenção de inovação social. Isso foi feito por meio da aplicação da análise da cadeia Contexto-Mecanismo-Resultado de Pawson. Esse método formou um processo duplo de classificação e comparação dos dados dos 8 estudos de caso envolvidos na pesquisa de doutorado, usando procedimentos de SSM e, em seguida, dando sentido aos dados em termos realistas críticos usando a análise da cadeia lógica da CMO.

Metodologia de sistemas flexíveis e questões sociais “perversas”

Uma “questão perversa” (Camillus, 2008, p. 98) é um problema social em que várias partes interessadas mal conseguem concordar com a definição do problema, muito menos com a solução. As questões e os problemas sociais são questões intrinsecamente perversas (Webber & Rittel, 1973) ou problemas confusos (Mitroff & Mason, 1980), e é muito perigoso tratá-los como se fossem “mansos” (Lach *et al.*, 2005) ou “benignos”. Os problemas sociais do mundo real não têm uma formulação definitiva e nenhum ponto em que sejam definitivamente resolvidos. Além disso, as soluções não são verdadeiras ou falsas – não há teste para uma solução, e toda solução contribui para um problema social adicional. Os problemas perversos são únicos, pois são sintomáticos de outros problemas; eles não têm causas simples e têm várias explicações possíveis, o que, por sua vez, enquadra diferentes respostas políticas. As pessoas que atuam para intervir no problema não podem, em virtude da censura pública, falhar em suas tentativas de resolver problemas perversos (Rittel & Webber, 1973).

A Soft System Methodology (SSM) foi desenvolvida especificamente como um meio de analisar sistemática e sistematicamente os problemas perversos. O pensamento de sistemas flexíveis é uma forma de descrever e analisar o mundo real, ou uma parte dele, para entender e mudar a forma como (essa parte do) mundo real opera (Checkland, 1981). O processo de pensar e descrever o mundo real em partes é entendido como "teoria geral dos sistemas" (von Bertalanffy, 1950). O pensamento sistêmico convencional pressupõe que as partes do sistema de interesse são claramente definidas e separadas, e que o sistema que tem um propósito claro e metas bem definidas é útil para projetar soluções que atinjam essas metas. Um sistema flexível é caracterizado quando não há acordo sobre os objetivos precisos do sistema. O processo tem objetivos qualitativos em vez de quantitativos, há o reconhecimento de que não existe uma solução única, mas uma gama de soluções alternativas igualmente válidas e a necessidade de envolvimento de todos os afetados pelo sistema (Kirk, 1995), o que permite que o analista leve em conta os problemas complexos.

Contexto Mecanismo Resultados

Pawson (2013), em sua análise de centenas de inovações e avaliações no setor público, conclui que há um conjunto consistente de ingredientes ou fatores críticos (em sua terminologia, mecanismos ocultos) que criam intervenções bem-sucedidas e apoiam de forma crucial a integração e o dimensionamento de tais intervenções na mudança organizacional e cultural.

Os casos explorados abaixo não são realmente intervenções em si, mas maneiras de projetar e fornecer práticas e soluções socialmente inovadoras que sejam mais robustas e resilientes. A ideia é que isso muda o centro da inovação social baseada em evidências de "o que funciona" para "como fazer com que funcione melhor?". É também a isso que Pawson e Tilley (1997) se referem como "avaliação cumulativa", com base em sua avaliação de meta-estudo, rejeitando a afirmação de Guba e Lincoln (1989, p. 49) de que todas as situações são únicas e que os problemas ou soluções não podem ser generalizados de um contexto para outro, ao mesmo tempo em que também rejeitam a noção de que diferentes contextos podem ser destituídos de seu valor e os resultados reduzidos a meros números e relações estatísticas. Pawson e Tilley (ibid.) fazem comparações em uma ampla gama de intervenções e projetos diferentes para identificar regularidades e, portanto, propor relações entre contexto, mecanismo e resultado (CMO). Com base no excelente trabalho de Pawson e Tilley, este estudo analisa várias intervenções diferentes, em bairros diferentes, com relação a diferentes tipos de crime e desenvolvendo soluções diferentes, mas (pelo menos em teoria) aplica os mesmos *meios* de desenvolvimento das intervenções. Para reiterar, a unidade de investigação deste documento não é o conteúdo ou os resultados dos casos explorados abaixo, mas a abordagem para desenvolver as intervenções em si: os processos sistemáticos, consistentes e repetíveis da inovação social no trabalho. O desenvolvimento de relações de CMO em uma série de intervenções-piloto ajuda a entender o que faz o Manual LISP funcionar e em que circunstâncias.

Manual de Soluções e Práticas Identificadas Localmente (LISP)

A pesquisa implantou o Manual LISP. Trata-se essencialmente de um guia publicado para o desenvolvimento de "soluções e práticas identificadas localmente" (Curtis & Bowkett, 2014, p. 4), para abordar as condições de problemas perversos que levam a altos níveis de crime crônico que afetam o público. Ele foi especialmente projetado (durante a pesquisa realizada entre 2010 e 2013) para uso em áreas onde há pontos críticos de crime (real e percebido) e comportamento antissocial, que têm sido problemáticos por um período prolongado. Cada uma das oito etapas representa um conjunto de técnicas, estratégias e abordagens extraídas da literatura e da prática da inovação social, do desenvolvimento comunitário e da terapia baseada na comunidade, para ajudar os inovadores sociais (nesse caso, os PCSOs e/ou uma equipe de policiamento comunitário) a [1] explicar por que é necessário um processo de projeto de inovação social, [2] descobrir quais recursos e ativos já estão disponíveis na localidade para trabalhar, [3] estabelecer quem poderia estar envolvido nesse processo, [4] certificar-se de que os inovadores sociais e a comunidade entendam os diferentes aspectos e perspectivas do(s) problema(s), [5] reunir um grupo de trabalho funcional e intencional, [6] só então desenvolver uma série de intervenções e planos propostos, a fim de [7] tomar medidas que incluam soluções imediatas e práticas contínuas, sabendo como [8] escalar o plano até o nível certo para obter ação.

Os processos e as atividades descritos no Manual LISP e comunicados aos inovadores sociais por meio de um processo de treinamento foram uma abordagem para o envolvimento intensivo da comunidade, concebida para lidar com alguns dos pontos fracos e limitações observados no desenvolvimento da comunidade e no policiamento de bairros nos EUA (e operados no Reino Unido no século XXI). Grande parte do que o Manual LISP procurou abordar no policiamento de bairro é o "onde, quem e como" do envolvimento da comunidade a fim de criar intervenções que combatam o crime e melhorem a legitimidade da polícia. A legislação impôs à polícia o dever de se envolver e envolver a comunidade na governança policial, mas deixa em aberto as modalidades desse envolvimento. Existe o perigo de que os locais mais vulneráveis sejam deixados de fora desse processo de envolvimento e inovação e que os processos de envolvimento sejam mal projetados ou mal executados, resultando na exclusão das comunidades vulneráveis dos processos. Por fim, os processos de solução de problemas também podem ser tecnocráticos e excluir as pessoas mais afetadas pelos problemas.

A intenção de se envolver de forma significativa com o público parece estar clara na política do Reino Unido, mas o objetivo desse envolvimento não é claro. O chefe de polícia¹ "tem que receber (e fornecer) informações do público". Mas a política não

¹UK Police Reform and Social Responsibility Act 2011.

estabelece o que o chefe de polícia deve fazer com essas informações. Em um documento local², a força policial investigada aqui se comprometeu a "...ouvir todas as reclamações, analisar as circunstâncias individuais e responder a elas de forma justa e razoável". Em primeiro lugar, a noção de que o "público" só tem uma reclamação é falha, mas também operacionalmente "ouvir e lidar com todas" parece ser um desperdício de recursos, se não houver um plano claro sobre o que fazer com os resultados. Um documento local sobre o envolvimento da comunidade sugere um propósito – na página 3, a polícia diz: "Trabalhamos com o princípio de que 'prevenir é melhor do que remediar', mas também nos comprometemos a lidar com todas as reclamações, independentemente de sua veracidade ou importância relativa". Em termos de desenvolvimento comunitário, parece ser um método incomum para as comunidades "responsabilizarem a polícia local" quando somente aqueles que têm uma reclamação são ouvidos. Não se avalia até que ponto o reclamante está ciente das atividades ou do desempenho do policiamento, e não é necessária nenhuma tentativa de garantir que as comunidades de difícil acesso ou de difícil audição também possam comunicar suas reclamações, pensamentos ou experiências. Isso seria especialmente importante em localidades vulneráveis.

3. RESULTADOS

Os projetos-piloto

Durante um período de três anos, a partir de 2011, os PCSOs de uma força policial do Reino Unido (que receberam treinamento e apoio de acompanhamento do Manual LISP) foram solicitados a encontrar oportunidades para experimentar essa abordagem alternativa ao policiamento de bairro. Eles tinham o apoio do chefe de polícia, mas seus sargentos e inspetores não estavam necessariamente cientes ou apoiavam os PCSOs na realização desse trabalho. Um dos motivos para que esses pilotos fossem executados sem o apoio direto e específico dos líderes intermediários foi estabelecer o que poderia ser feito sem mudanças estruturais significativas nos padrões de policiamento e identificar as condições sob as quais surgia uma liderança intermediária favorável.

Oito projetos-piloto foram investigados em detalhes para permitir uma compreensão aprofundada dos mecanismos que levaram ao sucesso ou ao fracasso percebido das estratégias de intervenção socialmente inovadoras. O Manual LISP representa a estrutura pela qual os problemas sociais são considerados, pesquisados e as soluções ou intervenções subsequentes são desenvolvidas. Os projetos descritos abaixo são alguns exemplos de aplicação do processo de inovação social e de desenvolvimento de inovações sociais prontas para implementação.

²Looking after East Northamptonshire: https://www.east-northamptonshire.gov.uk/info/200217/crime_safety_and_emergencies/43/safer_community_teams |Acesso em 9 de outubro 2015, p. 2|.

As descrições a seguir fazem parte do processo de análise de dados do Método dos Sistemas Suaves. O espaço impede que todos os dados sejam apresentados, mas esta seção fornece uma visão geral dos casos e dos diferentes tipos de dados incluídos na análise.

Caso 1: Assaltos a residências de minorias étnicas

Este estudo de caso começou em uma localidade dentro de uma cidade inglesa, atribuída a dois PCSOs (Wimsey e Bunter³) no centro de sua comunidade, mas logo se estendeu a uma comunidade étnica específica dentro de uma área mais ampla de East Midlands, pois o tipo de crime único girava em torno da fé e das crenças da comunidade. O incidente mudou de uma "comunidade geográfica" para uma "comunidade de experiência". A parceria entre os dois PCSOs que estavam alocados na propriedade há vários anos tinha uma boa relação de trabalho com a comunidade mais ampla do bairro. O bairro é um subúrbio misto, extensão urbana do oeste da cidade, construído em torno de vilas mais antigas no que é efetivamente um conjunto habitacional do conselho dos anos 60 com propriedade privada significativa, mas incompleta, por meio do direito de compra. Trata-se de uma comunidade significativamente asiática, com 10% da população se declarando asiática e 13.7% da população se declarando muçulmana em 2011⁴, em comparação com 4.2% da população muçulmana geral da cidade. Quarenta por cento da população não tem qualificações formais, mas pouco menos de 40% da população ativa trabalha em tempo integral.

A situação problemática que se apresentava para os PCSOs era uma série de roubos de joias em residências particulares no bairro. No espaço de um mês (julho de 2012), houve 36 denúncias de crimes aquisitivos graves (SAC), dois furtos de veículos, 9 arrombamentos e 2 roubos. Em setembro, foram 51 roubos e o mesmo número em novembro de 2012. Os PCSOs do bairro identificaram, no início da iniciativa LISP em 2013, que a comunidade afetada pelos roubos era predominantemente de Bangladesh e que os roubos estavam ocorrendo durante o período de peregrinação do Haj. Os PCSOs estavam prevendo em 2013 que haveria um padrão repetido, desgastando ainda mais as relações dentro da vizinhança.

Além de atender aos critérios de triagem, a justificativa para os PCSOs Wimsey e Bunter era clara:

As tensões aumentaram nas comunidades asiáticas devido ao que eles acreditavam ser uma falta de resposta da polícia. A maioria das tensões ocorreu na comunidade de Bangladesh, na área de [...] de [...]. Em 2013, foi recomendado um plano de ação para se preparar para um possível aumento de roubos asiáticos no outono. O plano de ação incluía o fornecimento de garantias gerais e aconselhamento à comunidade asiática [...]. (LISP Proforma, 2014).

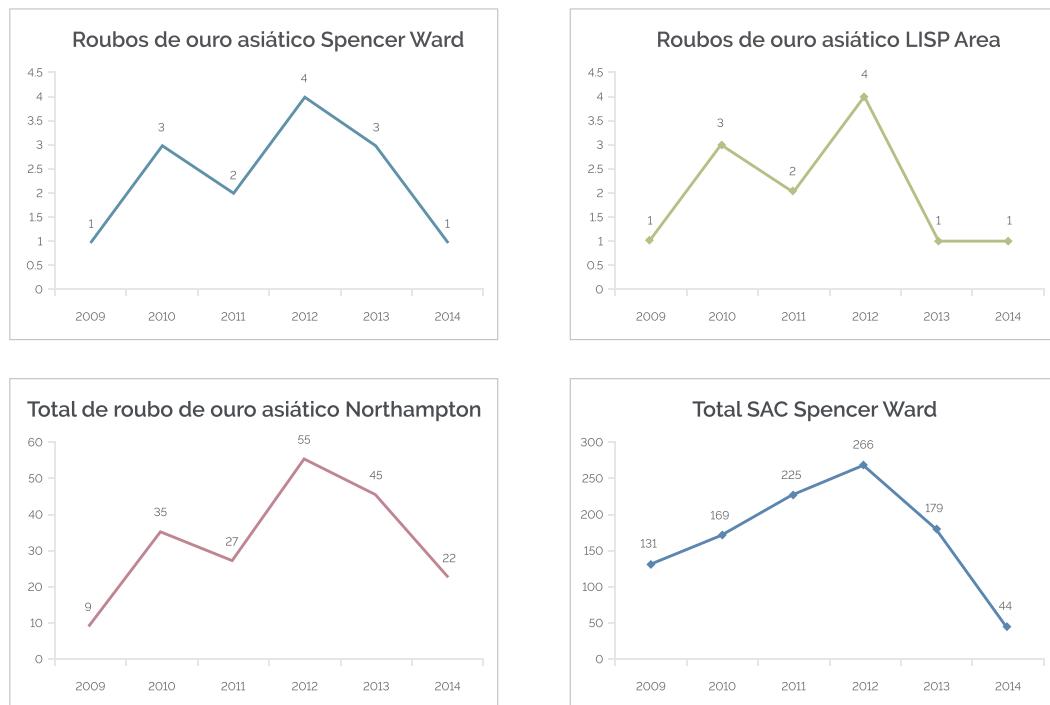
³pseudónimos.

⁴ <http://www.neighbourhood.statistics.gov.uk/dissemination/LeadTableView.do?a=7&b=6275190&c=NN5+7BZ&e=13&g=6452153&i=1001x1012x1013x1003x1004&j=6309090&m=1&p=-1&q=1&r=0&s=1453121622672&enc=1&dsFamilyId=2477> [Acesso em 15 de agosto 2017].

O formulário de relatório piloto do LISP (Figura 1) relatou uma queda significativa nos roubos em todos os tipos de crime. Os roubos atingiram o pico de 4 no bairro em 2012 e 55 no mesmo ano em toda a cidade e caíram para 1 no bairro e 22 em toda a cidade. Os crimes graves de aquisição registraram o maior número de 266 incidentes em 2012, contra 131 em 2009, caindo para um novo mínimo de 44 em 2014. Não está claro se esses números são médias por mês ou números totais. Os dados oficiais sobre crimes sugerem que eles estão próximos do número médio de incidentes por mês.

Por outro lado, o baixo número de incidentes é relatado na Pesquisa de Impacto do Crime (maio de 2014), selecionando uma área muito menor na qual os PCSOs estavam atuando para afirmar que "Em 2011 houve 2 [casos de roubos em que joias de ouro foram levadas], em 2012 houve 4, em 2013 e em 2014 houve 1 por ano. Entre 2012 e 2014, houve uma redução de 75% nos roubos de "ouro asiático" no [bairro]". No entanto, o analista da polícia pôde concluir que "Essa é uma melhoria muito maior quando comparada ao restante da cidade, que registrou uma redução de 60% nos roubos de 'ouro asiático'"⁵. Poderíamos concluir que as técnicas do LISP Intensive Community Engagement são 15% mais eficazes do que o policiamento padrão, mas efeitos aleatórios, pequenas amostras de dados e outros fatores de confusão impediriam afirmações tão ousadas.

Figura 1. Extrato do LISP Proforma sobre os resultados do piloto.



Fonte: Curtis (2021, p. 182).

⁵ Northamptonshire Police (2014) Crime Impact Statement Asian Gold LISP 22nd May 2014. Relatório não publicado.

Caso 2: *Moradia protegida*

O segundo bairro é essencialmente um grupo geográfico de Sheltered Housing, onde vivem pessoas vulneráveis. Isso inclui idosos, deficientes auditivos ou surdos, pessoas com dificuldades de aprendizado ou problemas de saúde mental. Alguns desses residentes não podem sair de casa ou sofrem de demência/ Alzheimer. Algumas dessas pessoas foram vítimas de roubos.

No entanto, as estatísticas da vizinhança para o distrito não dão nenhuma pista sobre as especificidades desse caso porque operam em uma escala muito grande. A vizinhança mais ampla tem uma pontuação⁶ ruim em educação, crime, saúde e privação do ambiente de vida. O trabalho em tempo integral é predominante, mas há uma proporção significativamente acima da média em "ocupações elementares"⁷, com 27% da população sem educação formal.

O bairro em questão é composto por um quadrado de 24 edifícios independentes com aproximadamente 64 residentes, distribuídos em torno de uma pequena rotatória central, com um centro comunitário e uma mistura de residências individuais e pequenos apartamentos. Os limites do refúgio são porosos, pois não há portões na estrada e há grandes lacunas nas sebes do perímetro. Ele é cercado por moradias do pós-guerra, em grande parte do mesmo estilo das que são motivo de preocupação no caso Asian Gold. As propriedades são de propriedade e operadas por uma organização de gerenciamento independente que administra mais de 12.000 outras residências em nome da autoridade habitacional local. No relatório de vulnerabilidade da Community Safety Partnership da época⁸, essa ala é mencionada várias vezes como vulnerável a abuso doméstico, crimes de ódio e crimes graves de aquisição (que incluem roubo de residências).

A PCSO envolvida nesse caso, "Vera", já estava trabalhando nessa questão há algum tempo, antes do início do projeto de inovação social. Houve uma onda de roubos em uma área considerada vulnerável, e os policiais implementaram a tática do "modelo Trafford de supercooning", que envolve um encontro com a vítima, mas também informa às 45 casas mais próximas que os roubos ocorreram e fornece orientação para endurecimento do alvo. Vera identificou que os destinatários das visitas de supercooning não estavam respondendo como esperado:

[...] as informações que estávamos fornecendo, em preto e branco... eles não estavam reconhecendo... e a forma como o papel era dobrado, ele se confundia com a média... de entrega de folhetos, então não era fácil identificar que era algo que precisava ser analisado. (Vera⁹ Timestamp 5:07)

⁶ [http://www.neighbourhood.statistics.gov.uk/dissemination/NeighbourhoodProfile.do?a=7&b=6275190&c=NN5+7EE&g=6452156&i=1001x1012x1013&j=6309089&m=1&p=2&q=1&r=0&s=1465219903812&enc=1&tab=1&inWales=false](http://www.neighbourhood.statistics.gov.uk/dissemination/NeighbourhoodProfile.do?a=7&b=6275190&c=NN5+7EE&g=6452156&i=1001x1012x1013&j=6309089&m=1&p=2&q=1&r=0&s=1465219891625&enc=1&tab=9) [Acesso em 6 de junho 2016].

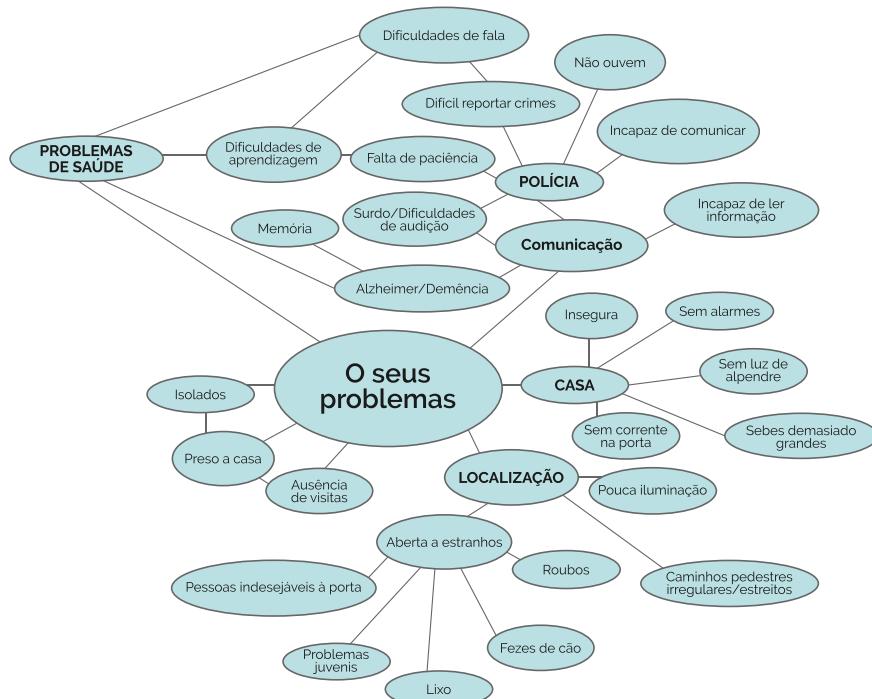
⁷ Percentage of population in elementary occupations: ward 24.7%, Northampton 14.9%, national 11.1% <http://www.neighbourhood.statistics.gov.uk/dissemination/NeighbourhoodSummary.do?a=7&b=6275190&c=NN5+7EE&g=6452156&i=1001x1012x1013&j=6309089&m=1&p=9&q=1&r=0&s=1465219903812&enc=1&tab=1&inWales=false> [Acesso em 6 de junho 2016].

⁸ Anon (2011) Northampton Community NCSP_Strategic_Assessment_2011_12.pdf.

⁹ Entrevista realizada pessoalmente: Vera Voice 010_BressinghamGardens_10032015 10th Mar. 2015

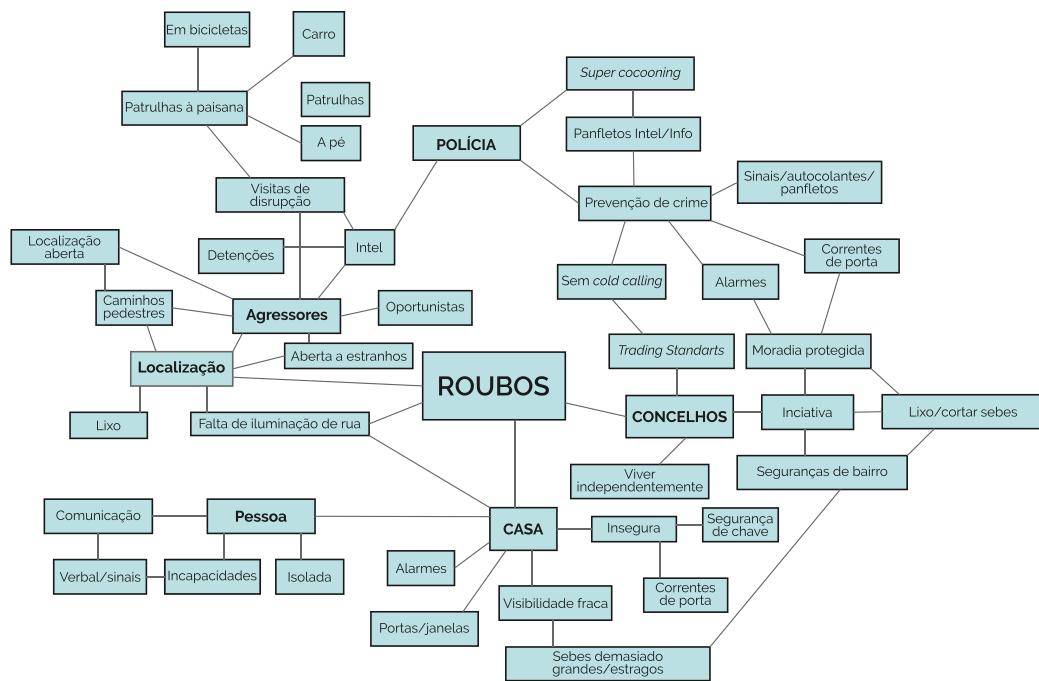
Em um seminário de progresso em maio de 2014, Vera apresentou os dois diagramas a seguir (Figura 2 e Figura 3), destacando as visões de mundo significativamente diferentes da polícia em comparação com os moradores. Esse exercício de tomada de perspectiva foi único entre os pilotos e levou ao uso de uma longa lista de intervenções. O que foi inovador aqui não foram as intervenções individuais, mas a combinação complexa adaptada à situação específica, em nítido contraste com a carta centralizada e padronizada que pressupõe que o leitor é um leitor de inglês padrão, que é o proprietário da casa e que tem meios e recursos para implementar as recomendações de cuidados e reparos que a carta indicava como solução.

Figura 2. Questões mencionadas pelos residentes do Sheltered Housing.



Fonte: Curtis (2021, p. 199).

Figura 3. Como a polícia viu o problema de Spencer Haven.



Fonte: Curtis (2021, p. 199).

A perspectiva empática da PCSO Vera permitiu a implementação de uma combinação de vinte e seis intervenções complexas e inter-relacionadas. Cada intervenção não era única por si só, mas as inter-relações significavam que elas teriam um efeito cumulativo. Muitas das estratégias exigiam a coprodução da solução e eram de natureza complexa e entrelaçada, importantes para combater a marginalização (Molnár & Havas, 2019).

Caso 3: Comportamento antissocial

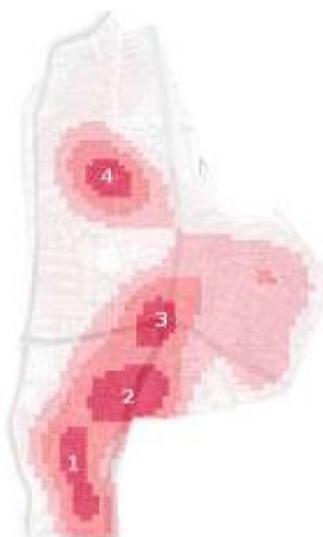
Essa localidade é um pequeno bairro em uma cidade de East Midlands, no Reino Unido, e está centrada em uma antiga igreja e um cemitério. Em um raio de poucas centenas de metros, há um sex shop, uma farmácia que fornece metadona para muitos dos usuários de drogas da cidade, um abrigo para sem-teto, uma casa de massagem, uma loja de penhores, três clubes de trabalhadores, uma boate, dois pubs e uma creche para crianças. É uma tempestade perfeita de comportamento antissocial e consumo de álcool nas ruas. Além disso, é um desses pontos críticos de crime que vem frustrando a força policial local há anos, distraindo tanto os PCSOs quanto os policiais do combate a crimes graves de aquisição. Dezenas de estratégias foram usadas ao longo dos anos, desde patrulhas de alta visibilidade até ordens de locais públicos designados para impedir o consumo de bebidas alcoólicas, todas com pouco efeito visível. O bairro fica na esquina da delegacia de polícia e do tribunal de magistrados, ambos com grande visibilidade policial.

Há cerca de 2 a 3% a mais de pessoas no distrito que relatam saúde ruim do que a média nacional, e 13% a mais de pessoas trabalhando em “ocupações elementares”, com 23% da população sem qualificações formais no censo de 2011. No censo, a maioria da população relatou ser britânica branca, mas a minoria mais significativa era “branca, outros brancos”, com maior probabilidade de ser de origem do leste europeu. A segunda maior minoria é a de “negros/africanos/caribenhos/negros britânicos; africanos”, a maioria “não vivendo em um casal” em acomodações alugadas principalmente de forma privada.

As taxas mensais de crimes denunciados já haviam caído acentuadamente na época do projeto, e as taxas restantes sugerem um estado estável contínuo em termos de crimes denunciados. Apesar do progresso inicial na conexão de duas associações comunitárias diferentes para limpar um terreno vulnerável e subutilizado para ser usado por uma creche, esse projeto fracassou na medida em que foi encerrado para que uma massa crítica de ação baseada na comunidade se estabelecesse e para que os índices de criminalidade permanecessem baixos. Os PSCOs achavam que uma massa crítica de envolvimento da comunidade havia sido alcançada e os líderes seniores estavam sob pressão para redistribuir os escassos recursos para outras partes da cidade devido a preocupações de curto prazo. O fracasso do projeto em ganhar terreno ou obter um efeito duradouro é um bom estudo de caso a ser considerado, pois testa a veracidade dos mecanismos de implementação da inovação social relatados abaixo, em especial a necessidade de uma equipe estável de inovadores sociais.

Em setembro de 2013, a polícia local publicou um relatório de Análise de Problemas de Área Prioritária (PA) apresentando uma análise de dados com base nos crimes registrados no Sistema de Registro de Crimes da Polícia entre maio de 2012 e abril de 2013.

Figura 4. Análise de pontos críticos de todos os crimes no PA3 (Parker, 2013a, p. 3) original indistinto.



Fonte: Curtis (2021, p. 218).

O PA prossegue analisando mais detalhadamente as várias categorias de crime, identificando a área piloto do LISP novamente com relação à violência não doméstica (Figura 4), tendo como alvo um abrigo local para sem-teto como fonte ou centro dessa violência. O mesmo abrigo aparece novamente como um ponto de acesso de inteligência de drogas (Parker 2013a, p. 28) e um ponto de acesso de Comportamento Antissocial (ASB) (Parker 2013a, p. 30), mas identificando a cozinha de sopa que estava operando em uma rua próxima como a fonte disso, embora observe mais tarde que não é uma "rua repetida" de alta pontuação para ASB, enquanto 25% das chamadas repetidas de ASB vêm da área específica tratada por essa análise de caso (a primeira vez que o local é destacado).

O relatório também fornece sugestões de ações para a polícia com base na análise de dados da área de trabalho. Isso fornece uma visão do pensamento dos analistas na época e da abordagem para a solução de problemas dentro da polícia local naquele momento: "É necessário transformar a inteligência em ação positiva na linha de frente para detectar mais crimes ou gerar inteligência acionável de melhor qualidade para ter um impacto mais benéfico sobre as drogas na PA3".

A polícia estava começando a se familiarizar com a localização do crime pela primeira vez por meio da análise de hotspots e tinha dados extensos (embora inconsistentes e não coletados de maneira rigorosa) sobre as percepções dos cidadãos em relação às prioridades da polícia, mas os dados sobre onde estavam os hotspots de crime não estavam sendo conectados a nenhuma informação ou dado sobre a vulnerabilidade das localidades ao crime, ou em resolução suficiente para fornecer uma apreciação detalhada das questões em nível de rua. É nesse ponto que as investigações do LISP começam a preencher os detalhes que faltam em relação à natureza do problema. As sugestões de solução de problemas no relatório do PA ainda são rudimentares e genéricas, sugerindo mais "interação e engajamento coeso com a comunidade", "reuniões de ligação e organização", bem como mais atividades de policiamento (no contexto de políticas de austeridade e cortes orçamentários significativos nos recursos de policiamento) na forma de "ideias de prevenção e aplicação".

O projeto enfrentou dificuldades para obter recursos, e o sargento observou: "Estou consciente, por causa da mudança demográfica da polícia, porque perdi os meus dois, perdi a N [], ela está no centro da cidade agora e perdi o T []". Essa constante rotatividade de pessoal e um corte severo nos recursos de nível de rua foi o motivo do projeto de pesquisa e um problema constante nesta pesquisa e em projetos subsequentes

Caso 4: Novos migrantes e desordem pública

A designação dessa localidade como uma DPPO (Designated Public Places Order, Ordem de Locais Públicos Designados) em resposta a reclamações de consumo de bebidas alcoólicas nas ruas por grupos identificados como novos migrantes do Leste Europeu

para o Reino Unido e ao comportamento antissocial associado exigiu a mobilização de recursos adicionais significativos de policiamento, especialmente porque os PCSOs não estão de plantão durante a noite e nos fins de semana, exigindo que policiais uniformizados fossem mobilizados a partir das atividades de patrulha do centro da cidade.

As DPPOs ajudam as autoridades locais a lidar com os problemas de comportamento antissocial relacionado ao álcool em locais públicos. Essa ordem não é uma proibição total do consumo de álcool em locais públicos, mas torna uma ofensa o fato de continuar bebendo quando solicitado a parar por um policial ou agente autorizado. A operação foi resultado de um Grupo de Ação Conjunta formado por conselheiros, gerente de segurança comunitária, gerente de licenciamento do Borough Council, polícia local, serviço nacional de saúde, presidente da associação comunitária Pubwatch, associação local de taxistas e comércio local, exercendo, assim, controle sobre as comunidades de novos migrantes sem direito a consulta ou envolvimento.

Esse distrito é uma área em que 41% da população são trabalhadores não qualificados¹⁰, com 22% da população sem qualificação formal. Os índices de privação de 2016 indicam que, de mais de 32.000 distritos no Reino Unido, este distrito está entre os 5.000 mais baixos e, em termos de criminalidade, está entre os 400 distritos mais baixos (372 de 32.844). O índice de ambiente de vida também classifica esse distrito entre os 1.500 piores do Reino Unido. Embora a população seja, em geral, economicamente ativa em termos de idade, a porcentagem de acesso ao subsídio para candidatos a emprego era o dobro da taxa da cidade em agosto de 2010. Um total de 36% das residências na área são de uma só pessoa, em "casas de ocupação múltipla" de alta densidade. Os policiais envolvidos relataram que esses são predominantemente quartos para alugar em cortiços vitorianos e fábricas convertidas. Apenas 9% das moradias da cidade são de propriedade do governo local, portanto, há uma grande probabilidade de que essas moradias sejam todas de propriedade privada para locação.

Ao conceituar o problema, a PCSO 'Nikita' concentrou-se imediatamente nas barreiras linguísticas implícitas no problema de beber nas ruas. 'Nikita' demonstrou consciência de que o problema era mais amplo do que o local imediato, observando um comportamento semelhante nas ruas vizinhas. Ela também observou que "o engajamento inicial e a educação das pessoas flagradas na área da DPPO não resultaram em uma redução dos incidentes policiais autogerados. Os infratores prolíficos não estão percebendo". (LISP Proforma, maio de 2013).

Em um ano, a PCSO Nikita desenvolveu o escopo e os detalhes de seu piloto LISP com evidências de uma análise de problemas baseada em imagens mais ricas de uma gama mais ampla de partes interessadas (LISP Proforma July 2014), com algumas

¹⁰ <http://www.neighbourhood.statistics.gov.uk/dissemination/NeighbourhoodSummary.do?width=1366&a=7&r=1&i=1001&m=0&s=1478873165366&enc=1&profileSearchText=NN16+8JS&searchProfiles=1> (Acesso em 11 de novembro 2016).

partes interessadas mais ativas, inclusive ampliando seu escopo para proprietários e empregadores dos bebedores de rua. Essa é uma mudança estratégica importante, pois a análise se afasta do comportamento sintomático direto para procurar intervir nas condições que dão origem ao comportamento (suas condições de vida) e padrões de expectativas culturais exacerbados pelo emprego de curto prazo e pelas condições de vida. Embora as conexões com os empregadores fossem de baixo nível (eles aceitaram informar seus funcionários e fornecer cartazes), Nikita indicou, em uma conversa não gravada, que seu objetivo era mudar a política de recrutamento dos empregadores para reduzir o número de trabalhadores solteiros, do sexo masculino e de curto prazo, e mudar as políticas de locação dos proprietários para prolongar a permanência mínima dos residentes, aumentando assim seu investimento em comportamentos cívicos. Nesse meio tempo, foram tomadas medidas de fiscalização mais focadas contra as lojas que forneciam álcool, com a participação de outros parceiros do setor público. Isso resultou na perda da licença de funcionamento do proprietário de uma loja e na aplicação de uma série de outras medidas legais de fiscalização. Embora o PCSO Nikita informou que não há "grupos comunitários" para se envolver, ela estava claramente pensando em indivíduos, e não em uma comunidade de organizações. No entanto, ela relatou ter começado a se reunir com empregadores, locadores e proprietários de imóveis não residenciais, que são um tipo diferente de comunidade, de organizações e não de indivíduos.

A **Figura 5** fornece uma indicação de um problema subjacente que surgiu em vários projetos diferentes desta pesquisa (e nos 14 projetos subsequentes que foram realizados depois desta pesquisa), que era a presença de determinados grupos nos bairros que eram vistos como "parte do problema" em vez de parte da solução. Nesse projeto, os novos migrantes do leste europeu faziam parte da cultura de consumo de bebidas alcoólicas nas ruas, mas a polícia realmente teve dificuldades para conceituá-los como possíveis interessados.

Figura 5. Placa contra o consumo de álcool em diferentes idiomas.



Fonte: Curtis (2021, p. 251).

O PCSO 'Nikita' relatou: "Não tenho partes interessadas dispostas (sic) a participar de um grupo de trabalho no momento devido a problemas pessoais contínuos. Em algum momento, reavaliarei essa questão, mas, por enquanto, é um grupo de trabalho puramente policial". As comunidades ocultas, que não eram consideradas parte da sociedade civil, pareciam não ser incluídas regularmente. Em outros projetos realizados para implementar o LISP, profissionais do sexo, imigrantes ilegais e novos imigrantes, ladrões de lojas de caridade, barões da droga locais e gangues de jovens armados com facas eram partes interessadas em sistemas de crime que raramente eram identificados como parte da solução, em vez disso, eram excluídos, parte do problema.

Resumo

Este documento relatou quatro dos oito projetos em detalhes substanciais. Primeiro, fornecendo uma descrição naturalista e rica do caso com evidências de uma ampla gama de fontes, desde observações de ruas e dados demográficos baseados na Internet (alguns dos quais foram selecionados nos resumos acima) e, em seguida, estruturando essa análise usando uma metodologia de sistemas flexíveis. A análise de cada estudo de caso abrange as fases de implementação do LISP, com base no formulário LISP apresentado pelo PCSO líder em cada situação, apoiado por dados de entrevistas pós-hoc dos PCSOs e colegas.

Os projetos descritos acima foram avaliados com o uso de uma estrutura padrão de sistemas flexíveis do Modo 1, com o objetivo de produzir modelos conceituais de cada uma das situações problemáticas, com base em análises CATWOE¹¹ e imagens ricas¹² desenvolvidas pelas pessoas envolvidas na situação problemática do LISP. Em seguida, esses modelos são levados para uma análise SSM do Modo 2, em que o analista de sistemas considera os eventos (práticas) e as ideias (teorias) que se desenvolvem ao longo do tempo. A tarefa final para cada estudo de caso foi estabelecer se os mecanismos conhecidos na literatura sobre o envolvimento da comunidade policial e os mecanismos de intervenção da política do próprio Pawson estavam sendo acionados em cada um dos projetos. Cada caso gerou possíveis novos mecanismos que precisam ser implementados e que ainda não foram cobertos pelos mecanismos conhecidos da polícia ou da Pawson.

4. ANÁLISE

Contextos/localidades exclusivos

Foram desenvolvidos oito projetos de pesquisa do mundo real (Tabela 1) nos quais foram aplicados processos sistemáticos, consistentes e repetíveis de inovação social (usando o Manual e o treinamento de Soluções e Práticas Identificadas Localmente (LISP)), em diferentes graus, para estruturar o envolvimento intensivo de uma força policial do Reino Unido em oito localidades diferentes. Todos esses contextos eram demograficamente diferentes e tinham diferentes tipos de crimes "alvo". A única coisa que os une é o fato de os policiais e PCSOs terem participado do processo de treinamento do LISP e de alguma tentativa de implementação do LISP ter sido considerada ou utilizada.

Tabela 1. Os projetos LISP.

Caso n.º	Localidade	Origem	Área prioritária	Crime	Confiança	Equipa estável	Envolvimento Mgt	Qualidade LISP
1	Spencer/Asian Gold	Piloto	sim	baixou	subiu	sim	sim	Ouro
2	Spencer Haven	Piloto	sim	baixou	subiu	sim	sim	Ouro
3	Holy Sepulchre	Piloto	não	estável	estável	não	não	Prata
4	All Saints Kettering	Piloto	sim	estável	estável	não	não	Prata
5	Daventry Skatepark	Piloto	não	baixo	subiu	sim	não	Ouro
6	Towcester	Autogerado	não	baixou	subiu	não	sim	Bronze
7	Daventry no LISP	N/A	não	estável	estável	sim	não	nenhum
8	Wellingborough no LISP	N/A	não	subiu	baixou	não	não	nenhum

Fonte: Curtis (2021, p. 158).

¹¹ Uma mnemónica SMM para Customer, Actor, Transformation, Worldview, Owner, e Environment.

¹² Uma técnica SSM específica para diagramas.

De acordo com o protocolo LISP, cada processo LISP proposto é iniciado por um processo de triagem, para estabelecer se a localidade é uma área de privação ou vulnerabilidade demográfica significativa e se havia um padrão de crime crônico de longo prazo. O processo de Área Prioritária implementado pela força policial reforçou esse processo de triagem, de modo que três dos projetos eram claramente localidades semelhantes nesse aspecto. Todas as localidades eram vulneráveis e sofriam padrões crônicos de crime, embora na maioria dos casos o LISP tenha sido iniciado devido a dados de crime de curto prazo, ou seja, um sintoma de um problema mais amplo. Essas localidades únicas foram investigadas e descritas em detalhes usando o protocolo de relatório SSM e categorizadas de acordo com três declarações de contexto. Cada localidade que hospedaria o processo LISP seria uma localidade vulnerável (C1) ou uma área de privação social múltipla significativa, além de apresentar padrões de crime crônico de longo prazo (C2), que se estendem por cinco anos ou mais, ignorando picos e quedas nos padrões de crime cílicos e sazonais, além de apresentar tipos de crime complexos e contestados publicamente (C3), incluindo comportamento antissocial e crimes aquisitivos graves.

Diferentes partes interessadas podem ter opiniões diferentes sobre as causas do problema; ou quantidades significativas do problema não estão sob a influência ou o controle direto da Polícia. Implícita em toda a pesquisa estava a noção de que os tipos de crime tinham de ser "suficientemente públicos" para serem propícios ao processo de intervenção baseado na comunidade. Claramente, há crimes "privados" que não seriam contextos apropriados para um processo LISP, incluindo violência doméstica, abuso ou negligência de pessoa para pessoa ou até mesmo disputas entre vizinhos, ou tipos de crime ocultos da visão pública, como tráfico de drogas ou de pessoas. Uma iniciativa muito posterior usando o LISP, em uma força policial diferente, estava considerando respostas da comunidade às culturas que propagam a mutilação genital feminina, mas o projeto não foi adiante.

Mecanismos

Pawson (2013) identifica (em sua terminologia) "mecanismos ocultos" que criam intervenções socialmente inovadoras bem-sucedidas e apoiam de forma crucial a integração e a ampliação de tais intervenções em mudanças organizacionais e culturais. Após analisar os projetos, incluindo as evidências existentes na literatura policial sobre "o que funciona" e "o que é promissor", a pesquisa propôs um conjunto de 27 mecanismos possíveis que conectam os contextos (as localidades únicas) a resultados sociais predeterminados. O simples fato de seguir as oito etapas do processo LISP ainda depende das habilidades, da experiência e da confiança do profissional, nesses casos os PCSOs, e representa a bricolagem em ação.

Os profissionais utilizavam os recursos que tinham à disposição sem questionar as limitações de seus contextos. No Caso 1, o projeto de arrombamentos de ouro, os profissionais não conseguiram identificar que seus meios de envolvimento com a comunidade excluíam as mulheres e os jovens (realizando uma reunião pública), o que se vincula ao mecanismo (abaixo) de compreensão profunda de pessoas e lugares (e mecanismo) não descrito em detalhes aqui em relação à sensibilidade em relação às comunidades ocultas. Essa também foi a situação no Caso 3, em que os PCSOs não sabiam da existência de uma creche para crianças imediatamente adjacente ao hotspot de crime. Uma vez que a equipe de lá foi conectada ao centro de sem-teto próximo (um fator no consumo de bebidas alcoólicas na rua), foram identificadas novas intervenções significativas que poderiam substituir e acrescentar os recursos e as estratégias que os PCSOs teriam reunido de outra forma – especificamente tempo para realizar mais patrulhas no hotspot de crimes. O processo do LISP os ajudou a identificar indivíduos “altamente conectados e altamente capazes” dentro da comunidade que estavam preparados para ser esse recurso visível de segurança e tranquilidade, substituindo o recurso limitado da polícia. Identificou-se que esses fatores foram implementados em diferentes momentos e com diferentes quantidades de esforço por parte dos envolvidos, dando origem à ideia de que os mecanismos não são acionados de forma suave ou igual. A acomodação de contratempos foi um mecanismo importante nesse sentido, porque os Casos 3 e 4 não alcançaram um conjunto de intervenções completamente implementado, porque os oficiais seniores envolvidos consideraram que os projetos tinham sido bem-sucedidos (o suficiente para que pudessem reivindicar o sucesso) e retiraram os PCSOs socialmente inovadores antes que a massa crítica pudesse ser alcançada para sustentar as intervenções além da dependência da polícia para uma ação constante.

A análise detalhada dos casos, mapeando todos os mecanismos possíveis em relação aos resultados obtidos, permitiu que a lógica das relações entre ação e resultado fosse abstraída e testada.

Resultados sociais

Os resultados desejáveis do policiamento de proximidade seriam incrivelmente diversos. A abordagem de Pawson para os resultados é derivá-los de “regularidades”, padrões de comportamento que ele identifica nas intervenções políticas que está estudando. Cada um dos pilotos do LISP estabeleceu (ou deveria estabelecer) seus próprios resultados esperados para cada projeto. Nenhum dos pilotos mediu de forma robusta se os resultados planejados foram alcançados. Tudo o que as análises detalhadas fazem é observar se as taxas de criminalidade mais amplas estavam melhorando ou não, mas não postular se as ações dentro do LISP foram projetadas para alcançar esses resultados melhorados.

Ao longo das entrevistas, os PCSOs e, em alguns casos, os sargentos identificaram que a redução da criminalidade não era o único resultado desejável. Portanto, os resultados para a polícia são mais complexos do que a mera redução das taxas de crime registradas. Além disso, os resultados desejados pelos residentes e usuários de uma determinada vizinhança seriam igualmente complexos – a percepção e o medo do crime não estão diretamente ligados aos índices reais de criminalidade, de modo que a melhoria dos sentimentos de segurança e confiança pode ser tão importante quanto os índices reais de criminalidade. No entanto, ambas são medidas importantes do **desempenho** da polícia.

A **eficácia** de uma força policial, com base nos “princípios peelianos”, é avaliada em relação à forma como ela cumpre suas responsabilidades, incluindo a redução do crime, a proteção dos vulneráveis, o combate ao comportamento antissocial e o atendimento a emergências e outras solicitações de serviço. Sua **eficiência** é avaliada em relação à forma como ela oferece uma boa relação custo-benefício, e sua **legitimidade** é avaliada em relação ao fato de a força operar de forma justa, ética e dentro da lei.

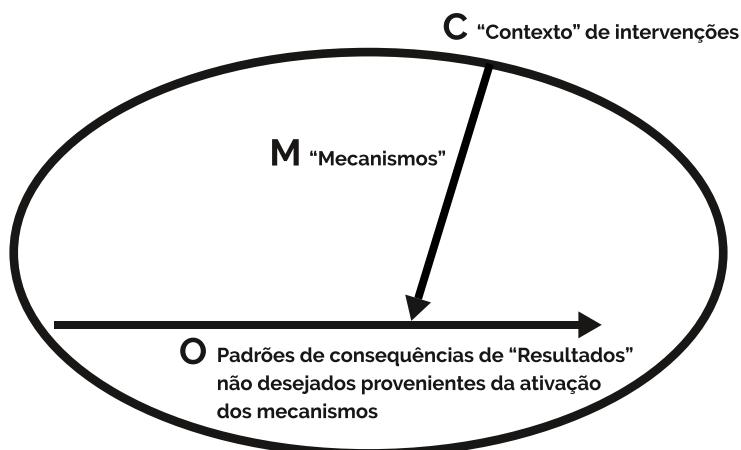
Claramente, há muitos resultados em potencial para as partes interessadas da comunidade que também poderiam ser considerados nesse processo. Esses resultados poderiam ter sido derivados diretamente dos próprios projetos, dos resultados esperados por cada um deles. Se a pesquisa tivesse conseguido abranger todo o ciclo de vida de todos os projetos, e se todos os projetos tivessem decidido e medido o progresso em relação a uma cesta de medidas de resultados, como exige o LISP, seria possível estender o exercício de configuração da CMO para abranger resultados não policiais. No entanto, a realização do exercício apenas com resultados baseados na polícia ainda demonstra o uso do conceito.

Testando a cadeia de CMOs

Tendo identificado as características das localidades únicas e categorizado-as por vulnerabilidade social por meio de privação, padrões de crimes crônicos e uma interação suficientemente complexa entre a comunidade e os tipos de crimes, os resultados desejados (incluindo eficácia, eficiência e legitimidade da polícia) são combinados com as localidades por meio dos mecanismos. Em seguida, é possível estabelecer quais dos mecanismos em todos os projetos foram mais fortes ou fracamente implementados. Parece que nem todos os mecanismos são acionados na mesma medida. A ideia de um gatilho sugere que é um momento único e instantâneo de “gatilho de cabelo” que dispara um mecanismo, como uma arma. Mas se os mecanismos tiverem “gatilhos” com pesos diferentes (leves ou pesados), usar o mesmo peso de pressão no gatilho pode significar que alguns mecanismos não disparam, mesmo quando queremos que disparem.

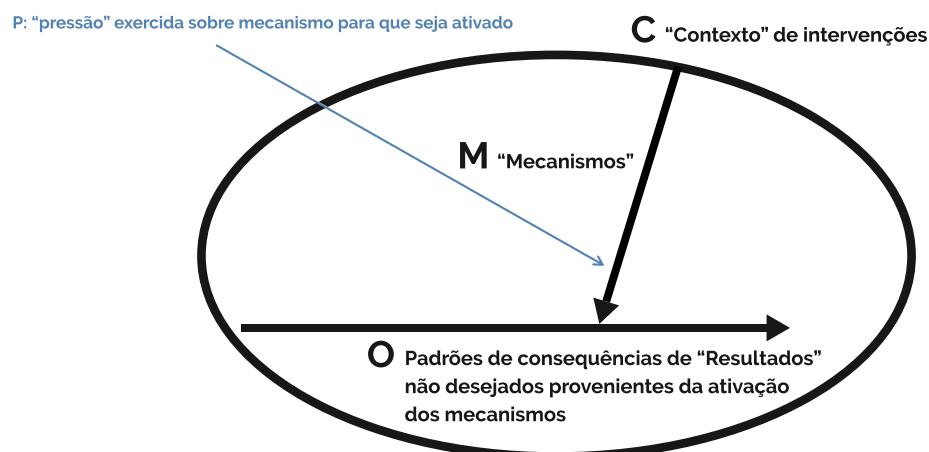
Essa ideia da “pressão” que precisa ser exercida sobre um mecanismo para que ele seja acionado pode ser usada para modificar o modelo básico de CMO desenvolvido por Pawson (mostrado na Figura 6) em um modelo mais desenvolvido (Figura 6).

Figura 6. Modelo Pawson de contexto, mecanismo e resultado.



Fonte: Curtis (2021, p. 292).

Figura 7. Modelo de CMO de Pawson modificado para mostrar o papel da “pressão”.



Fonte: Curtis (2021, p. 292).

Um exemplo do processo analítico de contexto-mecanismo-resultados é apresentado a seguir. Ao todo, 12 declarações lógicas principais foram desenvolvidas em detalhes, de um total de 243 configurações possíveis. A Tabela 2 mostra os mecanismos testados. Há ressalvas importantes em relação a alguns desses mecanismos mais prontamente ativados. Uma compreensão profunda (M1) de uma localidade vulnerável (C1/3) resultará em melhor desempenho (O2), se a compreensão obtida for usada com foco na identificação de habilidades e ativos que contribuam para a redução do crime. Isso só aumentará a

legitimidade e/ou a confiança no policiamento se for criado em conjunto com as partes interessadas. O aproveitamento e a utilização das habilidades e capacidades das partes interessadas da comunidade (Habilidades Tácitas M10) aumentariam seu consentimento em relação às intervenções realizadas pela polícia. Quando essas habilidades táticas são reconhecidas, as partes interessadas começam a valorizar as habilidades táticas que os policiais obtêm.

Há uma série de mecanismos "menos ativos" que representam aqueles que foram mais difíceis de implementar. Mecanismo 1: a investigação aprofundada do problema, com a profundidade e a amplitude necessárias, raramente foi feita no nível necessário e só foi significativamente melhorada quando o estudo de caso foi priorizado em um nível mais sênior. A "dose" (M3) também era problemática, pois os líderes de projeto eram constantemente substituídos¹³ por tarefas adicionais, o que exigia uma equipe de sargentos/inspetores muito determinada e dedicada para defender o uso do tempo dos funcionários nas atividades do LISP. Em última análise, um projeto LISP perfeitamente implementado deveria acionar todos esses mecanismos igualmente ao longo da vida de um processo de envolvimento intensivo, mas esse processo de identificação dos mecanismos menos e mais envolvidos permite que algumas das 243 configurações possíveis de contexto-mecanismo-resultado sejam reduzidas à investigação de apenas algumas.

Tabela 2. "Cadeia lógica" entre contextos, mecanismos e resultados.

Contextos		Mecanismos		Resultados	
C1	privação	M1	Compreensão profunda de pessoas, lugares e problemas	O1	Desempenho./Eficiência
C2	crônica	M7	Indivíduos altamente conectados	O2	Eficácia
C3	complexo	M9	Sintonizado com a dinâmica da comunidade	O3	Legitimidade
		M10	Habilidades táticas		

Fonte: Curtis (2021, p. 297).

A declaração **C1/3+M1>O1** do CMO afirma que um entendimento aprofundado (M1) de uma localidade vulnerável (C1/3) resultará em redução da demanda, menores índices de criminalidade e menos atividades de fiscalização (O1). O entendimento aprofundado exige mais esforço do que no policiamento padrão, mas pode não resultar automaticamente em redução da demanda. Os policiais envolvidos teriam que se basear no conhecimento

¹³ Termo policial para dispensa de outros serviços.

existente de longo prazo ou investir pesadamente em uma área vulnerável prioritária para obter conhecimento suficiente sobre as oportunidades de reduzir a demanda e a atividade de fiscalização. Sem uma orientação para esse tipo de desempenho, os policiais poderiam se desviar para respostas do tipo "business as usual", como maior patrulhamento, visibilidade e segurança, sem se concentrar no objetivo final de reduzir a atividade policial. Isso foi demonstrado em dois projetos nos quais a estratégia inicial era aumentar a atividade de fiscalização sem que o resultado dessa atividade fosse a redução da demanda. O entendimento aprofundado deve ser orientado para o resultado da redução da demanda para ser útil aqui.

A Declaração do CMO C1/3+M1>O2 afirma que um entendimento profundo (M1) de uma localidade vulnerável (C1/3) resultará em melhor desempenho (O2), como atividade reduzida por resultado, maior foco na prevenção do que no patrulhamento, outros parceiros estatutários participando plenamente e habilidades e recursos alavancados da comunidade para apoiar a redução do crime. Há uma relação mais forte aqui do que na primeira configuração de CMO, pois um entendimento aprofundado (nos termos descritos no Manual LISP, orientado para a busca dos ativos da comunidade e não dos déficits) resultará em uma melhor compreensão das habilidades e capacidades das principais partes interessadas no bairro em questão, entendendo suas motivações para se envolverem e, portanto, (à medida que a comunidade começa a coproduzir a comunidade mais segura) os resultados por unidade de atividade policial serão reduzidos, se o conhecimento e a compreensão adquiridos forem usados para esse fim.

A declaração C1/3+M1>O3 do CMO afirma que uma compreensão profunda (M1) de uma localidade vulnerável (C1/3) resultará em maior legitimidade (O3) e confiança no policiamento. Se esse processo de desenvolvimento de um entendimento aprofundado de uma localidade vulnerável for criado em conjunto com as principais partes interessadas de forma aberta e transparente, haverá confiança de que a polícia entende a dinâmica do bairro e sabe que está usando sua experiência de policiamento para lidar com as causas fundamentais dos problemas certos, que são importantes para a comunidade. O senso de legitimidade dos próprios policiais também melhorará.

Configurações fortes de CMO (**Tabela 3**) podem ser prontamente construídas entre o contexto de uma "localidade vulnerável", ou seja, uma área de alta privação, níveis crônicos de criminalidade e uma situação problemática complexa. Isso não significa que em todos os outros tipos de áreas (baixa carência/alto índice de criminalidade ou baixa carência/baixo índice de criminalidade ou baixa carência/baixo índice de criminalidade) o processo de inovação social LISP não funcione, mas, nos termos mencionados acima, seria necessária menos "pressão" sobre os diferentes mecanismos.

Tabela 3. Mecanismo de teste um.

Contexto		Mecanismo		Resultado		Configuração do CMO	Advertências
C1/3	Alta privação, crime crônico e situação problemática complexa (localidade vulnerável)	M1	Compreensão profunda de pessoas, lugares e problema	O1	Desempenho: Redução da demanda, menores índices de criminalidade, menos atividades de fiscalização	C1/3+M1>O1	Se for orientado para uma menor fiscalização como resultado
Fonte: Curtis (2021, p. 297).				O2			
				O3	Eficácia/Eficiência: Redução da atividade por resultado. Maior foco na prevenção do que no patrulhamento. Participação plena de outros parceiros estatutários. Habilidades e ativos aproveitados da comunidade para apoiar a redução do crime	C1/3+M1>O2	Se o entendimento obtido for usado com foco na identificação de habilidades e recursos para contribuir para a redução do crime
					Legitimidade: Melhoria da legitimidade e/ou confiança no policiamento	C1/3+M1>O3	Se for criado em conjunto com as partes interessadas

Fonte: Curtis (2021, p. 300).

CONCLUSÃO

Quatro dos projetos-piloto foram investigados em detalhes, usando a Soft Systems Methodology como meio de estruturar a comparação dos projetos e derivar modelos conceituais das situações problemáticas. Todos os projetos variaram significativamente na medida em que cumpriram todos os requisitos do processo LISP projetado, mas todos os que produziram um pró-forma LISP demonstraram alguma melhoria no desempenho, na eficácia e na legitimidade.

Dentro da aprovação ética do estudo de pesquisa, não foi possível coletar dados de membros do público envolvidos nos pilotos do LISP; as entrevistas foram realizadas apenas com PCSOs e policiais uniformizados. Isso impossibilitou a inclusão adequada da voz da comunidade na pesquisa, além da que foi expressa por meio das ricas imagens coletadas pelos próprios PCSOs.

Outra limitação foi a incapacidade de qualquer um dos pilotos de concluir o processo de oito etapas do LISP na fase piloto, devido às limitações operacionais. É necessário mais trabalho para explorar as configurações de CMO nas etapas 7 e 8 e para testar a avaliação das intervenções. No entanto, os pontos fortes dessa abordagem são o fato de resolver o problema da pesquisa idiográfica, baseada em casos e orientada por histórias, que domina grande parte do trabalho de inovação social. Esta pesquisa poderia ter sido composta por 8 projetos separados, não relacionados e incomparáveis,

mas o rigor da metodologia de sistemas flexíveis, aliada à análise da cadeia de contexto-mecanismo-resultado, demonstrou que os projetos aparentemente não relacionados são comparáveis e têm semelhanças estruturais profundas que superam quaisquer semelhanças demográficas estatísticas a priori que possam ser identificadas ao tentar construir um contrafactual em um estudo de controle randomizado “padrão ouro”. Isso abre caminho para que inovações sociais de origens muito mais diversas sejam comparadas em um processo comparativo estruturado, coerente e consistente.

Vinte e sete mecanismos extraídos do que funciona no policiamento de bairros e de outras intervenções de políticas públicas foram demonstrados pela pesquisa como atuantes na estrutura do LISP e seis deles foram desenvolvidos exclusivamente neste estudo, fornecendo um complexo mais robusto de atividades-chave que tornam os projetos LISP bem-sucedidos nos contextos apropriados. Este estudo demonstrou que os vinte e sete mecanismos mapeiam satisfatoriamente os contextos de localidades vulneráveis para os resultados de policiamento do PEEL, demonstrando, portanto, que o processo LISP é uma nova ferramenta eficaz no policiamento de bairros para o envolvimento com bairros vulneráveis de alto risco de maneira eficaz, legítima e que gera confiança.

O processo de inovação social LISP demonstrou alcançar resultados mais fortes em contextos (diferentes bairros) onde há crime crônico e/ou a privação é pior. Além da redução da criminalidade, comunidades diferentes têm aspirações diferentes e ideias diferentes sobre como manter a criminalidade baixa: esses são os resultados. Mas, independentemente do contexto ou do resultado, há cinco mecanismos que funcionam de forma rápida e fácil e cinco que são realmente difíceis de implementar. Os que são prontamente acionados são:

- Indivíduos altamente conectados;
- Sintonizados com a dinâmica da comunidade;
- Habilidades tácitas;
- Exigir esforço das partes interessadas;

Esses mecanismos não levarão muito tempo para serem estabelecidos e sugerirão que o projeto LISP de inovação social está indo bem e que haverá uma grande confiança no sucesso. Os mecanismos a seguir são muito mais difíceis de implementar:

- Compreensão profunda das pessoas, do local e dos problemas;
- “Dose” suficiente de envolvimento intensivo com tempo suficiente;
- Fazer adaptações para contratemplos;
- Explicar a teoria da mudança;
- Compartilhar a execução e o controle da intervenção.

Sem uma atenção clara e cuidadosa para garantir que esses mecanismos estejam em vigor e solidamente implementados, não importa quão desesperado seja o contexto ou quão modestos sejam os resultados, quão engajada ou entusiasmada seja a comunidade ou quão modestas sejam as intervenções elaboradas, o projeto LISP provavelmente será considerado um fracasso. A inovação social baseada no envolvimento da comunidade requer uma equipe estável, responsabilização, uma combinação de intervenções contingentes, tomada de perspectiva, sensibilidade para comunidades ocultas e atenção para conectar comunidades que até então não estavam juntas.

O empreendedorismo social tem sido associado às práticas de um indivíduo que combina "a paixão por uma missão social com uma imagem de disciplina, inovação e determinação semelhantes às dos negócios" (Dees, 1998, p. 54), mas posteriormente emergiu como um conjunto de processos distintos, além de efetivação (Servantie & Rispal, 2018; Owusu & Jansen, 2013; Nelson & Lima, 2019) e bricolagem (Desa & Basu, 2013; Di Domenico *et al.*, 2010; Janssen *et al.*, 2018). Tanto a efetivação quanto a bricolagem são descritas nessas referências como estratégias *ad hoc* ou não estruturadas de identificação e agrupamento de recursos e sinalizam uma reviravolta pós-moderna na teorização.

A literatura sobre inovação social identifica que o entendimento atual da inovação social é que se trata de uma arte eclética chamada de "bricolagem", ao passo que a argumentação de Pawson (2013) em intervenções de políticas públicas é que esses mecanismos estruturam e ordenam o processo de inovação. Isso pode levar a uma suposição de que o "agente" é a chave para a inovação social observada nos projetos LISP relatados aqui, ou seja, que o PCSO, ou outros indivíduos, possuem ou criam redes de alto capital social para criar as intervenções socialmente inovadoras, mas chegar a essa conclusão esparsa seria tornar "domesticada" a "questão perversa" da inovação social e do policiamento de bairro. Seria uma observação adequada, mas não leva em conta as evidências e não é o resultado completo do trabalho "contexto-mecanismo-resultado". Mais notavelmente, não explica como os agentes realizam esse processo criativo ou, pelo menos, não de uma maneira que permita que uma estrutura consistente e repetível seja analisada a partir das evidências. O relato teórico atual desse processo empreendido O objetivo do agente de inovação social é a "bricolagem". Embora Di Domenico *et al.* (2010) tenham dotado a bricolagem social de seis características (fazer, recusar-se a ser constrangido por limitações, criação de valor social, participação das partes interessadas e persuasão de atores significativos), em sua essência, sua teoria ainda é informada pelo conceito original de Derrida (1970) de "jogo livre" e, portanto, ainda depende das habilidades e dos talentos dos agentes para fazer, da confiança para recusar-se a ser constrangido e para encontrar e persuadir atores significativos. As descobertas englobam as seis características da bricolagem social de Di Domenico *et al.* (2010), mas resistem à tentação de domar a questão perversa simplificando demais o desafio da mudança social em seis elementos e, em vez disso, fornecem vinte e sete

mecanismos verificados (divididos em cinco simples e cinco mais desafiadores) que funcionam em centenas de potenciais circunstâncias.

Esta pesquisa identifica especificamente que uma ideia comum na teoria contemporânea da inovação social é a da "bricolagem", mas que ela é geralmente entendida como uma arte aleatória, eclética e essencialmente misteriosa, em consonância com o pensamento pós-moderno. Esta pesquisa, baseada no realismo crítico, que identifica os mecanismos que impulsionam os comportamentos e as regularidades sociais, mostra que a inovação social pode, na verdade, ser um processo de atividades consistentes e repetíveis. Não se trata de rejeitar o conceito de bricolagem, pelo menos na forma identificada por Di Domenico *et al.* (2010) acima, mas sim de sugerir que a improvisação não é totalmente "livre", como os teóricos podem sugerir ou desejar, e que a bricolagem é limitada e estruturada. Esta pesquisa não sugere que a inovação social deva ser limitada e estruturada, mas que a inovação social pode ser aplicada de forma consistente e repetitiva e, ainda assim, criar intervenções únicas, ao mesmo tempo em que ativa e mobiliza os mesmos mecanismos subjacentes. A triagem da bagunça da bricolagem parece revelar um conjunto diferente de camadas (camadas laminares, como Bhaskar (1975) as descreveria) que compreendem os mecanismos que contribuem para o impacto social que os empreendedores sociais estão buscando alcançar.

REFERÊNCIAS

- Albury, D. (2005). Fostering innovation in public services. *Public money and management*, 25(1), 51-56.
- Baker, T., & Nelson, R. E. (2005). Creating Something from Nothing: Resource Construction through Entrepreneurial Bricolage. *Administrative Science Quarterly*, 50(3), 329-366.
- Bhaskar, R. (1975 (2013)). *A realist theory of science*. London: Routledge.
- Camillus, J. C. (2008). Strategy as a wicked problem. *Harvard Business Review*, 86(5), 98.
- Checkland, P. (1981). *Systems thinking, systems practice*. John Wiley & Sons Ltd.
- Checkland, P. (2000). Soft systems methodology: a thirty year retrospective. *Systems Research and Behavioral Science*, 17(S1), S11-S58.
- Curtis, T., & Bowkett, A. (2014). *Locally Identified Solutions and Practices: Intensive Community Engagement*. Northampton: University of Northampton.
- Curtis, T. (2021). *Locally Identified Solutions and Practices: a critical realist investigation into the processes of social innovation in the context of neighbourhood policing*. University of Northampton. Doctoral Thesis (July 2021).
- Dees, G. (1998). Enterprising non-profits: What do you do when traditional sources of funding fall short? *Harvard Business Review*, 76, 54-67.
- Derrida, J. (1970). *Structure, sign, and play in the discourse of the human sciences*. [*Structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines*]. Lecture presented at Johns Hopkins University on 21 October 1966 <http://www2.csudh.edu/ccaughen/576f13/DrrdaSSP.pdf>
- Desa, G., & Basu, S. (2013). Optimization or bricolage? Overcoming resource constraints in global social entrepreneurship. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 7(1), 26-49.

- Dey, P., & Steyaert, C. (2018). Myth in social entrepreneurship research: an inquiry into rationalist, ideological and dialectic practices of demystification. In *Social Entrepreneurship*. Edward Elgar Publishing.
- Di Domenico, M., Haugh, H., & Tracey, P. (2010). Social bricolage: Theorizing social value creation in social enterprises. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 34(4), 681-703.
- Fuglsang, L., & Mattsson, J. (2009). An integrative model of care ethics in public innovation. *The Service Industries Journal*, 29(1), 21-34.
- Glor, E. D. (2002). *Innovation traps: Risks and challenges in thinking about innovation*. Workshop on Public Sector Innovation, February 9-10. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, 7(2), 1-20. https://innovation.cc/archives/news/innovation-conference/7_2_4_glor_innovation-traps-m.pdf
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1989). *Fourth generation evaluation*. London: Sage.
- Hanekamp, G. (2005). Business Ethics of Innovation. Poiesis & Praxis: *International Journal of Ethics of Science and Technology Assessment*, 3(4), 310-314.
- Hartley, J. (2005). Innovation in Governance and Public Services: Past and Present. *Public Money & Management*, 25(1), 27-34.
- Hu, X. (2018). Methodological implications of critical realism for entrepreneurship research. *Journal of Critical Realism*, 17(2), 118-139.
- Hu, X., Marlow, S., Zimmermann, A., Martin, L., & Frank, R. (2019). Understanding opportunities in social entrepreneurship: A critical realist abstraction. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 44(5), 1-25. <https://doi.org/10.1177/1042258719879633>
- Janssen, F., Fayolle, A., & Wuilaume, A. (2018). Researching bricolage in social entrepreneurship. *Entrepreneurship & Regional Development*, 30(3-4), 450-470.
- Johnson, C. (2012). Bricoleur and bricolage: From metaphor to universal concept. *Paragraph*, 35(3), 355-372.
- Kickul, J., Griffiths, M., Bacq, S., & Garud, N. (2018). Catalyzing social innovation: is entrepreneurial bricolage always good? *Entrepreneurship & Regional Development*, 30(3-4), 407-420.
- Kirk, D. (1995). Hard and soft systems. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 7(5), 13-16
- Lach, D., Rayner, S., & Ingram, H. (2005). Taming the waters: Strategies to domesticate the wicked problems of water resource management. *International Journal of Water*, 3(1), 1-17.
- Leadbeater, C. (2007). *Social enterprise and social innovation: Strategies for the next ten years*. A social enterprise think piece for the Office of Third Sector.
- November 2007. UK: Cabinet Office of the Third Sector. <http://community-wealth.org/sites/clone.community-wealth.org/files/downloads/paper-leadbeater.pdf>
- Mair, J., & Marti, I. (2009). "Entrepreneurship in and around Institutional Voids: A Case Study from Bangladesh." *Journal of Business Venturing* 24 (5), 419-435.
- Mayne, J. (2017). Theory of change analysis: Building robust theories of change. *Canadian Journal of Program Evaluation*, 32(2), 155-173.
- Mitroff, I. I., & Mason, R. O. (1980). Structuring III-structured policy issues: Further explorations in a methodology for messy problems. *Strategic Management Journal*, 1(4), 331-342.
- Molnár, G., & Havas, A. (2019). *Trajectories of Social Innovation: Tackling Marginalization with a Complex Approach*. In Creating Economic Space for Social Innovation. Oxford University Press.
- Mulgan, G., & Albury, D. (2003). *Innovation in the public sector*. Strategy Unit, Cabinet Office, UK. http://www.sba.oakland.edu/faculty/mathieson/mis524/resources/readings/innovation/innovation_in_the_public_sector.pdf

- Nelson, R., & Lima, E. (2019). Effectuations, social bricolage and causation in the response to a natural disaster. *Small Business Economics*, 54, 721-750. <https://doi.org/10.1007/s11187-019-00150-z>
- Newman, J., Raine, J., & Skelcher, C. (2001). Developments: Transforming Local Government: Innovation and Modernization. *Public Money & Management*, 21(2), 61-68.
- Owusu, W. A., & Janssen, F. (2013). *Social entrepreneurship: Effectuation and bricolage approaches to venture establishment in west Africa*. 4th EMES International Research Conference on Social Enterprise, Liege. <https://emes.net/publications/conference-papers/4th-emes-conference-emes-soent-selected-conference-papers/social-entrepreneurship-effectuation-and-bricolage-approaches-to-venture-establishment-in-west-africa/>
- Pawson, R. (2013). *The Science of Evaluation: A Realist Manifesto*. Los Angeles, CA and London: Sage.
- Pawson, R., & Tilley, N. (1997). *Realistic evaluation*. London: Sage.
- Servantie, V., & Rispal, M. H. (2018). Bricolage, effectuation, and causation shifts over time in the context of social entrepreneurship. *Entrepreneurship & Regional Development*, 30(3-4), 310-335.
- Steyaert, C., & Dey, P. (2010). Nine verbs to keep the social entrepreneurship research agenda 'dangerous'. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 231-254.
- Taylor, W. C., & Labarre, P. G. (2006). *Mavericks at work: why the most original minds in business win*. New York: Harper Collins.
- von Bertalanffy, L. (1950). An outline of general system theory. *British Journal for the Philosophy of science*, 1(2), 134-165.
- Vries, K. d. (1977). "The Entrepreneurial Personality: a person at the crossroads." *Journal of Management Studies*, 14(1), 34-57.
- Webber, M. M., & Rittel, H. (1973). Dilemmas in a general theory of planning. *Policy sciences*, 4(2), 155-169.

*Um ciclo vicioso de conceitualização superficial:
Desconstruindo a natureza no discurso da inovação
(política) social*

Hande Sinem Ergun* e Seray Begüm Samur-Teraman**

*Marmara University 

***Birmingham City University 

RESUMO

Estudos críticos sobre inovação social (IS) revelam que os conceitos de sustentabilidade são amplamente utilizados por acadêmicos, formuladores de políticas e profissionais em um nível superficial (Eichler & Schwarz, 2019). Mesmo que a IS esteja ligada principalmente às dimensões sociais e econômicas, a relação entre IS e meio ambiente ainda é vaga e precisa de mais pesquisas. Um possível motivo para essa desconexão seria a predominância de suposições antropocêntricas em vez de suposições ecocêntricas? Para preencher essa lacuna, este artigo tem como objetivo explorar a conceituação da natureza nos documentos do SI. Fazemos isso por meio de uma análise das publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente os Accelerator Labs do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além disso, consideramos como o SI é entendido, executado, promovido e como as percepções da natureza afetam o SI. A análise de discurso ecocrítica (ECDA) é adotada como abordagem analítica para este estudo. Este estudo utiliza textos como material empírico sobre IS publicados pela ONU. O foco na ONU é apropriado, pois ela é uma instituição altamente influente nas economias nacionais, moldando suas políticas e práticas de IS. Portanto, este estudo é realizado com base no fato de que o discurso desses documentos afeta o discurso e as práticas de IS dos países e do campo. A contribuição deste estudo está em seu esforço para revelar proposições incorporadas nos textos de IS por meio de uma análise orientada pela linguagem e, em seguida, discutir como uma compreensão mais profunda recuperaria a agenda para problemas socioeconômicos duradouros por meio de um discurso crítico ecocêntrico.

Palavras-chave: Inovação social; Desenvolvimento sustentável; Ecocentrismo; Discurso de políticas; Ecocêntrico; Análise crítica do discurso.

Proposta Submetida em 24 de janeiro de 2022, Artigo Recebido em 15 de maio de 2022, Avaliações Enviadas em 18 de outubro de 2022, Revisado em 4 de novembro de 2022, Aceito em 14 de novembro de 2022, Disponível online em 16 de maio de 2023.



INTRODUÇÃO

A maneira moderna e supostamente civilizada de se organizar provou ser ecológica e socialmente destrutiva (Heikkurinen *et al.*, 2016). No entanto, conceitos como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável (DS), inovação social (IS), economia social e empreendedorismo social surgiram como possíveis soluções para essa destruição. Juntamente com o crescente impacto das organizações intergovernamentais, o interesse no campo da sustentabilidade também aumentou em consonância com a pesquisa no campo da IS. No entanto, ainda há problemas sociais e ambientais globais significativos, apesar desse imenso interesse em sustentabilidade e dos esforços acadêmicos para desenvolver uma rede de conhecimento (Whiteman *et al.*, 2013).

Alguns conceitos relacionados ao DS, inclusive o SI, surgiram do pensamento antropocêntrico da organização e da gestão dominante, que parece ser a causa principal dos problemas ecológicos atuais (Heikkurinen *et al.*, 2016; Vlasov *et al.*, 2021). Portanto, seria ingênuo esperar resolver os problemas com a mesma mentalidade que já os criou. Portanto, se as suposições subjacentes à inovação, à tecnologia e ao empreendedorismo não forem expostas e questionadas, as chamadas soluções que nascem desses conceitos não resolverão os problemas e poderão até aprofundá-los. Sem mudar as suposições e as condições que criam esses problemas em primeiro lugar, o discurso e as práticas convencionais de IS, que são principalmente orientados para o mercado e a tecnologia, tornam-se apenas “soluções” rápidas para os problemas (Haskell *et al.*, 2021, Heikkurinen *et al.*, 2016, Vlasov *et al.*, 2021). A relação entre a IS e o meio ambiente ainda é vaga, faltando pesquisas sobre a conceituação da natureza e/ou ecologia na IS (Haskell *et al.*, 2021, Olsson *et al.* 2017). Embora existam estudos críticos sobre DS e IS, muitos deles surgem de um ponto de vista antropocêntrico, sendo necessária uma crítica ecocêntrica nesse campo (Haskell *et al.*, 2021).

Para preencher essas lacunas e atingir nosso objetivo, nos concentramos nas suposições dos relatórios SI do UNDP Accelerator Labs (doravante AL) em termos de ecocentrismo. Tentamos entender as suposições subjacentes e implícitas que podem ter um impacto negativo no diagnóstico e prejudicar os resultados das práticas que esses relatórios se propõem a resolver. De acordo com a análise do discurso ecocêntrico (ECDA) (Stibbe, 2015), os textos dão a impressão de serem ambivalentes em relação à percepção da natureza, ao mesmo tempo em que visam explicitamente propor práticas para a SI, enquanto reproduzem implicitamente a suposição básica que sustenta a mentalidade e a estrutura que geraram os problemas. Os textos também são escritos de forma a convencer o leitor a acreditar que é “assim que as coisas são”, em vez de adotar uma perspectiva específica, que nesse caso é principalmente tecnocêntrica neoliberal.

1. FILOSOFIA ECOCÊNTRICA

No século passado, o crescimento econômico, o desenvolvimento tecnológico e a prosperidade foram alcançados pelos seres humanos às custas do ambiente natural e da igualdade social. A ideia atual de desenvolvimento humano provou ser destrutiva. Os problemas que encontramos são, na verdade, culturais, tanto quanto econômicos ou tecnológicos, pois os desenvolvimentos são orientados por valores e cultura. A maneira como percebemos a natureza também é determinada por nossos valores e cultura (Hoffman & Sandelands, 2005). O antropocentrismo e o ecocentrismo são dois pontos de vista ambientais distintos que regem nossa compreensão da natureza e nossas relações com ela. No antropocentrismo, há uma dualidade fundamental entre o ser humano e a natureza, mantendo o ser humano no centro de tudo nesta terra, e tudo ao redor da terra deve servir às necessidades da humanidade. Desde o século XVI, o surgimento do capitalismo e a Revolução Industrial, a visão antropocêntrica é frequentemente apresentada como a única maneira de viver, e o progresso humano é o objetivo final neste mundo (Mead, 2017). No antropocentrismo, tudo é visto e interpretado a partir da experiência humana, e "uma coisa" só tem valor se for útil para os seres humanos. Essa mentalidade criou uma organização e modos de vida egocêntricos (Purser *et al.*, 1995). Há sérias tentativas de modificar o antropocentrismo em termos de ecologia. Por exemplo, Stephens *et al.* (2019) propuseram reformular "consciência social" para "consciência socioecológica" e "emancipação humana" para emancipação com o objetivo de converter a justiça ecológica em ação prática na estrutura do pensamento sistêmico crítico. Outra tentativa foi distinguir entre o antropocentrismo legítimo e ilegítimo e redefinir o conceito (Hayward, 1997). Essas tentativas de reabilitação do antropocentrismo são valiosas, mas de valor limitado para a utilização humana, que é o motor da destruição ecológica e é insuficiente para um potencial regenerativo (Kopnina *et al.*, 2018).

Entretanto, sob a perspectiva da filosofia ecocêntrica, os seres humanos são considerados um subsistema dos sistemas naturais e são responsáveis pela saúde do ecossistema (Purser *et al.*, 1995). Os seres humanos não são criaturas privilegiadas da natureza e estão sujeitos às mesmas regras ecológicas que outras criaturas da natureza. A natureza tem valor intrínseco, independentemente da utilidade e do valor que os seres humanos atribuem a ela. Portanto, a preservação da natureza não deve estar vinculada ao seu valor para os seres humanos, mas sua presença é valiosa por si só. Uma abordagem holística é outra característica do ecocentrismo. Em vez de estudar o organismo biológico isolado da natureza, o ecocentrismo considera todo o contexto, as relações e os processos inter-relacionados. O ecocentrismo exige a aceitação da inserção e da dependência de objetos humanos e criados pelo homem no ecossistema. O ecocentrismo enfatiza que a maioria dos problemas que os seres humanos encontram hoje é resultado da separação da mente da natureza (Heikkurinen *et al.*, 2016; Purser *et al.*, 1995).

Como os campos de organização e gestão são construídos com base em suposições antropocêntricas, a sustentabilidade e os conceitos relacionados derivados do mesmo campo de gestão serão apenas a ecologização de práticas comerciais intrinsecamente destrutivas e a criação de expectativas irrealistas para a melhoria da situação ecológica. O posicionamento do consumo e da aquisição de materiais como o modo de vida "padrão" e a promoção do "consumo verde" apenas mudam a "cor" da situação. A alienação da natureza, os estilos de vida materialistas e a ausência de preocupação com os não humanos e com a ecologia resultam em destruição ecológica e desigualdades sociais. Portanto, de acordo com uma visão de mundo ecocêntrica, uma transformação radical de nossa visão de mundo é urgentemente necessária (Purser *et al.*, 1995) para reconectar os seres humanos com a natureza e aceitar que a inserção dos seres humanos na natureza mudará nosso relacionamento com nós mesmos, com os outros e com a natureza, nossa produção de conhecimento e tecnologia, nossa tomada de decisões e nossa vida (Allen *et al.*, 2019). Em termos de IS, compreender nossa mentalidade e discurso antropocêntricos e transformá-los em uma orientação ecocêntrica poderia possibilitar resultados mais desejáveis de IS.

Inovação social no discurso crítico sobre sustentabilidade

Uma inovação é chamada de social quando resolve um problema social, beneficia a sociedade, prioriza o enriquecimento social em vez do enriquecimento privado, aumenta a capacidade de ação da sociedade e traz transformação social (Murray *et al.*, 2010; Sharra & Nyssen, 2011). Alguns também propõem que a IS surgiu como resposta e remédio para uma ideologia neoliberal que causa desigualdades sociais e ecológicas (Nussbaumer & Moulaert, 2007). A IS não se limita apenas a resolver os problemas sociais que estão ocorrendo, mas também se espera que sirva para a transformação de uma sociedade diferente.

A IS não é um conceito novo e entrou no discurso público no início do século XIX com a narrativa de que o inovador social é um "reformador social" ou "socialista" que desafia a ordem estabelecida (Godin, 2015). Essa impressão política foi recentemente reapresentada como apolítica e como progresso positivo, sem questionar nada sobre o conceito e seus resultados (Godin & Vinck, 2017). Abordar o SI a partir de uma perspectiva evolutiva prova que o SI foi usado pela primeira vez por sociólogos para explicar a difusão de inovações tecnológicas em comunidades em rede e o efeito social das inovações (Ayob *et al.*, 2016). A colaboração em, e entre, diferentes níveis da sociedade é um conceito central para a IS. Outro elemento importante da IS é a reestruturação das relações de poder dentro da sociedade. Portanto, a mudança social está no nó da IS. A IS pode desafiar a ordem existente e a elite dominante e/ou servir como um meio de lidar com as desigualdades sociais (Schubert, 2019). Em outras palavras, a colaboração leva a novas formas de relacionamento que levam à inovação. A inovação também causa mudanças nos relacionamentos, cria valor social e, consequentemente, gera impacto

social (Moulaert *et al.*, 2005; Moulaert & MacCallum, 2019). A atual ortodoxia ocidental “moderna”, em que o capitalismo e a individualização da sociedade criam disparidades de riqueza e uma visão limitada do mundo, é um enorme desafio para a IS e a mudança social. Nesse contexto, a IS é formulada como uma forma de lidar com as consequências do capitalismo tardio moderno (Schubert, 2019).

Embora existam visões contraditórias sobre a relação entre a IS e o DS, Millard (2018) argumenta que a IS, como conceito, está sob o guarda-chuva da sustentabilidade e é usada principalmente como prática de desenvolvimento sustentável (DS). Como o interesse em DS aumentou com a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do PNUD, a IS também é incentivada como a esperança para todas as nossas questões sociais e ecológicas (Millard, 2018; Schubert, 2019), com a ONU exigindo o uso de abordagens de inovação social para alcançar os ODS, tornando a IS popular e quase obrigatória (Millard, 2018).

Os estudos críticos de sustentabilidade criticam principalmente a falta de um acordo universal sobre a definição de sustentabilidade, embora seja um termo popular e “politicamente correto” entre acadêmicos e profissionais+. A imprecisão da definição de sustentabilidade também permite que o termo sirva como uma rubrica geral que sofre de ambiguidade na teoria e na prática (Ala-Uddin, 2019; Hopwood *et al.*, 2005; Zygmunt, 2016). De fato, estudos críticos mostraram que, desde o início, a literatura, as práticas e as pesquisas sobre “sustentabilidade” nunca questionam as estruturas e as relações que criam esses problemas (intencionalmente ou não) (Carroll, 1991). Portanto, embora a sustentabilidade tenha sido introduzida para encontrar soluções para os problemas, ela ficou longe de resolvê-los e parece, inadvertidamente, fortalecer o *status quo*. Estudos também discutem o termo “sustentabilidade fraca”, que enfatiza o crescimento econômico, a objetificação e a utilização da natureza e a negação da responsabilidade das relações de poder existentes (Bonnedahl & Eriksson, 2007). Assim, a aplicação do DS pela ONU como um conceito de política se encaixa principalmente na sustentabilidade fraca, pois foi criticada por Adelman (2018) e Bonnedahl e Caramujo (2019) por ser economicamente orientada e ecologicamente modernizadora, reforçando o *status quo*. Nessa perspectiva, um equilíbrio entre a sociedade e a natureza pode ser alcançado e gerenciado pela sustentação do crescimento econômico por meio do DS, que também é chamado de crescimento sustentável (Bonnedahl & Caramujo, 2019).

Essa noção de sustentabilidade fraca, que busca proteger a natureza ao mesmo tempo em que busca o crescimento econômico, parece não funcionar quando as limitações planetárias são ignoradas (Ayres *et al.*, 2001). Por outro lado, a sustentabilidade forte exige novas formas de organização além da economia capitalista atual e aceita a inserção da sociedade e da economia na natureza (Stål & Bonnedahl, 2016). A sustentabilidade forte argumenta que os recursos naturais não podem ser substituídos por soluções criadas pelo homem e aceita a não linearidade da ecologia (Steffen *et al.*, 2015). Haskell

et al. (2021) argumentam que, ao estudar a IS, as abordagens fortes e fracas da sustentabilidade devem ser consideradas porque a abordagem da SD fornecerá a estrutura de como a IS será conceituada e praticada. Em seu estudo, Eichler e Schwarz (2019) mostraram que a maioria das intervenções de IS se enquadraria em um ou vários ODSs e afeta as interações entre os ODSs. Além disso, nem todas as interações são positivas, pois uma melhoria em um ODS (por exemplo, produção de alimentos para acabar com a fome) pode levar à deterioração de outro ODS (por exemplo, água potável e saneamento) (Franklin *et al.*, 2017). De fato, há muitas contradições quando se adota uma mentalidade de SI focada no mercado e na tecnologia para problemas sociais. Para que a IS sirva ao DS, é preciso reconhecer a inserção da sociedade e da economia na natureza. Caso contrário, a IS se tornará uma ferramenta para reforçar as suposições existentes sobre a organização humana que coloca o mercado à frente de todas as outras considerações (Haskell *et al.*, 2021).

Como acadêmicos críticos, precisamos estar cientes de que, se o campo da IS não estiver abrindo caminhos para transformações radicais, ele poderá estar apoiando as estruturas existentes (Olsson *et al.*, 2017). Portanto, é razoável argumentar que a conceituação antropocêntrica da IE pode ser a razão pela qual a IE e o DS não estão alcançando os resultados desejados. Colocar os "humanos" no centro e objetivar tudo para nos servir nega a dependência humana da ecologia. Se a prática da IS não estiver questionando as estruturas de poder existentes na organização humana, as suposições subjacentes da relação homem-natureza e oferecendo novas formas de conexão, é improvável que ocorra o resultado desejado de mudança social. Embora o aspecto de "não danificar a natureza" seja fundamental, a IS também pode ser conceituada de forma a permitir que os seres humanos se adaptem, se regenerem e cocriem com a natureza. Assim, por que a redução dos impactos negativos é importante, é ainda mais importante que, como seres humanos, também tenhamos a capacidade de contribuir positivamente para a natureza.

2. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO

O padrão de linguagem é uma ferramenta útil para entender as estruturas cognitivas na mente das pessoas e revelar suas histórias subjacentes (Stibbe, 2015). Nossas ações são baseadas em nossos valores e mentalidade, e nossos valores e mentalidade são influenciados e expressos pela linguagem. Portanto, a linguagem pode nos incentivar a agir de determinadas maneiras. Como nosso objetivo neste estudo é expor as suposições subjacentes às narrativas dominantes e depois estabelecer o tipo de comportamento que é promovido em termos de ecocentrismo.

A Ecolinguística propõe que nossa linguagem é uma ferramenta útil que pode contribuir para preservar (ou danificar) a natureza e ajuda a buscar novas formas de expressão que inspirem as pessoas a prosperar com a natureza. Em resumo, a linguagem e a ecologia são interdependentes. Nossas suposições, valores, crenças, ideologias e visões de mundo determinam a relação entre si, e a natureza e todos esses processos são expressos por meio da linguagem. Não queremos minar o fato de que os seres humanos são, de fato, participantes ativos que podem entender o propósito real dos textos que encontram e desenvolver seus próprios significados, conforme afirmado pelas abordagens do Novo Materialismo (Donovan, 2018; Moore, 2017). No entanto, a análise crítica do discurso pode nos ajudar a desconstruir as histórias dentro dos discursos que compõem nossa vida cotidiana. Esses discursos são importantes porque nos influenciam em nossa relação com a natureza.

Para tornar visíveis as histórias subjacentes dos textos do Laboratório Acelerador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com foco na inovação social, são analisadas por meio da análise ecolinguística do discurso (ECDA), um método oferecido por Stibbe (2015). O método ECDA desconstrói os textos para revelar as histórias subjacentes e descobrir "se eles incentivam as pessoas a preservar ou destruir os ecossistemas que sustentam a vida" (Stibbe, 2015, p. 24).

De acordo com Stibbe (2015), para revelar as "histórias pelas quais vivemos", os textos são analisados em termos de ideologias, enquadramentos, metáforas, avaliações, identidades, convicções, apagamento e saliência. A ECDA de Stibbe (2015) é uma combinação de diferentes técnicas de análise crítica do discurso e ecolinguística. De acordo com essa técnica, **ideologias** "são histórias compartilhadas por grupos específicos" para dar sentido ao mundo. Todas as instituições empregam uma linguagem específica que se baseia em uma ideologia. **Moldura** é "o uso de uma história de uma área da vida (uma moldura) para estruturar como outra área da vida pode ser conceitualizada". As **metáforas** são "um tipo de enquadramento que pode ser particularmente poderoso e vívido, pois usam um enquadramento específico, concreto e claramente distinto para pensar sobre uma área da vida". **Avaliações** são usados para diferenciar entre o que é bom e ruim em um contexto. Na maioria das vezes, as evidências não são fornecidas e são enfatizadas suposições tidas como certas, como "a inovação é boa", "o crescimento econômico é bom". Essas avaliações podem se tornar verdades absolutas com o tempo, e ignoramos o questionamento delas ou de seus resultados. As **identidades** são fornecidas para definir um tipo específico de pessoa. **Condenações** trata-se de convencer os leitores de que "uma determinada descrição da realidade é verdadeira, provável, improvável ou falsa". **Apagamento** refere-se às ausências ou, em outras palavras, ao que não é apresentado ou suprimido nos textos. A **saliência**, por outro lado, é destacar algo como o mais importante e crucial. Esses oito tipos de histórias não são separados, pois interagem uns com os outros. Portanto, este estudo está estruturado da seguinte forma: os quadros

principais são articulados como o primeiro nível de análise e, em seguida, dentro de cada quadro, a decisão de qual metáfora, avaliação, identidade, convicção, apagamento e saliência alimenta o padrão geral é feita como o segundo nível analítico. Em terceiro lugar, a interação entre o homem e a natureza, incluindo a dinâmica periférica, foi visualizada para mostrar as conexões, a direção e as características dos relacionamentos.

Técnicas e etapas de análise de dados

Para conduzir uma ECDA da IE no contexto do desenvolvimento sustentável, 14 publicações dos materiais de AL do PNUD são usadas, incluindo o texto da política principal do SDG para fazer uma análise completa. O motivo subjacente para selecionar esses textos é que eles envolvem "práxis" com base na política de IE. Os ALs do PNUD foram criados em 2019 no âmbito do PNUD com o objetivo de ser a "maior e mais rápida rede de aprendizado sobre desafios de desenvolvimento sustentável". Em outras palavras, eles foram criados com o objetivo de alcançar substancialmente os ODSs do PNUD. No início, foram estabelecidas 60 equipes de laboratórios em 78 países, que aumentaram para 91 laboratórios após a inclusão dos países em desenvolvimento. Portanto, os ALs do PNUD são projetados para cultivar e implementar sistemas de SI para atingir os ODSs, especialmente nos países em desenvolvimento. Esses textos já foram publicados como uma extensão do instrumento de política de IS do PNUD, principalmente para mostrar o papel transformador dos Laboratórios Aceleradores nos países em desenvolvimento.

Os textos, que enquadram os laboratórios aceleradores ao vivo, foram retirados do site da organização (consulte a Tabela 1 para obter mais detalhes)¹ e foram lidos detalhadamente pelos autores várias vezes em um período de janeiro até o final de maio de 2022 e, em seguida, foi realizada uma codificação aberta para cada um dos oito tipos de ECDA. Para reconhecer o contexto mais amplo, quatorze outros relatórios e textos do PNUD foram incluídos propositalmente para obter uma análise mais abrangente (Tabela 1).

¹<https://www.undp.org/acceleratorlabs/publications>

Tabela 1. Características do documento.

Nome do documento	Ano de publicação	Número de páginas	Etiqueta do documento
Innovating in an Uncertain World: One Year of Learning and Breakthroughs – 2020 Annual Report	Julho de 2020	37	ACCL_R1
The Fast and Curious: Our Story So Far	Junho de 2020	34	ACCL_R2
Strategy to Scale Social Innovation for Development	Agosto de 2020	126	ACCL_R3
Strategy to Scale Social Innovation for Development (Toolkit only)	Maio de 2020	43	ACCL_R4
The Changing Nature of Work: 30 signals to consider for a sustainable future	ABRIL DE 2021	53	ACCL_R5
Collective Intelligence for Sustainable Development: Getting Smarter Together	Maio de 2021	53	ACCL_R6
Collective Intelligence for Sustainable Development: 13 Stories from the UNDP Accelerator Labs	Maio de 2021	60	ACCL_R7
Grassroots Innovation: An Inclusive Path to Development	Agosto de 2021	111	ACCL_R8
Lessons Learned from Applying the Data Powered Positive Deviance Method to Identify Grassroots Solutions Using Digital Data	Outubro de 2021	24	ACCL_R9
The Data Powered Positive Deviance Handbook	Novembro de 2021	138	ACCL_R10
Midterm Evaluation of the UNDP Accelerator Lab Network Project	Fevereiro de 2022	62	ACCL_R11
Resolution adopted by General Assembly	Setembro de 2015	35	UN_GA_REPORT
UNDP Accelerator Lab Brochure	N\A	16	ACCL_B
			Total de Páginas: 792

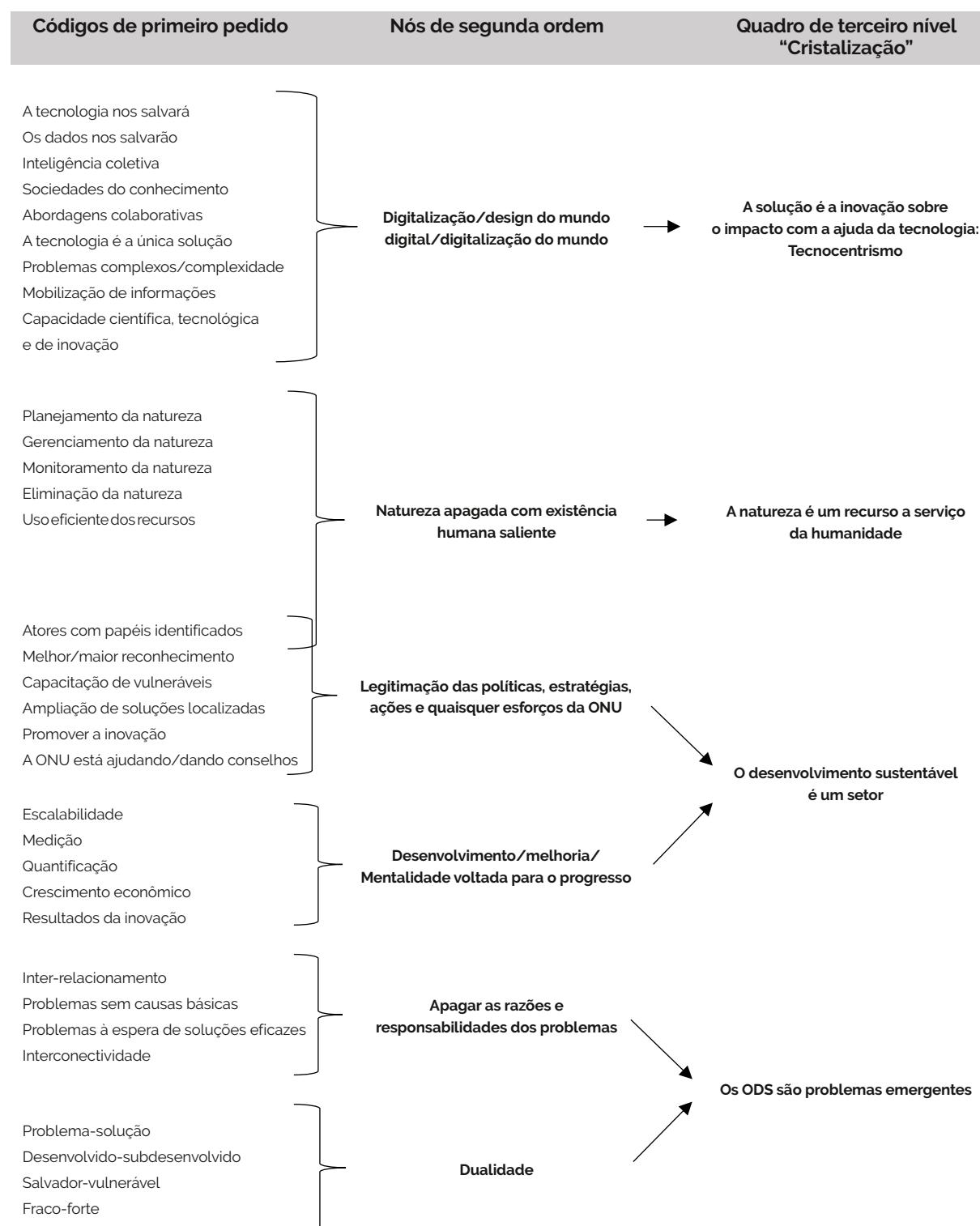
Fonte: elaborado pelos autores (Ergun & Samur-Teraman, 2022).

Antes de criar o esquema de codificação, derivamos as frequências das palavras, realizamos uma pesquisa lexical estendida com algumas palavras-chave que foram selecionadas com base no julgamento dos próprios pesquisadores, como tecnologia, inovação, crescimento, natureza, humano, pessoas, sustentabilidade, natureza etc. e, por fim, analisamos algumas dessas palavras-chave em seu contexto utilizando o MAXQDA 2020. O objetivo dessa análise inicial é abordar os dados e, como analistas, prepará-los para uma análise mais detalhada.

A codificação foi realizada de forma iterativa em três camadas, começando com a codificação N-Vivo baseada em texto, criando vínculos entre as categorias. Durante esses estágios analíticos de codificação, os pesquisadores interagiram com os textos de forma independente e interdependente por meio da criação de mapas mentais para representar a estrutura de codificação. Além disso, os pesquisadores anotaram seus sentimentos e criaram memorandos de documentos separadamente após a leitura de cada texto. Em seguida, todos os memorandos foram lidos e unificados para representar cada documento. Os textos foram analisados por meio de várias mudanças no significado dos códigos, sentimentos dos pesquisadores e mudanças na compreensão da lógica

interna da pesquisa. Como resultado de vários estágios analíticos, chegamos a códigos de primeira ordem orientados por dados, nós de segunda ordem e, por fim, quadros de terceiro nível, conforme mostrado na Figura 1. abaixo.

Figura 1. Caminho da análise.



Fonte: elaborado pelos autores (Ergun & Samur-Teraman, 2022).

3. RESULTADOS

Esta seção apresenta quatro quadros, incluindo trechos representativos dos textos, pressupostos subjacentes e rótulos de documentos. Há quatro quadros nos textos que alimentam a ideologia antropocêntrica neoliberal tecnocêntrica: a natureza é um recurso que é mencionado de forma impressionante na Resolução da Assembleia Geral da ONU; os ODSs são problemas emergentes; a solução é a inovação na redução do impacto com a ajuda da tecnologia; e o DS é um setor. Os textos enfatizam principalmente o empreendedorismo em termos de inovação e tecnologia, a importância e a necessidade do crescimento econômico, a multiplicação e a expansão da inovação social, que são os principais componentes do discurso tecnocêntrico neoliberal (Fougere *et al.*, 2017).

Quadro 1: “A natureza é um recurso a serviço da humanidade”

Sob essa estrutura, a “natureza” é conceituada como um recurso a ser planejado, gerenciado, possuído e usado, em vez de um ser/organismo vivo, e então é declarada como “propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais”, “alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais”, “planejamento e gestão relacionados à mudança climática”, “uso sustentável de ecossistemas terrestres, gestão sustentável de florestas”, “gestão florestal”. Além dessa passivação da natureza como algo que poderia ser gerenciado de forma sustentável, controlado, usado de forma eficiente, em todos os textos a natureza parece ser apagada e a existência humana é saliente e proeminente na percepção da natureza.

[...] Como o Laboratório de Aceleração poderia fortalecer os setores econômicos baseados no oceano de forma a promover o uso sustentável dos recursos oceânicos? Ao longo do ano, o Laboratório se concentrou em impulsionar uma forma mais sustentável de turismo e apoiar a pesca para gerar renda, reduzir o desperdício e aumentar o uso de energia renovável. (ACCL_R1, p. 25)

Os trechos a seguir representam de forma impressionante o domínio das “pessoas” sobre a natureza, enfatizando assim a lógica da centralização no ser humano com a crença de que os seres humanos salvarão a natureza.

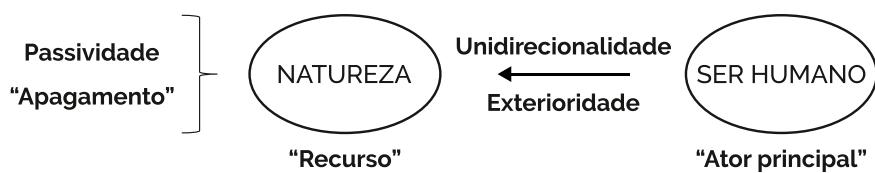
[...] [...] É uma agenda do povo, pelo povo e para o povo – e isso, acreditamos, garantirá seu sucesso. (Relatório da AG da ONU, p. 12)

[...] O futuro da humanidade e do nosso planeta está em nossas mãos. (Relatório da AG_ONU, p. 12)

[...] Eles serão centrados nas pessoas, sensíveis ao gênero, respeitarão os direitos humanos e terão um foco especial nos mais pobres, nos mais vulneráveis e naqueles que estão mais atrasados. (Relatório da AG da ONU, p. 32).

Como um resumo de tudo isso, a Figura 2 caracteriza a relação entre “natureza” e “humano” na Estrutura I. De acordo com a representação, a natureza está associada à humanidade, mas a relação entre o ser humano e a natureza é unidirecional, sendo o ser humano o ator principal e a natureza um recurso externo.

Figura 2. Mapa mental sobre a natureza e o relacionamento humano para a Estrutura I.



Fonte: este mapa mental é baseado na elaboração dos próprios autores (Ergun & Samur-Teraman, 2022).

Quadro 2: “Os ODS são problemas emergentes”

Com essa estrutura, os textos se concentram principalmente nos problemas em vez de nas raízes, portanto, os resultados revelaram que os ODSs são enquadrados como problemas emergentes que surgiram do nada e que são ameaças ao desenvolvimento, desafiadores e urgentes, extrapolados dos seguintes trechos:

[...] [...] Ao observarmos a velocidade das mudanças ao nosso redor e a forma como muitos problemas sociais e ambientais persistentes se transformam em novos desafios (e geralmente mais complexos), somos movidos pela pergunta: existem melhores práticas para os desafios que estamos enfrentando agora? (ACCL_R2, p. 26)

[...] Estamos lidando com desafios que surgem e evoluem. (ACCL_R2, p. 26.)

Expressões como “mudança climática”, “riscos relacionados ao clima”, “desastres naturais”, “desertificação”, “desmatamento”, “poluição do ar” parecem retirar a responsabilidade por essas situações e podem ser interpretadas como se esses problemas não tivessem causas, acontecessem por conta própria e não tivessem nada a ver com a maneira como os seres humanos estão organizados e vivem hoje. A “atribuição externa” é usada para conectar causa e efeito sem uma compreensão dos mecanismos reais que operam nos bastidores.

Os casos de problemas ambientais apresentados nos textos são considerados problemas apenas na medida em que afetam as pessoas. “[...] A OMS estimou que cerca de sete milhões de mortes prematuras em todo o mundo são causadas pela poluição do ar todos os anos...” convence o leitor de que a poluição do ar é perigosa para as pessoas, portanto é um problema importante a ser resolvido. As razões para a poluição do ar são apagadas e, além disso, essas frases enfatizam a mentalidade de que as questões naturais são importantes apenas quanto afetam os seres humanos.

[...] Ameaças globais à saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos crescentes, extremismo violento, terrorismo e crises humanitárias relacionadas e deslocamento forçado de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso de desenvolvimento feito nas últimas décadas. (UN GA_Report, p. 5)

Esses problemas emergentes não são o resultado do “progresso do desenvolvimento feito nas últimas décadas”, mas sim ameaças ao “desenvolvimento”, conforme declarado na Meta 13 (consulte a Resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU). “Adotar

medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos" e 'combater a desertificação', particularmente declaradas na Meta 13 do ODS, implicam uma metáfora com uma suposição subjacente de que a natureza é algo lá fora, separado de nós, e que devemos temê-la e combatê-la, se necessário.

Além disso, o trecho "a pandemia fará retroceder décadas de progresso, empurrando 71 milhões de pessoas para a pobreza extrema em 2020" apaga a responsabilidade do sistema econômico pelo aumento da pobreza. Isso também indica o paradoxo existente na dualidade "problema e solução": eles são vistos apenas como problemas que, até hoje, eram considerados conceitos positivos.

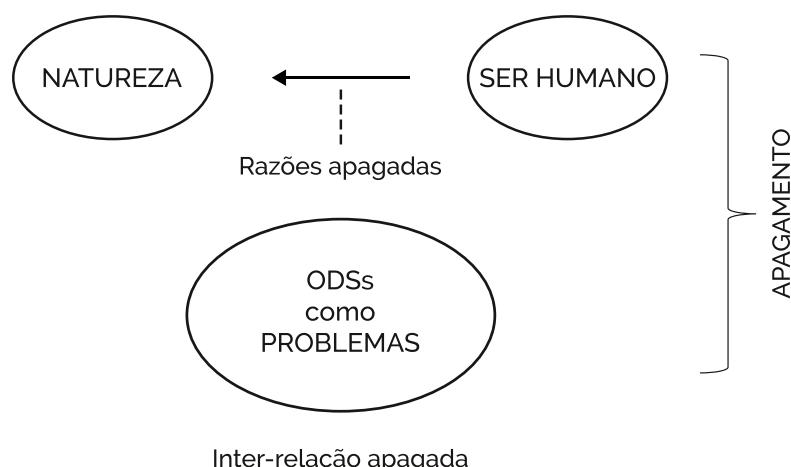
Os ODSs são rotulados como ameaças e "males", o que é uma avaliação de que esses problemas são ruins e podem "reverter grande parte do progresso do desenvolvimento feito nas últimas décadas", o que, por sua vez, significa que o progresso do desenvolvimento nas últimas décadas é bom e desejável.

[...] Iniciamos a rede de Laboratórios de Aceleração do PNUD deliberadamente com foco na aceleração: construir sobre o que existe, em vez de presumir que ideias ou tecnologias ainda não inventadas sejam a cura para os males do desenvolvimento. (ACCL_R2, p. 14).

Apesar de reconhecer a interconexão desses problemas, ainda há dúvidas sobre o aspecto da "inter-relação". A interconexão refere-se principalmente a "entrelaçado" e "conectado em vários pontos ou níveis", mas a inter-relação é usada quando as coisas têm uma relação mútua ou recíproca ou indica paralelismo, que também pode ser correlativo.

[...] São problemas que não são simples de resolver. Eles são compostos por bilhões de ações e interações. Eles mudam a cada minuto. São complexos. Estão interconectados. (ACCL_B, p. 2.)

Figura 3. Mapa mental sobre a relação entre a natureza, o ser humano e o problema para a Estrutura II.



Fonte: este mapa mental é baseado na elaboração dos próprios autores (Ergun & Samur-Teraman, 2022).

Quadro 3: “A solução é a ‘inovação’ na redução individualizada do impacto com a ajuda da tecnologia”

Apresentar a solução como uma mera redução do impacto por meio da tecnologia e da inovação inclui convicções e avaliações. As convicções e avaliações baseiam-se principalmente na complexidade dos problemas, e sua solução surge nas abordagens colaborativas de inovação com a ajuda da tecnologia.

[...] Esses problemas [...] não podem ser analisados com conjuntos de dados de cinco anos atrás. E eles não serão resolvidos por um único avanço tecnológico. (ACCL_B, p. 2)

[...] A disseminação da tecnologia da informação e das comunicações e a interconexão global têm grande potencial para acelerar o progresso humano, reduzir a exclusão digital e desenvolver sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia. (UN_GA_Report, p. 5)

As afirmações nos textos que enfatizam a importância da educação, da conscientização, da capacidade humana e institucional, do aprimoramento da mitigação da mudança climática, da adaptação, da redução do impacto e do alerta precoce necessitam de ações urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, portanto, parecem convencer o leitor de que as soluções devem ser voltadas para a “redução do impacto” em vez de se concentrarem nas causas básicas desses problemas. Nos textos, parece que, quando a solução for aplicada, o problema desaparecerá. Frases como “Até 2030, reduza substancialmente o número de mortes e doenças causadas por produtos químicos perigosos e pela poluição e contaminação do ar, da água e do solo” (UN_GA_Report, p. 16), ‘gerenciamento de resíduos’ também tem como objetivo reduzir o resultado em vez de não produzir e consumir produtos químicos perigosos e poluição e contaminação do ar, da água e do solo ou diminuir o consumo ou a produção para eliminar os resíduos. “Com base nesses arquétipos, o Laboratório em Gana está projetando um conjunto de estímulos comportamentais para incentivar e acelerar a adoção da prática de reciclagem nas comunidades” (ACCL_R2, p. 25), trecho retirado do documento História dos Laboratórios de Aceleração do PNUD como uma indicação adicional de eliminação do impacto do consumismo e da importância do resultado em comportamentos individualizados.

Outra convicção revelada pelos textos é que as soluções devem ser desenvolvidas por pessoas que são afetadas pelos problemas, e não pelas pessoas que causam esses problemas; portanto, a “Inovação Social” é conceituada como “com as pessoas, não para as pessoas”, como se vê no trecho a seguir:

[...] Ao envolver voluntários da comunidade na coleta e interpretação de dados, eles também ajudam as pessoas afetadas pela poluição a ver a dinâmica do sistema e a tomar medidas contra a degradação ambiental. (ACCL_R7, p. 9)

Entre outras convicções embutidas nos textos, incluindo como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a globalização beneficiarão o progresso humano, também se apagam os resultados ecológicos e sociais de tais tecnologias.

[...] A disseminação da tecnologia da informação e das comunicações e a interconexão global têm um grande potencial para acelerar o progresso humano, reduzir a exclusão digital e desenvolver sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia. (UN_GA_Report, p. 5)

Os resultados também atribuíram explicitamente um significado mais elevado à "inovação", que é a salvação da humanidade nesta era de problemas complicados. Assim, a inovação nos salvará, tudo é para a inovação e o crescimento econômico e, portanto, todo o sistema educacional deve ser construído com base no desenvolvimento dessas habilidades, outra convicção constantemente repetida nos textos.

[...] Os setores que fornecem essas tecnologias prosperarão em um mundo que já depende de um fluxo constante de inovação em todos os aspectos da vida. O conhecimento e as habilidades necessárias para nutrir esse tipo de crescimento terão de vir da força de trabalho existente, bem como das gerações mais jovens que ainda estão no sistema educacional. (ACCL_R5, p. 23)

[...] A educação eficaz pode fornecer aos cidadãos as ferramentas que os ajudarão a se tornarem inovadores bem-sucedidos e a se prepararem melhor para a vida fora da sala de aula. (ACCL_R8, p. 17)

Os textos também enfatizam que a missão dos países desenvolvidos é "fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e inovadoras dos países em desenvolvimento para que avancem em direção a padrões mais sustentáveis de consumo e produção" (UN_GA_REPORT, p. 8), e então as soluções aparecerão. Isso, mais uma vez, apaga claramente os motivos e as causas dos problemas desses países em desenvolvimento e implica que os hábitos de consumo e produção permanecerão os mesmos, mas de forma sustentável.

[...] Operacionalizar totalmente o banco de tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017 e aprimorar o uso de tecnologias facilitadoras, em especial as tecnologias de informação e comunicação. (UN_GA_Report, p. 26)

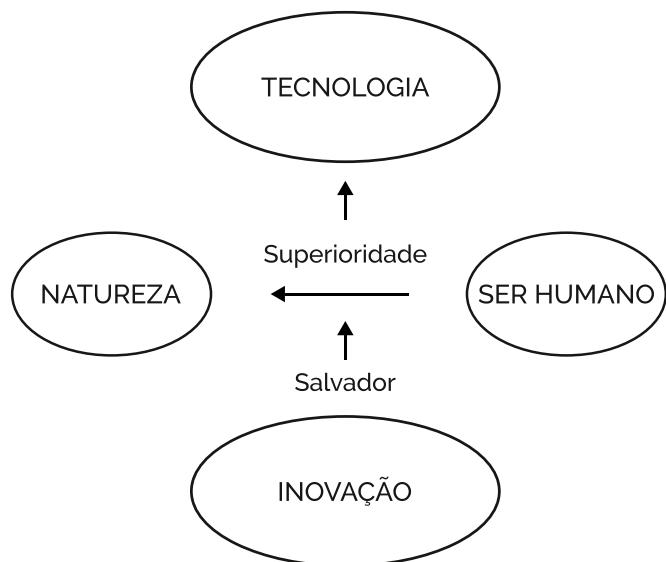
Essa convicção enfatiza uma "abordagem coletivista" por meio da inteligência coletiva, que "pode ser entendida como a capacidade aprimorada que é criada quando as pessoas trabalham juntas, muitas vezes com a ajuda da tecnologia, para mobilizar uma gama maior de informações, ideias e percepções" (ACCL_R6, p. 5). Ele define claramente a solução como "tecnocentrismo" com seu poder ilustrado conforme detalhado:

[...] O poder da tecnologia significa que as máquinas agora podem realizar algumas das funções de inteligência nas quais os humanos não são tão bons, como o processamento de grandes volumes de dados. (ACCL_R2, p. 20)

A convicção de ser mais rápido e maior também alimenta esse quadro. As restrições de tempo e a urgência parecem criar um círculo vicioso que também inclui muitos becos sem saída que impedem a humanidade de seguir a chamada visão planejada, mas com estratégias oximoros.

[...] Precisamos dar passos mais rápidos e maiores em direção aos SDGs, caso contrário, esses objetivos não serão alcançados até 2030. (ACCL_R2, p. 20)

Figura 4. Mapa mental sobre a relação entre a natureza, o ser humano e a tecnologia para a Estrutura III.



Fonte: este mapa mental é baseado na elaboração dos próprios autores (Ergun & Samur-Teraman, 2022).

Quadro 4: “O desenvolvimento sustentável é um setor”

Os textos enquadram “Desenvolvimento Sustentável é um setor”² no qual várias identidades podem ser criadas. Os relatórios AL do PNUD revelam esses atores e seus papéis identificados. A ONU se posiciona como salvadora dos “pobres e vulneráveis” sem qualquer menção aos seres não humanos e à natureza, o que implica que esses conceitos estão incluídos na categoria de “ser vulnerável”:

[...] Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base em um espírito de solidariedade global fortalecida, com foco especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. (UN_GA_Report, p. 2)

²No estudo, um setor refere-se a uma divisão da economia total na qual os negócios são conduzidos em atividades operacionais idênticas. O PNUD designa Desenvolvimento Sustentável como um setor; nesse sentido, utilizamos a mesma terminologia para haver coerência.

Portanto, o campo, os atores e as regras do jogo já foram definidos pela ONU, que é o ator fundamental e tem o direito de definir o setor completo com suas fronteiras estratégicas. Nesse setor, "as pessoas vulneráveis devem ser capacitadas" e "apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais", portanto, a responsabilidade é colocada diretamente sobre os vulneráveis, e os verdadeiros responsáveis por esses problemas são aparentemente apagados.

Os textos também estão sinalizando um desafio estratégico para a ONU: "como orquestrar melhor uma ampla gama de inteligência relevante para os ODSs – desde ciência e dados até evidências de políticas públicas e descobertas emergentes de experimentos – para ajudar os inovadores no trabalho de base de forma mais eficaz" (ACCL_R6, p. 8). o que também está tornando a ONU o condutor do setor. Como uma importante ferramenta de intervenção nesse processo, os Accelerator Labs do PNUD "... estão em uma posição única para liderar essa transformação" (ACCL_R3, p. 44) e "Os Labs estão se baseando em soluções locais para ver onde os avanços são possíveis" (ACCL_R2, p. 17) para dimensionar as soluções locais que estão surgindo.

O método de intervenção da empresa nesse processo já foi articulado da seguinte forma:

[...] Os Laboratórios de Aceleração do PNUD se concentram em três áreas de inovação: 1) Inovação de base: aproveitar o conhecimento e a engenhosidade de mulheres e homens que vivem na pobreza e enfrentam os efeitos das mudanças climáticas, 2) Inteligência coletiva: Aproveitar o poder das pessoas, dos dados e das máquinas para ficarmos mais inteligentes juntos; 3) Portfólios de experimentos: Para intervir em sistemas complexos, são necessárias várias intervenções seguras e fracassadas. (ACCL_R8, p. 94)

O PNUD se torna o principal ator nesse setor e convence o leitor sobre seu possível impacto na ordem mundial em constante mudança. O UNDP AL também visa ao crescimento por meio do trabalho dos Laboratórios, que são *uma iniciativa com prazo determinado para injetar inovação no DNA organizacional e levar a inovação de um empreendimento de butique para um reflexo*.

[...] O PNUD investiu centenas de milhões de dólares para promover a inovação por meio de iniciativas como o Accelerator Labs e o Innovation Facility, e vemos a adoção de políticas de inovação pelo governo como um ingrediente fundamental para criar os incentivos certos para a inovação de baixo para cima como parte do desenvolvimento sustentável. (ACCL_R8, p. 93)

A metáfora "reflexo" (mencionada em ACCL_R11, p. 49) é interessante, pois indica uma ação realizada sem consciência como resposta a um estímulo. Isso também humaniza o sistema e parece arriscado, pois o tempo para respostas mais conscientes é de fato necessário.

Os governos receberam o papel de facilitadores para aumentar o investimento em tecnologia e inovação, com ênfase especial na integração das habilidades de inovação à educação. Entretanto, os governos, especialmente os dos países em desenvolvimento, ainda estão enfrentando "desafios significativos para alcançar o desenvolvimento sustentável" (UN_GA_Report, p. 13) e "não estão familiarizados com as novas fontes de dados disponíveis". (ACCL_R6, p. 7). Portanto, o PNUD está ajudando-os e aconselhando-os nesse sentido. A partir dos textos, somos levados a entender que a política governamental para inovação é considerada um ingrediente fundamental para criar os incentivos certos para a inovação de baixo para cima como parte do desenvolvimento sustentável.

Se esse é um setor, então os ODSs são oportunidades. Esse setor também é regido pelo sucesso e pelo fracasso, o que tem tudo a ver com a escalabilidade da inovação social. Esse setor também é movido pela ambição, pela concorrência, pela orientação para o sucesso e por ser o "melhor", o "mais", o "mais rápido" etc. O desempenho dos "desvios positivos ao longo do tempo" parece ser constantemente avaliado e é verificado se eles superam seus pares de forma consistente. Reconhecendo a importância da contextualidade e da diversidade intercultural, as mentes brilhantes, os que apresentam desempenho superior e os desviantes positivos são as estrelas desse setor. Assim, o objetivo do UNDP AL é encontrar esses desviantes positivos por meio da tecnologia e ampliar suas inovações se elas forem "dignas de ampliação"³.

[...] Desvio positivo: Uma abordagem que busca identificar pessoas com desempenho superior para entender e replicar suas estratégias e práticas em uma comunidade. (ACCL_R10, p. 6)

[...] Isso está abordando especificamente a questão: Vale a pena aumentar a escala? Se for provável que cumpra determinados objetivos, também é provável que valha a pena ampliar. (ACCL_R3, p. 11)

Acredita-se que esse setor opere de forma mais eficaz com inteligência coletiva, na qual a tecnologia faz uso total da experiência humana.

[...] Agora precisamos aproveitar totalmente o conhecimento de quase oito bilhões de pessoas no planeta e disseminar suas soluções, muitas vezes surpreendentes, e abordagens inovadoras. (ACCL_R6, p. 4)

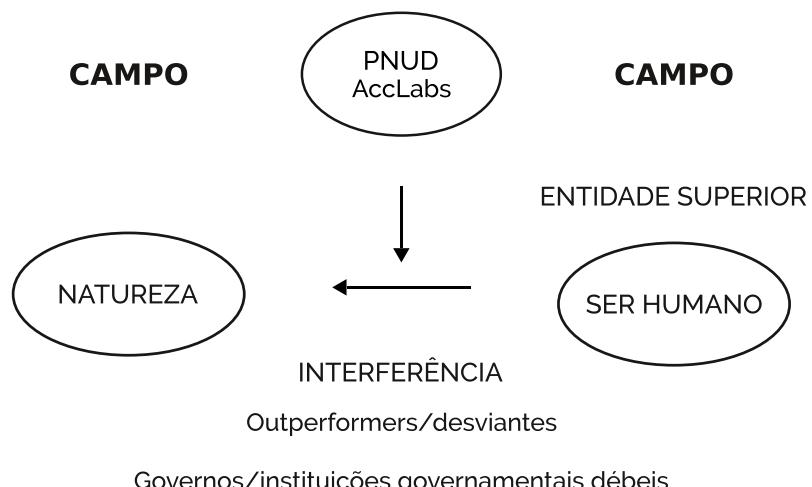
A ideia por trás dessa afirmação parece ser a de que, se pudermos coletar todas as informações e dados sobre todas as pessoas do planeta, com a ajuda da TIC e disseminar as inovações, todos os problemas serão resolvidos.

A identidade múltipla das empresas do setor privado é, de certa forma, apagada nos textos em termos de sua contribuição para os ODS. No entanto, elas são incentivadas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, "...a adotar práticas sustentáveis

³Ampliação é um conceito comum em empreendedorismo que indica a capacidade de uma start-up crescer de forma a que os seus rendimentos continuem a crescer mais rápido que os seus custos.

e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios". Além disso, espera-se que suas "missões empresariais estejam mais envolvidas no enfrentamento de questões globais e sociais prementes", uma vez que "a atividade empresarial privada, o investimento e a inovação são os principais impulsionadores da produtividade, do crescimento econômico inclusivo e da criação de empregos". (UN_GA_Report, p. 29).

Figura 5. Mapa mental da relação entre a natureza, o ser humano e o PNUD para o Quadro IV.



Fonte: este mapa mental é baseado na elaboração dos próprios autores (Ergun & Samur-Teraman, 2022).

CONCLUSÃO E DISCUSSÃO

De uma perspectiva ecocêntrica, os discursos do AL do PNUD podem ser considerados ambivalentes; no entanto, os textos ambivalentes não são destrutivos, mas podem ser modificados para incentivar as pessoas a florescerem com a natureza. Nos Relatórios do UNDP AL, a natureza é enquadrada como um recurso a ser "usado" de forma sustentável, a redução do consumo e da produção em geral e/ou conceitos como "decrescimento", "desconsumo" etc. não são mencionados de forma alguma, nem as agências e/ou relações de poder e/ou estruturas e/ou mentalidades que causam a destruição ecológica e os problemas sociais.

Considerando a ecosofia dos autores, que busca uma redução global do consumo e da produção e uma redistribuição da riqueza dos ricos para os pobres, projetando a vida e os modos de vida inspirados na natureza com a intenção de permitir que os seres humanos se tornem uma espécie mais bem adaptada à vida na Terra e floresçam com a natureza pela natureza, os textos parecem não estar nem perto disso. Os documentos enfatizam o modo antropocêntrico de desenvolvimento humano e a manutenção do *status quo*. Consequentemente, não é de surpreender que tenham sido escritos em uma ideologia antropocêntrica neoliberal tecnocêntrica. As expressões são obviamente

centradas no ser humano. O discurso nesses documentos emprega a mentalidade de que tudo é um instrumento para os seres humanos. Tudo, da natureza à tecnologia, da inovação humana à social, são instrumentos que só têm valor se puderem ser utilizados. A natureza é considerada um recurso se beneficiar as pessoas, e é vista como uma ameaça quando prejudica as pessoas. Quando a natureza é enquadrada como um recurso a serviço dos seres humanos ou como uma ameaça, devemos "tomar medidas contra", seu valor é determinado em termos do grau de utilização e funcionalidade dos objetos, o que diminui as dimensões autônomas, intrínsecas e únicas dos objetos. De acordo com os textos, de fato, a dualidade homem-natureza leva à ideia de dominação humana sobre a natureza, o que resulta na consideração da natureza como recurso e afeta todos os outros enquadramentos e conceitualizações em termos de SI. A dualidade homem-natureza também permite retirar a responsabilidade dos seres humanos do surgimento e da evolução dos "problemas". Essa mentalidade de problema cria a percepção de que, quando a solução é encontrada, o problema diminui, o que não é o caso na maioria das vezes na realidade (Stibbe, 2015). Em vez de uma estrutura de problema, pode-se propor uma estrutura de situação difícil que incentive as pessoas a encontrar respostas em vez de ver o mundo como um "problema" e reagir com "reações" (Stibbe, 2015).

Encontramos as convicções tecnocêntricas dos textos em que a combinação de tecnologia, inovação e vontade humana de salvar o planeta é ainda mais destacada. O problema com essa mentalidade de "desenvolvimento liderado pela inovação" está em sua tendência de avaliar a inovação e a tecnologia como boas sem nenhum questionamento profundo. Isso pode ser rotulado como "fetiche da inovação", pois os danos causados por uma inovação e uma mentalidade de inovação não são avaliados. Esse fetiche pela inovação e pela tecnologia diminui o valor de uma perspectiva de manutenção e se concentra no "aprimoramento" de tudo. Não obstante, a tecnologia e a inovação no sentido ecocêntrico podem ser uma ferramenta importante para que as pessoas encontrem maneiras de florescer com a natureza e coexistir com outras formas de vida, o que acabaria tornando as pessoas uma espécie mais bem adaptada à natureza. Portanto, para essa transformação, é necessário afastar-se dos valores ambiciosos existentes de ter mais e crescer mais (Fromm, 1976).

Também encontramos a ênfase no resultado do SI. Embora a palavra resultado seja substituída por impacto no SI de escala, a diferença entre os dois é ambígua. Em um texto ecocêntrico, as metas intrínsecas são mais valiosas, pois as metas extrínsecas causaram o dano ecológico em primeiro lugar. No entanto, o SI pode não "valer" a pena aumentar, diminuir ou aprofundar, pois todo objeto é valioso e merece apoio.

A obsessão da sociedade capitalista com a competição e a obtenção de resultados (Savran, 1998, p. 16) é óbvia nos textos. Se uma inovação resolve um problema agora, então é uma inovação bem-sucedida, sem considerar os efeitos colaterais dessas correções em termos de natureza e gerações futuras. Talvez seja por isso que os

animais e as crianças não aparecem nos textos? Nos textos, a necessidade de ser rápido e urgente é enfatizada. Embora possa parecer positivo, o modo de vida rápido é, na verdade, altamente prejudicial para as pessoas e a sociedade. Para lidar com as SDGs, talvez precisemos de novos reflexos que estejam alinhados com a natureza e, consequentemente, não sejam tão competitivos. Em vez de alcançar, ser o melhor, o mais, o mais rápido, o maior ou considerar o valor das coisas por sua capacidade de expansão, podemos passar a valorizar as pequenas coisas, com passos modestos e respeitando o tempo da natureza.

Esses discursos não incentivam o leitor a desenvolver uma compreensão mais profunda das questões e a agir de forma regenerativa com a natureza (Cachelin *et al.*, 2010). Mühlhäuser (2003, p. 134) afirmou que quando "os conceitos... são estudados isoladamente de seus criadores ou de seus efeitos, eles podem se tornar uma mercadoria comercial". No caso dos relatórios AL do PNUD, os criadores e as causas são apagados, e o DS é enquadrado como um setor no qual a IS se torna uma mercadoria. A IS, na verdade, substitui o que *permite que as pessoas imaginem e busquem, na prática, outra conceituação da natureza e da vida*, em outras palavras, o ecocentrismo. O apagamento dos principais atores responsáveis pela destruição ecológica pode levar ao desenvolvimento de soluções no nível errado (Schleppergrell, 1997). As soluções atuais estão tentando consertar as vítimas, e não os criadores. Portanto, os relatórios nos incentivam a pensar e agir em relação à natureza apenas se encontrarmos algum "problema" causado por ela. Como a redução do consumo com a correspondente redistribuição de riqueza não é mencionada nos discursos, podemos presumir que o "humor de compra" das pessoas pode continuar enquanto pudermos resolver os problemas criados pela compra e pela produção. Como Bloor e Bloor (2007, p. 12) afirmam, "como as ideologias podem ficar congeladas na linguagem e encontrar maneiras de quebrar o gelo", essa maneira de abordar a IS é a ideologia "neoliberal" congelada na linguagem.

Há uma necessidade urgente de considerar a dualidade da natureza humana. É óbvio que não podemos resolver os problemas com a mentalidade que os criou; precisamos repensar e descobrir qual é a posição da natureza nesse relacionamento. Reconhecer nossa inserção na natureza e projetar nossas vidas de acordo com ela pode ser mais regenerador do que tentar aplicar os conceitos de inovação convencionais de forma açucarada, neste caso, de forma "sustentável". Os discursos são orientados pela mentalidade de oportunidade de empreendedorismo. Os inovadores sociais nos relatórios não são vistos como intermediários da ecologia, mas sim como indivíduos/grupos separados que podem dominar a natureza ou a sociedade.

Conceituar e implementar a IS com base em quatro quadros derivados dos documentos do UNDP AL afasta o conceito de IS da noção de trazer mudanças sociais e resolver esses problemas. O setor de DS, na verdade, pode ser considerado uma inovação de mercado. É criado um mercado que só pode desenvolver correções para

os problemas e, se a sociedade mantiver a mentalidade antropocêntrica neoliberal tecnocêntrica, esse mercado tem um grande potencial de crescimento. O SI atual e dominante se torna um substituto para a descoberta de novas formas de organização e vida humana, nesse caso, o ecocentrismo. Eventualmente, a IS se torna o obstáculo para a IS e o DS naturais. Em outras palavras, a IS e o DS tornam-se oximoros. Seria ilusório esperar um resultado diferente com um esparadrapo, já que eles estão sendo conceituados e aplicados com as perspectivas que criaram esses problemas. Ao expandir apenas o comportamento dos desviantes positivos e mudar o comportamento das vítimas, a mudança social, conforme definida pelo PNUD e pelas nações desenvolvidas, é exigida apenas das vítimas desses problemas, não dos perpetradores. Como uma mudança social macro em nosso modo de vida não é incentivada nos textos, então o modo de vida atual criará vítimas.

Além da contribuição deste estudo, reconhecemos que ainda há um longo caminho a percorrer para chegar a um entendimento completo sobre o que está por trás desses discursos. A análise dos documentos também pode ser apoiada por entrevistas aprofundadas no futuro com pessoas que se envolveram de alguma forma na elaboração desses documentos. Seus pontos de vista, sentimentos, suposições e/ou opiniões pessoais (que podem ser capturados de forma fácil ou implícita em discussões casuais e formais) teriam sido um recurso valioso para aprofundar o entendimento extrapolado dos textos. Além dos documentos do UNDP AL, que foram o foco principal deste artigo, o *corpus* para análise crítica do discurso pode ser ampliado com a inclusão de outros relatórios emitidos pelo UNDP e agências relacionadas.

Concluindo, o discurso do PNUD sobre o SI pode ser considerado um discurso superficial. Em vez de um discurso que incentiva o exame das atuais visões ortodoxas e antropocêntricas, procura soluções para as causas das preocupações ambientais. Pelo contrário, os relatórios publicados pelo PNUD não desafiam o antropocentrismo, ignorando suas falhas. Nessa conceituação, a SI pode servir apenas como um reparo cosmético. Infelizmente, a ONU não conseguiu entender que a IS tem um grande potencial para apoiar a regeneração do planeta. Nossa ecosofia deve ser sobre projetar a vida e os modos de vida em alinhamento com um paradigma ecológico, inspirado pela natureza com uma intenção que permita que os seres humanos se tornem espécies mais bem adaptadas para que a vida na Terra floresça com a natureza para a natureza. Isso exige uma redução global do consumo e da produção e uma redistribuição da riqueza dos ricos para os pobres. Pedimos uma compreensão mais profunda da relação entre o comportamento organizacional e o planeta, que envolva a compreensão dos motivos de nossos problemas ambientais, aceite nossa dependência da natureza e reconheça a independência da natureza em relação a nós. Há necessidade de uma perspectiva e de uma prática na forma de adaptação ao pensamento ecológico. No entanto, parece que estamos muito longe de realizar esse projeto ambicioso, em que o poder reside no antropocentrismo que controla as narrativas dominantes em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- Adelman, S. (2017). The Sustainale development goals. Anthropocentrism and Neoliberalism. In D. French & L. Kotzé (Eds.), *Global goals: Law, theory and implementation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Ayres, R., Van den Berrgh, J., & Gowdy, J. (2001). Strong versus weak sustainability: Economics, natural sciences, and consilience. *Environmental Ethics*, 23(2), 155-168. <https://doi.org/10.5840/enviroethics200123225>
- Ala-Uddin, M. (2019). 'Sustainable' discourse: a critical analysis of the 2030 agenda for sustainable development. *Asia Pacific Media Educator*, 29(2), 214-224. <https://doi.org/10.1177/1326365X19881515>
- Allen, S., Cunliffe, A. L., & Easterby-Smith, M. (2019). Understanding Sustainability Through the Lens of Ecocentric Radical-Reflexivity: Implications for Management Education. *Journal of Business Ethics*, 154, 781-795. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3420-3>
- Ayob, N., Teasdale, S., & Fagan, K. (2016). How social innovation 'came to be': Tracing the evolution of a contested concept. *Journal of Social Policy*, 45(4), 635-653. <https://doi.org/10.1017/S004727941600009X>
- Bateson, G. (1991 [1975]). *Ecology of mind: The sacred. A sacred unity. Further steps to an ecology of mind*. New York: Harper Collins.
- Bloor, M., & Bloor, T. (2013). *The practice of critical discourse analysis: An introduction*. Routledge.
- Bonnedahl, K. J., & Eriksson, J. (2007). Sustainable economic organisation: simply a matter of reconceptualisation or a need for a new ethics? *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 2(1), 97-115. <https://doi.org/10.1504/IJISD.2007.016060>
- Bonnedahl, K. J., & Caramujo, M. J. (2019). Beyond an absolving role for sustainable development: Assessing consumption as a basis for sustainable societies. *Sustainable Development*, 27(1), 61-68. <https://doi.org/10.1002/sd.1862>
- Cachelin, A., Norvell, R., & Darling, A. (2010). Language fouls in teaching ecology: Why traditional metaphors undermine conservation literacy. *Conservation Biology*, 24(3), 669-674. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2010.01481.x>
- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*, 34(4), 39-48.
- Donovan, J. (2018). Animal ethics, the new materialism, and the question of subjectivity. In A. Matsuoka & J. Sorenson (Eds.), *Critical Animal Studies: Toward Trans-Species Social Justice* (p. 257-274). Rowman & Littlefield Publishers.
- Eichler, G., & Schwarz, E. (2019). What Sustainable Development Goals Do Social Innovations Address? A Systematic Review and Content Analysis of Social Innovation Literature. *Sustainability*, 11(2), 522. <https://doi.org/10.3390/su11020522>
- Franklin, A., Kováč, I., & Csurgó, B. (2017). Governing social innovation: Exploring the role of 'discretionary practice' in the negotiation of shared spaces of community food growing. *Sociologia ruralis*, 57(4), 439-458. <https://doi.org/10.1111/soru.12126>
- Fromm, E. (1976). Altered states of consciousness and ego psychology. *Social Service Review*, 50(4), 557-569. <https://doi.org/10.1086/643427>
- Godin, B. (2015). *Innovation contested: The idea of innovation over the centuries*. Routledge.
- Godin, B., & Vinck, D. (Eds.) (2017). *Critical studies of innovation: Alternative approaches to the pro-innovation bias*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Haskell, L., Bonnedahl, K. J., & Stål, H. I. (2021). Social innovation related to ecological crises: A systematic literature review and a research agenda for strong sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 325, 129316. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.129316>

- Hayward, T. (1997). Anthropocentrism: a misunderstood problem. *Environmental Values*, 6(1), 49-63. <https://doi.org/10.3197/096327197776679185>
- Heikkurinen, P., Rinkinen, J., Järvensivu, T., Wilén, K., & Ruuska, T. (2016). Organising in the Anthropocene: an ontological outline for ecocentric theorising. *Journal of Cleaner Production*, 113, 705-714. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.12.016>
- Hoffman, A. J., & Sandelands, L. E. (2005). Getting Right with Nature: Anthropocentrism, Ecocentrism, and Theocentrism. *Organization & Environment*, 18(2), 141-162. <https://doi.org/10.1177/1086026605276197>
- Hopwood, B., Mellor, M., & O'Brien, G. (2005). Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable development*, 13(1), 38-52. <https://doi.org/10.1002/sd.244>
- Kopnina, H., Washington, H., Taylor, B., & J Piccolo, J. (2018). Anthropocentrism: More than just a misunderstood problem. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 31(1), 109-127. <https://doi.org/10.1007/s10806-018-9711-1>
- Mead, T. (2017). *Bioinspiration in Business and Management: Innovating for Sustainability*. Business Expert Press.
- Millard, J. (2018). How social innovation underpins sustainable development. In J. Howaldt, C. Kaletka, A. Schröder & M. Zirngiebl (Eds.), *Atlas of Social Innovation: New Practices for a Better Future* (p. 41-43). Munich: oekom Verlag GmbH, Young Foundation.
- Moore, B. L. (2017). *Ecological literature and the critique of anthropocentrism*. Springer.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation* (Vol. 24). London: Nesta.
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban studies*, 42(11), 1969-1990. <https://doi.org/10.1080/00420980500279893>
- Moulaert, F., & MacCallum, D. (2019). *Advanced introduction to social innovation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Mühlhäuser, P. (2003). *Language of environment, environment of language: a course in ecolinguistics*. London: Battlebridge.
- Nussbaumer, J., & F. Moulaert. (2007). L'innovation sociale au cœur des débats publics et scientifiques, In J.-L. Klein & D. Harrisson (Eds.), *L'innovation sociale* (p. 71-88). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Olsson, P., Moore, M. L., Westley, F. R., & McCarthy, D. D. (2017). The concept of the Anthropocene as a game-changer: a new context for social innovation and transformations to sustainability. *Ecology and Society*, 22(2), 1-14. <https://doi.org/10.5751/ES-09310-220231>
- Purser, R. E., Park, C., & Montuori, A. (1995). Limits to anthropocentrism: Toward an ecocentric organization paradigm? *Academy of Management Review*, 20(4), 1053-1089. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9512280035>
- Schleppegrell, M. J. (1997). Agency in environmental education. *Linguistics and Education*, 9(1), 49-67.
- Schubert, C. (2019). Social innovations as a repair of social order. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 41-66.
- Sharra, R., & Nyssens, M. (2011). *Social innovation: An interdisciplinary and critical review of the concept*. Working paper. <https://www.semanticscholar.org/paper/Social-Innovation-%3A-an-Interdisciplinary-and-Review-Sharra-Nyssens/b46a2f4e83789220bda416fcb8aco1964156e73d>
- Stål, H. I., & Bonnedahl, K. (2016). Conceptualizing strong sustainable entrepreneurship. *Small Enterprise Research*, 23(1), 73-84. <https://doi.org/10.1080/14747731.2016.1161119>

- Steffen, W., Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., & Ludwig, C. (2015). The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*, 2(1), 81-98. <https://doi.org/10.1177/20530196145647>
- Stephens, A., Taket, A., & Gagliano, M. (2019). Ecological justice for nature in critical systems thinking. *Systems Research and Behavioral Science*, 36(1), 3-19. <https://doi.org/10.1002/sres.2532>
- Stibbe, A. (2015). *Ecolinguistics: Language, Ecology and the Stories We Live by*. Routledge.
- Vlasov, M., Heikkurinen, P., & Bonnedahl, K. J. (2021). Suffering catalyzing ecopreneurship: Critical ecopsychology of organizations. *Organization*, <https://doi.org/10.1177/13505084211020462>
- Whiteman, G., Walker, B., & Perego, P. (2013). Planetary boundaries: Ecological foundations for corporate sustainability. *Journal of Management studies*, 50(2), 307-336. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2012.01073.x>
- Zygmunt, T. (2016). Language education for sustainable development. *Discourse and Communication for Sustainable Education*, 7(1), 112-124. <https://doi.org/10.1515/dcse-2016-0008>